

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

PRISCILA MAITARA AVELINO RIBEIRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PROGRAMA
DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO (REUNI) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM**

FRANCA

2022

PRISCILA MAITARA AVELINO RIBEIRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PROGRAMA
DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO (REUNI) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Josiani Julião Alves de Oliveira

FRANCA

2022

R484f Ribeiro, Priscila Maitara Avelino
Formação profissional em Serviço Social frente ao Programa de Apoio a Planos de Eestruturação e Expansão (REUNI) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM / Priscila Maitara Avelino Ribeiro. -- Franca, 2022
129 p. : tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Josiani Julião Alves de Oliveira

1. Ensino Superior. 2. Formação Profissional. 3. REUNI. 4. Serviço Social. 5. Educação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

PRISCILA MAITARA AVELINO RIBEIRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PROGRAMA
DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO (REUNI) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA – FCHS/UNESP

Examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. CARLA AGDA GONÇALVES

2º Examinador: _____

Prof. Dr. ROSANE APARECIDA DE SOUSA MARTINS

3º Examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA

4º Examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. NEIDE APARECIDA DE SOUZA LEHFELD

Franca, fevereiro 2022.

Dedico este trabalho aos profissionais Assistentes Sociais que de alguma forma lutam a favor do Projeto Ético Político.

AGRADECIMENTOS

Bem, chegou a hora de agradecer...

Penso que esse seja o melhor momento de toda a construção deste trabalho, pois sabemos que já estamos perto do fim...

A construção (des) construção desta Tese foi para mim foi uma experiência única e enriquecedora, que contribuiu para o meu aprimoramento profissional. Foram muitas pessoas envolvidas em todo esse processo, fico até temerosa em esquecer alguém, mas, vamos lá...

Início os meus agradecimentos àquele que nunca nos abandona, mesmo nos momentos mais difíceis e solitários da escrita da Tese nunca deixou que a minha Fé e coragem para seguir em frente abalassem. DEUS, obrigada por tudo!

Registro meus votos de agradecimento a todos que de alguma forma contribuíram de maneira direta e indiretamente para a realização desta dissertação.

Minha gratidão, primeiramente a Deus por me guardar e me guiar em todos os momentos de minha vida, graças te dou eternamente.

Agradeço a minha linda filha, Ana Clara, que é a razão do meu viver, e por ser o presente de Deus na minha vida, e por me motivar cada dia mais.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa do doutorado, possibilitando dedicação para os conhecimentos aqui produzidos.

Agradeço á minha família que é a minha fortaleza e refúgio, minha mãe Lucimeire (in memória), que mesmo ausente sempre a senti tão presente, me inspirando a viver e a lutar sempre sem desistir, ao meu pai Paulo que me mostrou os caminhos certos para prosseguir, amo vocês!

Agradeço a minha orientadora Josiani, que contribuiu para este processo de construção de conhecimento, de maneira comprometida com a práxis profissional, grata pelos momentos de orientação na construção e (des) construção do saber!
Grata por tudo!

Agradeço as professoras Cirlene e Rosane que são profissionais que tenho carinho e respeito pelo objeto de estudo, além do carisma que tenho por vocês!

Agradeço a professora Carla e Neide que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Agradeço ao corpo docente da UFTM- Universidade Federal do Triângulo Mineiro e o corpo docente da pós-graduação da faculdade UNESP- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, por possibilitar a socialização deste conhecimento aqui construído!!!

Agradeço em especial à Marta que sempre esteve ao meu lado compartilhando saberes, compromisso ético e político com uma formação crítica, além da produção e socialização do conhecimento, Amiga e companheira de luta, Te Adoro!

Agradeço toda a categoria profissional de Serviço Social que luta por uma formação profissional que esteja em consonância ao nosso Projeto Ético Político.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse ter chegado até aqui e realizar esse grande sonho!

MUITO OBRIGADA!!!

“Que ninguém se engane, só se consegue a simplicidade através de muito Trabalho”.

Clarice Lispector

RIBEIRO, Priscila Maitara Avelino. **Formação Profissional em Serviço Social frente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão (REUNI) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM**. 2022. 129. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tem como objetivo a ampliação do acesso a permanência na educação superior. O Programa tinha como uma das metas a expansão do número de discentes nos cursos de graduação em dez anos. Teve início em 2008, e permitiu o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação (ANDIFES, 2019). Com intuito de alcançar os objetivos da expansão as Universidades Federais aderiram ao Programa e apresentaram ao Ministério, planos de reestruturação, de acordo com a orientação do REUNI. O Curso de Serviço Social é um dos que foram criados por meio do REUNI, sendo o segundo maior curso, ficando abaixo somente para os cursos de Licenciaturas (ANDIFES, 2019). Se, por um lado tem-se uma vasta inserção da classe trabalhadora na universidade pública, por outro lado, temos embates a serem superados e enfrentados para que esta formação seja gratuita, laica e de qualidade. O objeto do presente estudo é a formação profissional em Serviço Social frente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão (REUNI) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Tem como objetivo geral analisar os avanços e desafios para a formação profissional em Serviço Social na UFTM, frente ao contexto da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tem como objetivos específicos: aprofundar os estudos acerca da proposta do REUNI, identificando os impactos desta proposta no ensino superior no Brasil da UFTM; conhecer a proposta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM; analisar a caracterização da situação acadêmica do corpo discente do Curso de Serviço Social da UFTM. A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, que vai além de descrever os fatos ou situações, proporcionando conhecimento e contrastando as relações evidenciadas no caso (YIN, 2001). Foi desenvolvida no Curso de Serviço Social da UFTM no município de Uberaba-MG por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A análise dos dados documentais foi realizada por meio dos seguintes indicadores: a) matrículas; b) forma de ingresso; c) conclusão do curso; d) trancamento de matrícula; e) cancelamento de matrícula; f) transferências e g) evasão. O método pautado foi o materialismo histórico dialético. Destaca-se que haverá momentos de compartilhar e socializar os resultados com o corpo docente e discente do curso pesquisado por meio de convite para assistirem a defesa da tese; entrega de um exemplar da tese ao curso de Serviço Social da UFTM, bem como a publicização por meio de publicação dos resultados da pesquisa em revistas científicas, anais de evento e livro. Destarte, mesmo com tantos desafios enfrentados, o presente estudo demonstrou que o Curso de Serviço Social da UFTM tem buscado uma formação crítica, ética e política conforme defende o Projeto Ético Político e as Diretrizes Curriculares de 1996, no entanto é preciso que sejam fortalecidas estratégias de enfrentamento as ofensivas do capital.

Palavras Chave: Ensino Superior, Formação Profissional, REUNI, Serviço Social.

RIBEIRO, Priscila Maitara Avelino. **Professional Training in Social Work in front of the Program to Support Restructuring and Expansion Plans (REUNI) of the Federal University of Triângulo Mineiro – UFTM. 2022.** 129f. Thesis (Doctorate in Social Work). 2021. 121f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

ABSTRACT

The Support Program for Federal Universities Restructuring and Expansion Plans (REUNI in portuguese), aims to expand access to permanence in higher education. The Program has as one of the goals, the expansion of the number of students in undergraduate courses in ten years. It has begun in 2008, and has permitted 680,000 students to enter undergraduate courses (ANDIFES, 2019). In order to achieve the expansion goals, Federal Universities joined the Program and presented to the ministry, restructuring plans, according to the guidance of (REUNI). The Social Work course is one of them that has been created by REUNI, and it is the second biggest course, being under only Undergraduate courses (ANDIFES, 2019). If on the one hand there is a vast insertion of the working class in the public university, on the other hand we have conflicts to be overcome and faced so that this formation is free, secular and quality. The object of this study is the professional training in Social Work in view of the Support Program for Restructuring and Expansion Plans (REUNI) of the “Universidade Federal do Triângulo Mineiro” - UFTM. Its main objective is to analyze the advances and challenges for professional training in Social Work at UFTM, in the context of the Restructuring and Expansion of Federal Universities (REUNI). Its specific objectives are: to deep the studies on the REUNI proposal, identifying the impacts of this proposal in higher education in Brazil at UFTM; learn about the proposal of the Social Work Course at the “Universidade Federal do Triângulo Mineiro” – UFTM; analyze the student profile of the UFTM Social Work Course. This research is characterized as a case study, which goes beyond describing the facts or situations, providing knowledge and contrasting the relationships evidenced in the case. (YIN, 2001). It was developed in the Social Work Course at UFTM in the city of Uberaba-MG through bibliographic research and documental research. The analysis of documentary data was performed using: following indicators a) enrollment; b) form of admission; c) completion of the course; d) enrollment lock; e) registration cancellation; f) transfers and g) evasion. The method was based on dialectical historical materialism. It is noteworthy that there will be times to share and socialize the results with the faculty and students of the researched course by means of an invitation to watch the thesis defense; delivery of a copy of the thesis to the Social Work course at UFTM, as well as the publication of the research results in scientific journals, event proceedings and books. Thus, even with so many challenges faced, this study demonstrated that the UFTM Social Work Course has sought a critical, ethical and political education as defended by the Ethical Political Project and the 1996 Curriculum Guidelines, in however, it is necessary to strengthen strategies to confront the offensives of capital.

Key words: Higher Education, Professional Qualification, REUNI, Social Work

RIBEIRO, Priscila Maitara Avelino. **Formación Profesional en Trabajo Social frente al Programa de Apoyo a Planes de Reestructuración y Expansión (REUNI) de la Universidad Federal del Triângulo Mineiro - UFTM**. 2022. 129f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMEN

El Programa de Apoyo a Planes de Reestructuración y Expansión de Universidades Federales (REUNI), que tiene como objetivo ampliar el acceso a la permanencia en la educación superior. El Programa tenía como una de sus metas la ampliación del número de estudiantes de graduación en diez años. Empezó en 2008 y permitió la entrada de más de 680.000 estudiantes a los cursos de graduación (ANDIFES, 2019). Para cumplir con los objetivos de expansión, las Universidades Federales se adherieron al Programa y enviaron planes de reestructuración al Ministerio, de acuerdo con los lineamientos del REUNI. El curso de Trabajo Social (Servicio Social) es uno de los creados a través de REUNI, siendo el segundo curso más predominante, quedando por detrás nomas de los cursos de pregrados. Si por un lado hay una amplia inserción de la clase trabajadora en la universidad pública, por otro lado, tenemos conflictos que superar y afrontar para que esta formación sea gratuita, laica y de calidad. El objeto de este estudio es la formación profesional en Trabajo Social frente al Programa de Apoyo a Planes de Reestructuración y Expansión (REUNI) de la Universidad Federal del Triângulo Mineiro – UFTM. Su objetivo general es analizar los avances y desafíos para la formación profesional en Trabajo Social en la UFTM, en el contexto de la Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales (REUNI). Sus objetivos específicos son: profundizar los estudios sobre la propuesta REUNI, identificando los impactos de esta propuesta en la educación superior en Brasil en la UFTM; conocer la propuesta del Curso de Trabajo Social en la Universidad Federal del Triângulo Mineiro - UFTM; Analizar el perfil del alumno del Curso de Servicio Social de la UFTM. Esta investigación se caracteriza por ser un estudio de caso, que va más allá de describir los hechos o situaciones, aportando conocimientos y contrastando las relaciones evidenciadas en el caso. (YIN, 2001). Se desarrolló en el Curso de Trabajo Social de la UFTM en la ciudad de Uberaba-MG a través de la investigación bibliográfica y documental. El análisis de los datos documentales se realizó mediante siguientes indicadores: a) matrícula; b) forma de admisión; c) finalización del curso; d) bloqueo de inscripción; e) cancelación de registro; f) transferencias y g) evasión. El método se basó en el materialismo histórico dialéctico. Cabe destacar que habrá momentos para compartir y socializar los resultados con el profesorado y estudiantes del curso investigado mediante una invitación a presenciar la defensa de la tesis; entrega de copia de la tesis al curso de Trabajo Social de la UFTM, así como la publicación de los resultados de la investigación en revistas científicas, actas de eventos y libro. Así, aún con tantos desafíos enfrentados, este estudio demostró que el Curso de Trabajo Social de la UFTM ha buscado una educación crítica, ética y política como lo defiende el Proyecto Ético Político y los Lineamientos Curriculares de 1996, sin embargo, es necesario fortalecer las estrategias para enfrentar las ofensivas del capital.

Palabras Llaves: Enseñanza Superior; Formación Profesional; REUNI; Trabajo Social.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| AE | Assistência Estudantil |
| AACC | Atividades Avaliativa Científica Cultural |
| APSS | Associação dos Profissionais de Serviço Social |
| BM | Banco Mundial |
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CFE | Conselho Federal de Educação |
| CRESS/MG | Conselho Regional de Serviço Social – Minas Gerais |
| CEE | Comunidade Econômica Europeia |
| CEAS | Centro de Estudos de Ação Social |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| DSI | Doutrina Social da Igreja Católica |
| ESSs | Escolas de Serviço Social |
| EAD | Ensino à Distância |
| ENEM | Exame Nacional de Ensino Médio |
| ENESSO | Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social |
| ERAUSMUS | Projeto de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes |
| FMTM | Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro |
| FIES | Financiamento Estudantil |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |

| | |
|-----------|--|
| GATT | Geral de Tarifas e Comércio |
| HC | Hospital de Clínicas |
| ICSPU | Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina |
| IELACHS | Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais |
| IFES | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia |
| ISCS | Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas |
| ISMT | ISMT |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| ISSP | Serviço Social do Porto |
| ISSS | Instituto Superior de Serviço Social do Porto |
| ISSL | Instituto de Serviço Social de Lisboa |
| ISSSL | Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa |
| LDBN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| Labfort | Laboratório de Formação e Trabalho Profissional |
| LabserRea | Laboratório de Serviço Social Regional |
| MEC | Ministério da Educação |
| MG | Minas Gerais |
| MESS | Movimento de estudantes do Serviço Social |
| NAFTA | Acordo Norte-Americano de Livre Comércio |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONGs | Organização Não Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PB | Processo de Bolonha |
| PET | Programa de Educação Tutorial |
| PPPC | Projeto Político Pedagógico de Curso |
| PNAES | Plano Nacional de Assistência Estudantil |

| | |
|-----------|--|
| PEPP | Projeto Ético Político Profissional |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNE | Política Nacional de Estágio |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| PUC-MG | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais |
| PUC-SP | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RAP | Relação Aluno- Professor |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada |
| TAG | Taxa de Conclusão de Graduação |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TSSS | Técnico Superior de Serviço Social |
| UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas |
| UNIMONTES | Universidade Estadual de Montes Claros |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01- Crescimento das Universidades Federais..... | 45 |
| Figura 02 - Vagas Ofertadas na Graduação Presencial nas Universidades Federais de 2003 a 2011 | 47 |
| Figura 03- Discentes matriculados 2009-2019 | 76 |
| Figura 04- Trancamentos de matriculas 2009/2019 | 81 |
| Figura 05-Figura das ESSs com gratuidade em 2013..... | 82 |
| Figura 06-Universidades Federais que possuem o curso de Serviço Social..... | 84 |
| Figura 07- Matrículas Canceladas 2009/1 a 2019/2 | 87 |
| Figura 08- Transferência. | 87 |
| Figura 09-Taxa de Evasão curso do IELACHS-UFTM | 89 |
| Figura 10-Evasão no Curso de Serviço Social 2009/1 a 2019/02 | 90 |
| Figura 11- Características das Instituições dos Cursos de Serviço Social 1953-1963 | 95 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01 – Vagas nos cursos de graduação no REUNI | 43 |
| Tabela 02- Matrículas em cursos de Serviço Social: privados presenciais, públicos presenciais e de EaD, Temer | 83 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1- Identificação do Curso de Serviço Social da UFTM | 58 |
| Quadro 2- Caracterização do Curso de Serviço Social da UFTM | 60 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| Aproximação do Cenário da Pesquisa do Curso de Serviço Social da UFTM - Uberaba-MG | 20 |
| Objetivos..... | 21 |
| Procedimentos Metodológicos | 21 |
| Devolutiva da Pesquisa e Questões Éticas da Pesquisa..... | 24 |
| CAPÍTULO 1 O PROGRAMA DE APOIO AOS PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) | 26 |
| 1.1 O Programa REUNI e sua Proposta..... | 26 |
| 1.2 O Decreto 6.096/07: Institui o Programa REUNI | 33 |
| 1.3 As Diretrizes Gerais do REUNI..... | 38 |
| 1.4 A Implantação e Efetivação do REUNI no Brasil | 42 |
| CAPÍTULO 2 RESSONÂNCIAS DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO DE UBERABA E REUNI..... | 47 |
| 2.1 Projeto Político Pedagógico: Fundamentos e Elementos Constitutivos | 47 |
| 2.2 Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996..... | 50 |
| 2.3 Lócus da pesquisa: O Curso de Serviço Social da UFTM | 52 |
| 2.3.1 Caracterização da Cidade de Uberaba-MG | 52 |
| 2.4 Processo de Implantação do Curso de Serviço Social na UFTM pelo REUNI | 55 |
| 2.5 Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM | 58 |
| 2.5.1 O Estágio Supervisionado Curso de Serviço Social da UFTM..... | 64 |
| 2.5.2 Atividades Acadêmico-Científico-Cultural/AACC..... | 68 |
| 2.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso TCC..... | 70 |
| CAPÍTULO 3 ANÁLISE DE UMA DÉCADA DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFTM: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO ÉTICO POLÍTICO FRENTE AO REUNI | 73 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 3.1 | Categorias de Análise Referentes ao Corpo Discente..... | 74 |
| 3.2 | Formação Profissional em Serviço Social pelo REUNI: Avanços e Desafios ao Projeto Ético Político..... | 89 |
| 3.3 | Análise do Curso de Serviço Social da UFTM pelo REUNI: Construção das Particularidades e o PEPP | 97 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| | REFERÊNCIAS..... | 107 |
| | ANEXOS | 116 |

INTRODUÇÃO

*Vai comigo meu projeto entre sombras, minha luz de bolso me orienta ou
sou eu mesmo o caminho a procurar-se?*

(Carlos Drummond de Andrade – Canto Brasileiro)

Aproximação do Cenário da Pesquisa do Curso de Serviço Social da UFTM - Uberaba-MG

Pesquisar acerca da formação profissional de Assistentes Sociais na graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro não é tarefa fácil, pois nos últimos 10 dez anos e, neste atual cenário histórico (2021), têm sido tomadas decisões políticas e ideológicas que são prejudiciais para as políticas direcionadas para a educação de maneira geral, e com destaque nas universidades públicas federais¹.

É fundamental destacar que a pesquisadora deu continuidade ao tema defendido na dissertação de mestrado em 2016 na Universidade Federal do Triângulo Mineiro-Uberaba-MG: contribuições para a materialização do Projeto Ético-Político”. Para esta pesquisa, o objetivo foi geral analisar os avanços e desafios para a formação profissional em Serviço Social na UFTM frente ao REUNI.

Tem como objetivos específicos: aprofundar os estudos acerca da proposta do REUNI, identificando os impactos desta proposta no ensino superior no Brasil da UFTM; conhecer a proposta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM; analisar a caracterização da situação acadêmica do corpo discente do Curso de Serviço Social da UFTM).

¹No âmbito da pesquisa em Serviço Social, a pesquisadora dedicou-se ao estudo sobre a Materialização do Projeto Ético Político de Assistentes Sociais do Hospital de Clínicas de Uberaba da UFTM no período 2013-2014, concluindo sua monografia em esta temática. No ano de 2015, aprovada enquanto aluna regular do Programa de pós-graduação da Unesp-Franca, com temática da formação profissional e as contribuições do Projeto Ético Político do Assistente Social. Defendeu a dissertação de mestrado em 2016, intitulada: “O Processo de Formação Profissional de Assistentes Sociais na UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro-Uberaba-MG: contribuições para a materialização do Projeto Ético-Político. A escolha pela pesquisa nas Universidades Federais, é pelo fato da expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil, e pelo fato da pesquisadora ter cursado o curso em uma Universidade Pública, e também foi professora substituta na mesma que é na Universidade Federal do Triângulo Mineiro-Uberaba-MG.

Aponta-se o delineamento acerca do objeto e tema pesquisado, que é a formação profissional do Assistente Social advindo do REUNI.

A constituição do cenário pesquisado, que é o Curso em graduação de Serviço Social da UFTM – Uberaba MG. Foi feita a apresentação do perfil dos egressos do Curso de Serviço Social da UFTM que se formaram até o 2^o semestre do ano de 2019, completando uma década de REUNI. Foi tratado o Projeto Ético Político em todos os capítulos de maneira transversal, buscando referencial teórico e documentos para evidenciar e analisar os dados da tese.

Objetivos

Geral:

- Analisar os avanços e desafios para a formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), frente ao contexto da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Específicos:

- Aprofundar os estudos acerca da proposta do REUNI, identificando os impactos desta proposta no ensino superior no Brasil da UFTM;
- Conhecer a proposta do Curso de Serviço Social da UFTM;
- Analisar a caracterização da situação acadêmica do corpo discente do Curso de Serviço Social da UFTM.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e teve como cenário o Curso de Serviço Social da UFTM, uma vez que esta instituição é a única que aderiu ao REUNI na mesorregião aludida do Triângulo Mineiro.

O estudo de caso, segundo Trivinos (1987), se destaca como uma categoria de pesquisa em que o objeto pesquisado é uma unidade que se busca analisar profundamente a descrição de uma determinada realidade. Na mesma direção, Gil

(2008) pontua que o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma que permita o amplo e detalhado conhecimento do que está sendo investigado. Sendo assim, Yin (2001) defende que o estudo de caso é:

A estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (YIN, 2001, p. 25).

De acordo com Yin (2001), o *lócus* estudado é um espaço que apresenta uma variedade de evidências e documentos, além de ser uma característica de um estudo histórico das ciências sociais aplicadas. Para o estudo de caso, faz-se uma questão do tipo "como" ou "por que" sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle.

As características do estudo de caso nas palavras de Yin (2001) são:

- Os dados são coletados por diversos meios; um ou mais entes (pessoas, grupos, organizações) são examinados;
- A complexidade do caso é estudada intensamente e não são utilizados controles experimentais;
- O pesquisador precisa especificar previamente o conjunto de variáveis;
- A pesquisa envolve as questões como e por que não considera prevalências ou incidências;
- O estudo enfoca eventos contemporâneos e requer um problema que convoca a compreensão de um evento ou de uma situação em questão usando a lógica indutiva, ou seja, do particular ou do específico para o geral.

O presente estudo é o primeiro a nível de doutorado, trazendo uma caracterização do Curso de Serviço Social da UFTM e da caracterização da situação acadêmica do corpo discente, além de uma análise sistemática dos documentos importantes deste curso, como Diretrizes Curriculares de 1998, Projeto Político

Pedagógico do Curso-PPPC, caracterização do curso, corpo docente, corpo discente, entre outras particularidades do curso.

Em relação ao método utilizado, a investigação se pautou no materialismo histórico dialético. Deste modo, Minayo (2008, p. 24) explica:

Enquanto método propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais.

Foi realizada a pesquisa bibliográfica a partir de autores que discutem a temática presente, bem como estudos em periódicos e anais de encontros científicos, teses e dissertações, discussões dos órgãos da categoria CRESS/CFESS, ABEPSS e ENESSO, entre outros para complementar a revisão de literatura.

Necessitou-se, também, da pesquisa documental, em legislações específicas do Serviço Social como: Código de Ética 1993; Lei de Regulamentação 8662/93; Diretrizes Curriculares 1996 do Serviço Social, documentos internos dos cursos de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), tais como: Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Matriz Curricular, disciplinas que estão inseridas nos núcleos de fundamentação contidos nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996.

De acordo com Martins (2008, p. 11), “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.

Porém, há desafios na elaboração do estudo de caso, já que é necessária maior dedicação do pesquisador, pois, de acordo com Miguel (2017, p. 217), “os trabalhos são sujeitos à críticas em função de limitações metodológicas na escolha do(s) caso(s), análise dos dados e geração de conclusões suportadas pelas evidências” .

Ressalta-se que, mesmo com limitações, as pesquisas que são realizadas por meio de estudo de caso são adequadas para conhecer a realidade com profundidade nas nuances de um determinado fenômeno organizacional.

A análise e a interpretação dos dados foram realizadas de forma processual, com a articulação das bases das pesquisas – bibliográfica, documental e estudo de caso.

Para a análise e interpretação dos resultados, buscou-se a aproximação com a teoria crítica, pautada no materialismo histórico dialético, que busca compreender a totalidade dos dados obtidos,

A interpretação está ligada à análise; esta pode ser qualitativa, quantitativa. A interpretação seria a capacidade de se voltar à síntese sobre os dados, entendendo-os em relação ao todo maior, e em relação a outros estudos já realizados na mesma área. São processos que se complementam e acontecem como síntese, numa totalidade (BARROS; LEHFELD, 2002, p. 86-87).

As categorias de análises surgiram a partir dos documentos analisados, sendo elas a) matrículas; b) forma de ingresso; c) conclusão do curso; d) trancamento de matrícula; e) cancelamento de matrícula; f) transferências e g) evasão, tendo como base os estudos relacionados com os documentos: Diretrizes Curriculares; Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação 8662/93. A investigação teve uma abordagem quantitativa e qualitativa.

A parte da pesquisa quantitativa é referente aos dados da pesquisa documental, realizados pela pesquisadora dentre: quadros, tabelas e gráficos contendo as informações documentais dos discentes da UFTM.

Devolutiva da Pesquisa e Questões Éticas da Pesquisa

Considerando a importância desta pesquisa para a formação do profissional em Serviço Social, opta-se por organizar ações que visem à devolução dos resultados e discussões aqui concluídos. A primeira delas é a disponibilização da versão impressa e encadernada ao curso em questão, além de reuniões com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiados e Departamento do Curso de Serviço Social. Também é do interesse desta pesquisadora levar à discussão destes mesmos aspectos aos fóruns de Estágio Supervisionado, grupos de pesquisa e outros espaços de participação coletiva da academia, especialmente na UNESP e na UFTM.

Ao final serão organizadas ações de devolutivas dos resultados e discussões deste estudo, através de uma cópia encadernada para o curso da UFTM, para compor o acervo do curso de Serviço Social. Socialização

com grupos de pesquisas e outros espaços de participação coletiva da academia, apontando as discussões e reflexões dos resultados evidenciados.

A pesquisadora também organizará a publicação de um livro como produto da tese, juntamente a um evento de lançamento com vistas a promover a divulgação dos resultados. Cópias do livro serão disponibilizadas a biblioteca da UFTM, para que seja material de consulta para os discentes do curso de graduação, pós-graduação, profissionais Assistentes Sociais, Docentes e para toda comunidade interna e externa.

A publicação da tese na forma de livro é importante por ser a primeira pesquisa neste espaço e com a referida temática a nível de doutorado, além da pesquisadora ser a primeira Assistente Social formada da UFTM pelo programa do REUNI que inseriu no Programa de Doutorado do Curso de Serviço Social da UFTM (Egressa concluiu o curso no primeiro semestre de 2014, sendo a III Turma da UFTM). Assim, a pesquisa tem que cumprir sua função social de socialização e publicização do conhecimento produzido nas instituições de formações.

CAPÍTULO 1 O PROGRAMA DE APOIO AOS PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

1.1 O Programa REUNI e sua Proposta

Segundo o Ministério da Educação a expansão do ensino superior contou com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e teve o objetivo a ampliação e o acesso à permanência na educação superior. Uma das metas desta expansão foi dobrar, a partir de 2008, o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação (ANDIFES, 2009). Importante ressaltar a interiorização do REUNI,²

² O ministro da Educação, Fernando Haddad, destacou nesta sexta-feira, 7, a interiorização da educação superior no país durante o governo Lula, além da expansão do ensino técnico e profissionalizante. Haddad esteve em Volta Redonda para a solenidade de inauguração da sede da Escola de Ciências Humanas e Sociais no campus do Aterradado da Universidade Federal Fluminense (UFF). O ministro, que também visitou os campi de Volta Redonda e Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, salientou que o Ministério da Educação, além da expansão do ensino técnico e profissional, implantou 106 campi no interior do país e criou 13 universidades federais. Ainda sobre o ensino superior, Haddad lembrou que o dispositivo constitucional indicador da necessidade da interiorização, como apontado na Carta de 1988, desapareceu em 1997, na mesma manobra parlamentar que proibiu a expansão dos cursos técnicos federais. A proibição legal para a criação de escolas de educação profissional e tecnológica caiu, porém, em 2005. Com isso, o governo federal construiu 115 unidades de 214 previstas até o final de 2010. Dessas 115, 102 já funcionam e 13 devem ter as aulas iniciadas no segundo semestre. Outras 99 estão em obras e 26 funcionam em instalações provisórias. Assim, o país passará de 140 unidades criadas entre 1909 e 2002 para 354 até o fim do ano. Com a conclusão de todas as novas escolas, a oferta de vagas chegará a 500 mil — antes da expansão, eram 160 mil. As unidades de ensino técnico-profissionalizante oferecem cursos de nível médio, de licenciatura e superiores de tecnologia. Interiorização — A educação superior brasileira registra avanços nos últimos sete anos. Desde 2003, estão em funcionamento 106 novos campi universitários e outros 19 devem funcionar a partir deste ano. O número de cidades atendidas passou de 113 em 2003 para 219 no ano passado. Até o fim de 2010, serão 236 os municípios com pelo menos uma unidade federal de educação superior. Disponível

O presente objeto da tese acerca da formação de Assistentes Sociais advinda do REUNI, deve ser analisado na sua totalidade e por suas permeadas mediações complexas e amplas. Tal determinação pressupõe compreender tal objeto nas dimensões sociais, culturais, políticas e históricas imbricadas nas relações particulares e singulares inseridos em uma totalidade das correlações de forças.

Com intuito de alcançar os objetivos sinalizados, as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao Ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do REUNI. Assim, tais ações promoveram o aumento de vagas, ampliação ou abertura de cursos noturnos, e conseqüentemente, aumento do número de discentes por professor³, a redução do custo por discente, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Várias são as formas de inserção na educação do ensino superior, destacando o vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM⁴, o Programa Universidade para Todos- Prouni⁵ e a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

<http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/216-ministro-destaca-expansao-e-interiorizacao-do-ensino-superior> acesso 12 de set, 2021.

³ Voltando a fórmula original, o segundo elemento, DDE: docentes com equivalência de dedicação exclusiva. Toma-se por referência o banco de professores equivalentes. Assim: $DDE = \text{Total de professores equivalentes} / 1,55$. Este valor de 1,55 é determinado pela Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007, art. 2º, § 2º. Os docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva ou em regime de 20 horas semanais serão computados multiplicando-se a quantidade de professores pelo fator 1,55 [...]. O Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, mudou este valor para 1,70; DPG: cálculo da dedução do número de professores devida à pós-graduação. Esta dedução de professores em função da pós-graduação possui dois momentos para serem utilizados na fórmula. Primeiro, no caso de a instituição estar acima da média nacional (1,5) e, outro, quando a instituição se encontra abaixo dessa média. Toma-se por base o número de alunos de mestrado e doutorado matriculados nos programas da universidade, ponderado pelo fator Fav, em função da avaliação CAPES dos programas; ou o número de alunos de mestrado e doutorado que a universidade possuiria se tivesse a média nacional atual de 1,5 alunos de pós-graduação por professor. (TONEGUTTI E MARTINEZ, 2008). Disponível Cláudio Martin Rocha, 2018.

⁴ O Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, e foi criada em 1998.

⁵ É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Em relação ao funcionamento do Prouni são para candidatos sem diploma de curso superior, que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015, com no mínimo 450 pontos na média das notas e nota na redação que não seja zero, podem fazer a inscrição no processo seletivo do Prouni do segundo semestre de 2016 e concorrer a bolsas de estudos.

Para esta pesquisa, o foco é no REUNI devido sua importância para a criação do Curso de Serviço Social na UFTM da cidade de Uberaba-MG, bem como para outros cursos das Universidades Federais.

Importante citar em meados de 2007, substanciado e reforçado pelo REUNI, foi implantado em algumas Universidades Federais do Brasil um novo modelo educacional superior composto por três ciclos. Cita-se os cursos Bacharelados Interdisciplinares (BI), que preconizam a inserção de metodologias com foco na interdisciplinaridade, autonomia do graduando no processo de construção do conhecimento e expansão do número de vagas e das novas classes sociais no ensino superior.

Neste sentido:

O BI terá currículos flexíveis, predominantemente optativos, em três Eixos Temáticos Interdisciplinares: Cultura Humanística, Cultura Artística e Cultura Científica. Os módulos incluirão uso instrumental da língua brasileira e de língua estrangeira moderna, filosofia (lógica, ética e estética), história, antropologia, literatura e estudos clássicos, pensamento matemático, princípios e uso de informática, política e cidadania, ecologia e artes. Serão oferecidos módulos de introdução às profissões, o que contribuirá para escolhas maduras de carreira profissional. Os módulos específicos serão optativos e oferecidos aos que concluíram a formação geral e pretendem antecipar cursos básicos das carreiras profissionais.¹

Os BI são estruturados em quatro cursos de bacharel: BI de Saúde, BI de Humanidades, BI de Artes e BI de Ciência e Tecnologia. Estes cursos compõem o primeiro ciclo sendo pré-requisito para os demais e possui como finalidade uma formação geral integrando vários campos do conhecimento, fugindo do modelo de ensino tradicional especialista (ALMEIDA FILHO, 2007).

No caso da proposta do REUNI, vale destacar que surgiu de mobilizações, aspirações contraditórias de vários segmentos da sociedade desde as lutas da reforma universitária de 1968.

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (doravante PAC), em 2007, possibilitou aos diversos ministérios e segmentos apresentarem ações e propostas de cada área com enquadramento no referido programa Expansão na perspectiva da Reforma Universitária durante a gestão do governo Lula para o Interior (2003-2006), dando ênfase à interiorização e possibilitando tanto a implantação de universidades, como a criação de novos *campi*.

Com o (PAC), em 2007, o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da

¹ Estas informações foram retiradas do material Anísio Teixeira e a Universidade Nova no site: www.universidadenova.ufba.br

Educação (PDE), em 24/04/2007, simultaneamente baixou o Decreto 6.094/07, que dispõe do plano de Metas “Compromisso todos pela educação”.

Logo, o REUNI:

Apresenta-se com uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL/MEC, 2007a, p.05).

Esta expansão no ensino superior, já mencionada, tem suas reconfigurações pelo governo Fernando Collor de Mello Com expansão das IFES com ranqueamento, além de congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens. Assim, a ampliação aprofundada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, desde seu primeiro e segundo mandato.

⁶ Durante o Governo Lula ocorreram outras políticas públicas, como o Programa Expandir e o Reuni. O Programa Expandir, em 2006, promoveu a criação de 10 Instituições de Ensino Superior e a expansão de 48 campi. Em 2007, o Programa surge sob a nomenclatura de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Com a sucessão presidencial, a Presidente Dilma assume o governo e reafirma a continuidade dos programas de criação e expansão da educação superior iniciados no Governo Lula. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964739003/html/> acesso em 12 de set, 2021.

- 1) Lei n. 10.973/2004 de Inovação Tecnológica que versa sobre o estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas;
- 2) Projeto de Lei n. 3.627/2004 com a criação do Sistema Especial de Reserva de Vagas;
- 3) Lei n. 11.079/2004 com o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais;
- 4) Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado;
- 5) Projeto de Lei n. 7.200/2006 que trata da Reforma a Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional;
- 6) Decreto n. 5.800/2006 que instituiu o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- 7) Decreto de n. 096/2007 que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- 8) Portaria Interministerial n. 22 MEC/MP em 2007 que instituiu o “banco de professores equivalentes” em consonância com a política do REUNI;
- 9) Medida Provisória n. 435/2010 que busca legalizar as relações já existentes na universidade com as fundações de apoio;
- 10) Decreto n. 7232/2010 que instituiu um mecanismo de gerenciamento do quadro dos servidores técnico-administrativos estabelecendo a possibilidade das IFES reporem as vacâncias existentes no seu quadro sob fiscalização do MEC;
- 11) Decreto n. 7233/2010 que trata sobre a desobrigação de recolhimento dos recursos financeiros das IFES ao final de cada exercício pelo Tesouro Nacional;
- 12) Decreto n. 7234/2010 com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); e
- 13) Medida Provisória 520/2010 que autoriza a criação de uma empresa pública de direito privado, chamada de empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que faculta a prestação serviços à saúde e apoio administrativo aos hospitais universitários (RODRIGUES, 2011, p. 20).

Tais instrumentais foram criados e institucionalizados nos governos Lula, visando a expansão e democratização da educação no ensino superior brasileiro. Com o REUNI não foi diferente, pois com a referida proposta os cursos dobraram o número de oferta de vagas (RODRIGUES, 2011). O crescimento do ensino superior no Brasil pode ser dividido em três fases. Na primeira fase, entre 1998 e 2002, houve a expansão do número de vagas e cursos de nível superior nas sedes das universidades federais existentes. A primeira fase, destaca.

A primeira fase de expansão do Ensino Superior federal, denominada de Expansão I, compreende os anos de 2003 a 2007. Neste período, foram criadas 08 universidades federais em diversos estados. E, após 2007, com a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mais 06 surgiram, totalizando 14 universidades no período de 2003 a 2010 (Gráfico 3). Além disso, a expansão da referida rede também contou com a interiorização dos campi. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades federais passou de 114 em 2003 para 237 no final de 2011 (MEC, 2011d apud BARRO, 205, p. 374).

O MEC sinaliza em relação ao REUNI:

Em sua formulação, o REUNI teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL/MEC, 2007, p.03).

Sabe-se que todo programa tem suas potencialidades e dificuldades de implantação. Logo, para o cumprimento dos objetivos propostos pelo programa REUNI, foram estabelecidas metas e diretrizes sistemáticas para sua operacionalização, que são definidas no Decreto 6.096/07 (ANEXO 1), sendo reiterados com a elaboração das Diretrizes Gerais do REUNI.

A esse respeito, Lima e Pereira (2011) apontam as similitudes do processo do REUNI com o “Processo de Bolonha”.⁹ Toda a relação reflete na alteridade do modelo de universidade, pois é necessário o cumprimento de metas e diretrizes através de contrato de gestão.

No início, o programa REUNI circulou como um documento não oficial em meado de 2006/2007 por parte de algumas entidades de universidades federais pelo país.

Uma questão importante a citar é que o REUNI possibilitou o acesso de uma parcela da sociedade advinda das camadas populares, que outrora não tinha esta possibilidade. Logo, o Estado precisou e criou estratégias que garantissem que este acesso seja de qualidade e de permanência, pautado na concepção de educação enquanto um direito social e não produto da lógica perversa do mercado.

⁹ “Processo de Bolonha”, que se iniciou na Europa em 1999 e tinha como meta o estabelecimento do Espaço Europeu de Ensino Superior até 2010. Em geral, busca criar uma competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior, um espaço de mobilidade acadêmica e de empregabilidade no Espaço Europeu. Por outro lado, o REUNI também se articula ao “Projeto Universidade Nova” elaborado pelo reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que tem como objetivo central a criação de Bacharelados Interdisciplinares (BI) através de currículos flexíveis, com cursos de formação geral que possam servir de requisito para a graduação de carreiras profissionais e para a formação acadêmica de pós-graduação. É importante salientar que as mudanças na estruturação do ensino proposta pelo “Projeto Universidade Nova” se assemelham as alterações oriundas do “Processo de Bolonha”. Ver Viviane de Souza Rodrigues (2011).

Uma crítica importante a ser feita é o conhecido processo de “empresariamento” da educação superior citado por Neves (2006), que iniciou com o governo Collor (1992-1994) e Itamar Franco (1992-1995), fortalecido no governo FHC; e conduzido no governo Lula apontando “duplo mecanismo: a ampliação do número de cursos privados e a privatização interna das instituições públicas” (LIMA, 2009, p. 4). Ou seja, é preciso fazer a crítica acerca desta “democratização” e “acesso à universidade pública”, pois há o predomínio da lógica de mercado e no ajuste fiscal.¹⁰

Neste sentido, cabe-nos perguntar quais as decorrências e contradições REUNI nas instituições de ensino superior, ou melhor, nas universidades públicas? No estudo de Lima (2009, p. 4), a pesquisadora dispõe do seguinte encaminhamento para a questão anterior:

A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão” indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “banco de professores equivalentes”, precarizando ainda mais as condições de trabalho docente.

Se por um lado o REUNI possibilitou o ingresso da classe trabalhadora ao ensino superior, por outro lado o ônus aparece em duas dimensões de precarização: o da formação profissional e do trabalho docente, pois a formação previa maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), ou seja, de forma aligeirada e não com a ênfase necessária para a pesquisa na formação.

Os problemas na formação de cursos no Brasil são históricos, as considerações sobre quais modelos são mais adequados, estão sempre presentes nas discussões, e se deparam com as mesmas questões, mais formação pedagógica ou mais formação específica. Além disso, quais estratégias de ensino devem ser utilizadas, bem como os numerosos cursos *online* e de formação aligeirada.

¹⁰ Para informações a respeito do empresariamento da educação superior, recomenda-se a leitura de Lima (2007).

No que diz respeito à problemática do trabalho docente, o aumento de turmas não foi concomitante alicerçada pelo aumento do número de contratação do corpo docente, o que acabou precarizando as condições do trabalho docente devido às altas demandas de aulas, além do tempo para pesquisa e extensão ficarem sobrecarregados.

Outro ponto que têm sido alvo de críticas é a flexibilização trabalhista que as universidades têm vivenciado, visto que na ausência de professores efetivos, contrata-se docentes na modalidade de substitutos, temporários entre outras categorias provisórias, que precarizam as condições de trabalho e distinções de funções.

Lima (2013) tece algumas críticas acerca da formação e da contratação de docentes:

A ampliação de vagas discentes sem a contrapartida de vagas docentes em número suficiente para assumir as atividades na graduação, na pós-graduação, na pesquisa, na extensão, nas orientações e nas tarefas administrativas, impostas pela universidade e pelos órgãos de fomento, indica a dificuldade para a efetivação da dissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. O docente, neste quadro de expansão precarizada, assume turmas lotadas; está sobrecarregado com excesso de disciplinas, supervisão de estágio curricular e orientação de monografias e, ainda, com as tarefas administrativas que fazem parte do cotidiano da universidade. Parte significativa dos docentes acaba desvinculada da pesquisa, dos programas de pós-graduação e da produção crítica e criativa do conhecimento, especialmente se for contratado como professor substituto ou temporário (LIMA, 2013, p.8).

As universidades têm aderido a lógica perversa produtivista e de mercado, em outras palavras uma universidade pública não deve ser submetidas aos moldes de competitividade, produtivista pautado no empreendedorismo do grande capital.

No próximo item tratou do regimento legal com análise do Decreto 6.096/07 que institui o Programa REUNI e suas metas e diretrizes.

1.2 O Decreto 6.096/07: Institui o Programa REUNI

O REUNI foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007, integrando um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias implementadas no governo Lula, visando incorporar demandas e ações desenvolvidas com vistas à Reforma Universitária brasileira (2007).

Tal programa é considerado um decreto de execução¹¹, ou seja, um decreto executivo necessita de uma lei que embase sua efetivação. No caso do REUNI, ele está referenciado a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 – PNE (2001-2011).

O Decreto possui 08 artigos que apontam seus objetivos, suas metas e suas diretrizes para o programa REUNI, além de estabelecer as competências. Já no 1º artigo o Decreto aponta:

Art.1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL/MEC, 2007, p.01)

O Decreto pontua, ainda a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, bem como o melhoramento na estrutura física e dos recursos humanos. Sabe-se que houve a ampliação de oferta de cursos, porém os concursos públicos não conseguiram acompanhar tal ritmo de crescimento em relação ao número de aumento de corpo docente e de técnicos administrativos.

A tese de Gonçalves (2013) apontou algumas críticas na primeira e na segunda meta do Decreto.

Logo, cita-se que neste primeiro momento desta fase inicial, a meta previa em 90% da Taxa de Conclusão da Graduação (TCG) tal indicativo impacta diretamente nas políticas educacionais, destacando um supervalorizamento dos

¹¹ Paulo e Alexandrino complementam que todos são a exteriorização do Poder Regulamentar e, assim sendo, de competência do Presidente da República, com o fim de complementar as leis e lhes dar efetiva execução. No caso do decreto de execução, "(...) costumam ser definidos como regras jurídicas gerais, abstratas e impessoais (...)" (PAULO, ALEXANDRINO, 2011, p.587).

fatores e dados quantitativos, descontextualizado elementos como: ingresso e permanência estudantil; evasão escolar; trancamento de curso por diversos fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos (GONÇALVES, 2013).

Essa meta demarcada no Decreto em 90% da Taxa de Conclusão da Graduação (TCG) reflete o direcionamento das políticas educacionais em sua supervalorização aos dados quantitativos enquanto um fim em si mesmo, visto que apontam lacunas que direcionam as ações das IFES apenas para o cumprimento da meta sem, contudo, levar em consideração questões mais amplas, entre elas: sinalizar estratégias às IFES para a efetivação da meta, os parâmetros de qualidade, o motivo da evasão e como este será sanado. No tocante a segunda meta global, a Relação Aluno-Professor (RAP) é apresentada no Decreto enquanto estratégia para a expansão da educação superior. Dados de realidade provocaram debates e reivindicações pela associação docente e a comunidade acadêmica em geral, uma vez que os números apresentados na RAP, que antecederiam a implantação do Programa REUNI, correspondiam a uma média de 11,9 alunos por professor. Tal ampliação da RAP para 18 representava, diante das críticas, a intensificação do trabalho docente, sobretudo com ênfase ao ensino, em detrimento à pesquisa e a extensão – interferindo diretamente na qualidade da formação (GONÇALVES, 2013, p.213).

Importante analisar de maneira qualitativa a RAP, para que o trabalho docente não vise somente o quantitativo, mas a qualidade na formação profissionais do aluno na universidade pública.

Já a segunda meta dispõe sobre a Relação Aluno-Professor (RAP) e é apresentada no Decreto enquanto estratégia para a expansão da educação superior. Tal dado é contraditório, dado que as reivindicações feitas pelos docentes, correspondiam a uma média de 11,9 discentes por professor (GONÇALVES, 2013), mas com o REUNI tal relação subiu para 18 discentes por docentes, ou seja, ainda o número de docente é insuficiente para atender as demandas apontadas pelos discentes

O Decreto apresenta, em seu artigo 2º, o cumprimento de metas globais:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

Importante refletir quais estratégias contribuem para redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, haja visto que são cursos que o alunado trabalhador cursam.

Importante ainda, criticar ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

É imperioso que seja feito de maneira cuidadosa a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade.

Necessita de uma efetiva diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada, mas voltado a qualidade da formação prestada pela IES. Deste modo, importante ainda a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

No artigo 2º, o Decreto descreve, através das Diretrizes, várias ações que as IFES precisam executar para tentar sanar os *déficits* históricos de tal expansão no ensino superior. Segundo dados institucionais sobretudo do MEC cumpriu seu papel de universalização do acesso, bem como as condições para permanência efetiva e de qualidade no ensino superior.

Araújo (2011) analisa o 2º artigo da seguinte forma:

A mobilidade estudantil, viabilizada por meio da diminuição de obstáculos interinstitucionais e intrainstitucionais vem sendo amplamente incentivada pelo MEC. As universidades são incentivadas a adotar currículos flexíveis, contrariamente à rigidez de estruturas curriculares centradas em disciplinas isoladas. A diversificação das modalidades de graduação compreende cursos com arquitetura curricular distinta daquelas atualmente adotadas pelas universidades. A proposta, que foi amplamente divulgada pelo governo federal, está alicerçada na organização curricular constituída por ciclos, nos moldes dos bacharelados interdisciplinares, com formação básica comum, nos anos iniciais, e profissionalização, no ciclo posterior (ARAÚJO, 2011, p.118).

Todas as diretrizes e metas deveriam ser consideradas na totalidade dos fatos e da realidade sócio histórica da educação superior na sociedade brasileira; sendo necessário a articulação das metas e diretrizes em conjunto com o MEC, para que as IFES tivessem condições de ofertarem uma educação de acesso democrático,

gratuito e de qualidade. Logo, tal implantação e implementação do programa tinham ações contraditórias,

Desta forma, dados de realidade vêm demonstrando que a materialização dessas diretrizes assume feições diferenciadas, tais como: o desenvolvimento de ações que permeiam a implantação de cursos considerados de baixo custo; a flexibilização curricular diante da qualidade com vistas à lógica empresarial e os direcionamentos internacionais; diversificação das modalidades de graduação (atendendo os direcionamentos do Processo de Bolonha); bem como o incentivo a implantação de organização curricular a partir de ciclos, pautados na lógica dos Bacharelados Interdisciplinares sinalizados no modelo da Universidade Nova (GONÇALVES, 2013, p. 2015).

Aprofundando as reflexões acerca da ampliação dos cursos de baixo custo, como são os cursos de licenciaturas, visamos preencher vagas ociosas das IES, outrora para preencher vagas que estavam na falta de profissionais no mercado de trabalho.

Assim, toda a lógica perversa e de mercado impacta diretamente nas questões referentes ao baixo nível dos cursos; flexibilização dos currículos em detrimento das demandas de mercado e não da qualidade na formação (atendendo aos objetivos defendidos no Processo de Bolonha).

O 3º artigo do Decreto é expresso da seguinte maneira:

Art.3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

- I – construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa;
- II – compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
- III – despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, §1º.

§2º O acréscimo referido no §1º tomará por base o orçamento do ano iniciada execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (BRASIL/MEC, 2007, p.01-02 apud GONÇALVES, 2007, p. 215).

Tais recursos vinculados ao Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, assim, cabe a IES se organizar para que receba tais iniciativas orçamentárias.

Este artigo evidencia a parte orçamentária da implantação e a contribuição direta da participação do MEC, nos recursos reservados para cada universidade federal, bem como estrutura e infraestrutura, equipamentos, entre outras medidas para expandir as atividades necessárias para à expansão e reestruturação. Na subsequência, os artigos 4º e 5º possibilitam enfatizar algumas particularidades nas decisões legais e jurídicas das IFES:

Art.4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art.1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturãção deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art.5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

- I – o plano de reestruturação, observado o art.4º;
- Estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano. (BRASIL/MEC, 2007, p. 02).

Estes artigos representam e afirmam a chamada “heteronomia da universidade autônoma”. Destacando que o significado e heteronomia expressa sujeição a uma lei exterior ou à vontade de outrem; ausência de autonomia, nas palavras de Gonçalves (2013, p.22):

Diante desses artigos denota-se a “heteronomia da universidade autônoma” também evidenciado no Capítulo III desta tese, uma vez que a universidade pode aderir ou não ao Programa quando quiser, bem como elaborar seus planos de acordo com suas especificidades. Contudo, essa “heteronomia” ocorre dentro dos critérios estabelecidos e pactuados pelo MEC – sem a devida participação das IFES na construção dos mesmos. Este estudo depreende que tais direcionamentos apresentados nesses artigos estão em consonância com a autonomia universitária expressa na LDB de 1996, apresentada pela autonomia didático-pedagógica e administrativa – reiterando a lacuna e deficiência na autonomia política que possibilitaria, na particularidade do REUNI, a garantia expressa no decreto de construções conjuntas sem os direcionamentos e contrapartidas.

A heteronomia das universidades que outrora estabelecia uma autonomia, acaba sendo subsumida à uma autonomia camuflada, pois de certa forma as IFES podem aderirem ou não, mas de outro modo ao adquirem o contrato de adesão do REUNI, ela fica subvertida as normas, regras e metas contidas estabelecidas pelo MEC.

Artigo 6º “A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas”. Art. 7º “As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação”. (BRASIL/MEC, 2007a, p.02).

Tais artigos evidenciam que não há questões novas acerca do orçamento financeiro direcionado para as IFES, dado que tudo está condicionado à capacidade orçamentária do MEC.

1.3 As Diretrizes Gerais do REUNI

Com a instituição do Decreto 6.096/2007 (REUNI), alguns esforços reuniram sujeitos que visavam sanar as lacunas decorrentes do mesmo e neste sentido, foi constituído e nomeado um Grupo Assessor, através da Portaria nº 552 SESu/MEC de 25 de junho de 2007, com vistas à elaboração das Diretrizes Gerais em complemento ao decreto do REUNI.

As Diretrizes Gerais estão de acordo com as metas do MEC, que pactua coma ampliação de acesso e da permanência no nível de ensino superior na graduação.

As Diretrizes Gerais do Programa REUNI trazem seus aspectos mais centrais que tangenciam o Decreto 6096/2007, sendo: metas globais, mobilidade estudantil,

redesenho curricular de seus cursos, flexibilidade e interdisciplinaridade, assim como a necessidade de ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, com ênfase ao caráter plural na elaboração dos modelos adotados por cada IFES. Nesse sentido, as Diretrizes Gerais reafirmam o Decreto do REUNI frente à gestão da universidade, sobremaneira com o objetivo apresentado pelo Programa:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL/MEC, 2007, p.10).

Vale ressaltar que as dimensões e seus respectivos aspectos são apontados nas Diretrizes Gerais do REUNI (BRASIL/MEC, 2007), sendo eles:

A. Ampliação da oferta da educação superior pública:

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação das vagas ociosas.

B. Reestruturação Acadêmico-Curricular:

1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
2. Reorganização dos cursos de graduação;
3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

C. Renovação Pedagógica Da Educação Superior:

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

D. Mobilidade Intra e Interinstitucional:

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

E. Compromisso Social da Instituição:

1. Políticas de inclusão;
2. Programas de assistência estudantil; e
3. Políticas de extensão universitária.

F. Suporte da Pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação:

1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Vale destacar que estes elementos trouxeram à tona a expansão das universidades federais e apontando para os avanços. No entanto, nos marcos do capitalismo monopolista, expressam as contradições nos direcionamentos das políticas da educação superior. Logo, optou-se por evidenciar algumas contradições diante das dimensões já explicitadas.

Na tese de Gonçalves (2013,p. 223-223), ela tece algumas análises das dimensões supracitadas:

Na dimensão A. “Ampliação da oferta da educação superior pública”: se por um lado possibilita o aumento de vagas e a redução das taxas de evasão, bem como a ocupação das vagas ociosas; por outro lado pode desencadear (diante do reduzido financiamento) uma lotação nas salas de aula, com forte ênfase ao ensino.[...] Já na dimensão B. “Reestruturação Acadêmico-Curricular”: por um lado possibilita avanços na estrutura curricular, sobretudo com relação aos modelos rígidos e inflexíveis a partir da construção de novas posturas interdisciplinares e uma preocupação com a formação do sujeito rompendo com a formação precoce; por outro lado abre a possibilidade da construção e elaboração dos BI’s, cursos sequenciais entre outros. Na perspectiva da qualidade, a dimensão C. “Renovação Pedagógica da Educação Superior” pode trazer avanços e possibilidades diante das novas tecnologias ao processo de formação, bem como ganhos substanciais se inseridos nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (2013, p. 223).

Ainda em relação as análises acerca da ampliação da oferta:

Contudo, diante do contexto atual da educação superior, essa dimensão pode desencadear a substituição gradativa do docente pela modalidade de educação à distância. A dimensão D. “Mobilidade Intra e Inter-Institucional” possibilita uma integração entre as IFES com possibilidades de construções conjuntas e novas feições positivas à qualidade da educação. Em contrapartida, consubstanciado pelo Processo de Bolonha, pode denunciar aspectos de mobilidade interna e externa

estabelecida e institucionalizada como passo inicial para a inserção em cursos e/ou universidades mais renomadas. A dimensão E. “Compromisso Social da Instituição” possibilita a construção de políticas de inclusão e ações afirmativas na perspectiva de garantir acesso e permanência a alunos que antes não poderiam cursar o ensino superior – inclusive com a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ¹² e recentemente apresentam-se novas formas de inserção, sobretudo a partir do Exame Nacional do Ensino Médio. [...]A última dimensão apresentada nas diretrizes, expressa pela letra F. “Suporte da Pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação” possibilita a implantação de ações com uma maior integração da graduação com os programas de pós-graduação, visto que esta integralização comumente não ocorre (2013, p. 223).

Todos os elementos elencados pela autora confirmam as contradições acerca das propostas das IFES ao REUNI, bem como se efetivou toda implantação e implementação do REUNI nas IFES na realidade de cada instituição. Se observar, cada dimensão de A a F possui a proposta inicial com o bônus e, em contrapartida, possui o ônus, acentuando as contradições e polêmicas em torno da processualidade das Diretrizes Gerais do REUNI, sobretudo a partir do estabelecimento da Chamada Pública MEC/SESu nº 08/2007.

Diante da realidade, surgem duas polêmicas importantes. A primeira advém do processo entre a “apresentação das Diretrizes Gerais e a Chamada Pública, diante dos prazos exíguos na elaboração dos planos postos às universidades para a apresentação ao MEC” (GONÇALVES, 2013, p. 225).

A esse respeito, necessita-se ressaltar a precarização e o sucateamento em detrimento ao ensino, pesquisa e extensão. Sobre este aspecto, Lima (2009) pontua:

A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão” apresentadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação o que decorre na precarização das condições de trabalho docente (LIMA, 2009, p.23).

¹²O PNAES “(...) foi instituído, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com o PNAES, esses estudantes passaram a contar com auxílio para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência a saúde, cultura, esportes e serviços de creche”. (BRASIL/MEC/SESu/DIFES, 2009, p.13-14). Este Programa entrou em vigência com dotação orçamentária em 2008 através do repasse de investimento às IFES, entretanto foi regulamentado pelo Decreto 7234/2010. No próximo item será abordado aspectos do PNAES diante do processo de implantação do REUNI.

Já se mencionou neste estudo, a precarização do trabalho docente e, conseqüentemente, da formação profissional, com salas lotadas, criação de ciclos básicos, fragilizando a relação discente/professor.

1.4 A Implantação e Efetivação do REUNI no Brasil

O REUNI no Brasil, tendo por base a apresentação de documentos de avaliação utilizados pelo MEC, bem como o relatório de implantação elaborado pela ANDIFES.

Gonçalves (2007, p. 230) disserta sobre o tema, faz menção as polêmicas que surgiram em torno das questões da implantação do REUNI, bem como sua execução:

As polêmicas em torno da implantação do Programa têm sido de toda ordem: os defensores acreditam que os aportes de mais recursos e mais vagas para docentes e técnicos, sinalizados pelo MEC, representam um novo fôlego para as ações da universidade, historicamente sacrificada pela racionalização de gastos (...). Por outro lado, aqueles que são contrários às propostas do Programa enxergam, nas metas exigidas, a priorização do ensino em detrimento da pesquisa, na medida em que se estabelece como meta principal a elevação na taxa de conclusão da graduação para 90% e o aumento na proporção de alunos por professor, na razão de 18/1. Estes indicadores poderão implicar a desconfiguração do caráter da universidade, enquanto lócus de ensino, pesquisa e extensão, como também o aligeiramento e a conseqüente desqualificação da atividade de ensino e precarização da atividade docente.

O autor deixa evidente a subordinação as IFES em relação ao tripé ensino, pesquisa e extensão em detrimento de uma formação aligeirada, precarizando as atividades no interior das instituições de formação. Em outras palavras:

Destaca que, de acordo com o relatório da ANDIFES, das 54 universidades federais existentes no ano de 2007, delas aderiram ao REUNI; sendo que 42 destas universidades apresentaram seus planos na 1ª chamada para a implantação do programa no 1º semestre de 2008; e 11 universidades apresentaram seus planos na 2ª chamada para a implantação do programa no 2º semestre de 2008 (GONÇALVES, 2013, p. 233).

Sobre este aspecto, vale dar destaque ao aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação, expresso na tabela a seguir:

Tabela 01 – Vagas nos cursos de graduação no REUNI

| | Projetadas | | | Executadas | | | Diferenças | | |
|-------|------------|---------|---------|------------|---------|---------|------------|---------|-------|
| IFES | Diurno | Noturno | Total | Diurno | Noturno | Total | Diurno | Noturno | Total |
| Total | 108.553 | 38.209 | 146.762 | 109.690 | 37.587 | 147.277 | 1.137 | 622 | 515 |

Fonte: BRASIL/MEC/SESu/DIFES, 2009, p.06 apud GONÇALVES 2007, p.234.

Os dados apresentados denotam e explicitam uma comparação entre o número de vagas projetadas e as vagas executadas diante do REUNI, bem como expressa as diferenças entre as vagas. Além de apresentar as vagas projetadas às “IFES no período diurno excederam as executadas, contudo as vagas dos cursos noturnos não foram focos de atuação das IFES, uma vez que não atingiram nem a metas projetadas” – reiterando lacunas históricas na oferta de vagas para esse turno (GONÇALVES, 2013, p. 236).

No relatório elaborado pela ANDIFES, em 2010, aponta-se como sendo objetivos das universidades:

- Adequar, academicamente, a universidade, em seu aspecto qualitativo e quantitativo, às novas demandas, dinâmicas, escalas e aos novos papéis e contextos globais advindos da sociedade do conhecimento(...);
- Formar, estrategicamente, mão-de-obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e com padrões apropriados de sustentabilidade para este novo ciclo de crescimento e desenvolvimento que se expressa atualmente no país e no mundo;
- Produzir ciência, tecnologia e inovação para inserir o país, com soberania, na nova ordem mundial do conhecimento;
- Produzir e transmitir o conhecimento que promova igualdade, a inclusão e auxilie na formação de cidadãos emancipados e portadores de conceitos éticos e humanitários (ANDIFES, 2010, p.09 apud GONÇALVES 2007, p 237).

Neste viés, o relatório evidencia que as ações para equacionar a taxa de evasão (meta TCG Taxa de Conclusão de Curso de Graduação) fortalece a articulação pedagógica e a assistência estudantil, principalmente através do repasse de bolsas com vistas à permanência dos discentes.

A particularidade das IFES demonstrou ações associadas ao PNAES, sobressaindo o aumento e a diversificação das modalidades e naturezas das bolsas (Permanência, PIBIC, Monitoria, Bolsa-Trabalho entre outras); assim como ocorre o incentivo a prática esportiva; participação em projetos culturais; flexibilização curricular, mobilidade acadêmica e ampliação do

apoio acadêmico, diagnóstico da realidade do discente com vistas ao estímulo de sua permanência (GONÇALVES, 2013, p. 238).

Importante pontuar a PNAES de fato evidenciou algumas conquistas e ganhos para as IFES, logo:

A PNAES expressou ganhos significativos diante da possibilidade de permanência dos discentes nas IFES, especialmente a partir da regulamentação do Decreto 7234/10¹³, que garante aspectos normativos nas ações das IFES com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos discentes matriculados – garantidos na perspectiva dos direitos – numa realidade precária e/ou inexistente de ações com essa finalidade (GONÇALVES, 2013, p. 238).

Importa citar uma projeção da expansão das universidades federais, Sinopse das Ações do Ministério da Educação, BRASIL/MEC/SESu, 2011.

Figura 01– Crescimento das Universidades Federais



Fonte: Sinopse das Ações do Ministério da Educação, BRASIL/MEC/SESu, 2011.

¹³O Decreto 7234, de 19 de julho de 2010, regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil executado pelo MEC desde 2008 com o repasse de dotação orçamentária às IFES com vistas a ampliar as condições de permanência dos estudantes nas IFES. Maiores informações acesse o site do MEC eo decreto, disponível em: <http://www.ufjf.br/cae/files/2008/10/DECRETO-N%C2%BA-7234.pdf>. Acesso em 07/08/2021.

Segundo os dados do Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a análise da Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Sabe-se que o REUNI surge na tentativa de:

[...] atender as reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil no sentido de uma ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal. Dentre as entidades destacam-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) por meio do documento Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) (ANDIFES, 2012, p.10).

Apresenta tais diretrizes o REUNI:

O Decreto do Programa REUNI tinha como diretrizes: I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (ANDIFES, 2012, p.10).

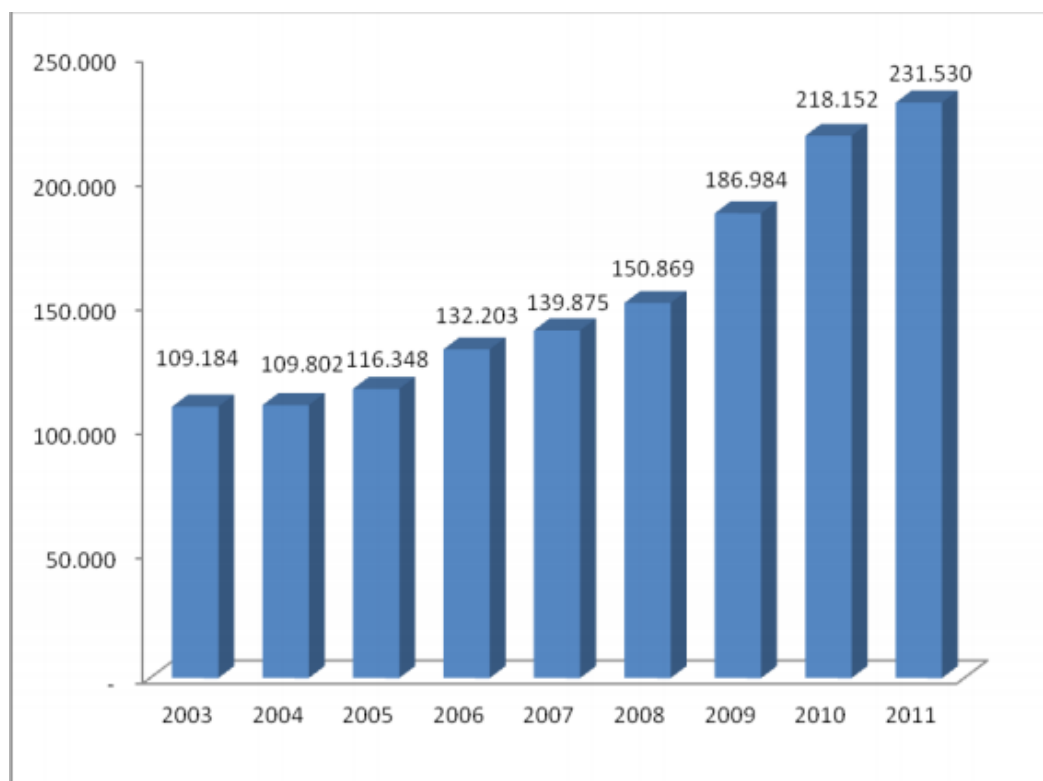
Por meio do Programa REUNI, trouxe um expressivo crescimento não somente das Universidades Federais, mas também de campus no interior do país, de 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 Universidades Federais, o que representa a ampliação de 31%, e de 148 campus para 274 campus/unidade, crescimento de 85%.¹⁴

A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por Universidades Federais de 114 para 272 municípios, com um crescimento de 102% (ANDIFES, 2012, p. 11).

¹⁴ Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso 19 de set, 2021.

Em dado quantitativo, os resultados desses Programas de Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012 são demonstrados nos Figuras a seguir:

Figura 02 - Vagas Ofertadas na Graduação Presencial nas Universidades Federais de 2003 a 2011



Fonte: CENSO/INEP, 2011

O Figura 01 mostra um crescimento de 111% na oferta de vagas nos cursos de graduação presenciais nas IFES no período de 2003-2011. Evidencia-se, ainda, o crescimento de aproximadamente 30.000 (trinta mil) vagas no período compreendido entre 2003-2007, porém o aumento exponencial da expansão das vagas nos cursos de graduação presencial nas IFES aconteceu durante 2007 até 2011, período de concepção e implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI) (ANDIFES, 2012, p. 11).

Diante do cenário atual e de tais direcionamentos sinalizados, faz-se necessário compreender as decorrências e implicações da implantação do REUNI nos Cursos de Serviço Social das IFES.

CAPÍTULO 2 RESSONÂNCIAS DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO DE UBERABA E REUNI: 2010/2020

2.1 Projeto Político Pedagógico: Fundamentos e Elementos Constitutivos

Falar de formação profissional e da construção das instituições de ensino, é discutir acerca dos elementos constitutivos de um Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico tem sido objeto de estudos de vários pesquisadores e instituições de ensino nos níveis Municipal e Estadual, com vista à melhoria do ensino prestado. No caso desta pesquisa, foram utilizados por Lima Veiga (2010)¹⁵, para contribuir no entendimento acerca do que se caracteriza um Projeto Político Pedagógico (doravante PPP).

O PPP é elemento de um documento maior que norteia os cursos de formação profissional. Este documento se faz presente em várias esferas como escolas, Instituições de Ensino Superior, bem como nas Universidades Estaduais, Federais, Municipais e até as do setor privado,

É importante ressaltar que, segundo Moacir Gadotti¹⁶, “[...] a questão da escola limitava-se a uma escolha entre ser tradicional e ser moderna.” Ele ainda afirma que esta tipologia não desapareceu, mas que sozinha não responde a todas as questões atuais da escola, “[...] muito menos a questão do seu projeto.” (GADOTTI, 2004, p. 33).

A universidade se caracteriza como um lugar de concepção, implantação e avaliação de projeto educativo, é pertinente que assuma suas responsabilidades para efetivar um Projeto Pedagógico que apresente subsídios para formação profissional com qualidade. Para isso, o PPP desempenha um papel fundamental, uma vez que, segundo Ferreira (1975), no sentido etimológico, o termo vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar a diante (RIBEIRO, 2016).

¹⁵ Doutora em educação, na área de metodologia de ensino, pela UNICAMP. Atualmente, é pesquisadora associada sênior da Unb e pesquisadora bolsista do CNPQ.

¹⁶ Moacir Gadotti é licenciado em Pedagogia (1967) e em Filosofia (1971). Fez Mestrado em Filosofia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 1973), doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Genebra (Suíça, 1977) e Livre Docência na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 1986). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo e diretor do Instituto Paulo Freire. Escreveu, entre outras obras: *Escola Cidadã* (1992), *Histórias das ideias pedagógicas* (1993) e *Pedagogia da práxis* (1995).

Os projetos tem as objetivações de

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (grifo do autor). (GADOTTI, 1994, p. 579)

Logo, os projetos possuem uma direção política e ideológica e objetivam uma ação intencional em busca do compromisso coletivo.

A dimensão política se caracteriza pelo sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2010). Em outras palavras, “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.” A dimensão pedagógica possibilita a efetivação de uma formação participativa, além do compromisso crítico e criativo. No mesmo caminho, vale mencionar sua forte influência ideológica com um direcionamento a se alcançar.

Segundo estudos de Gadotti:

[...] existe uma crise paradigmática que atinge também a escola, fazendo ela se perguntar sobre si mesma, além de seu papel como “[...] instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local.” Ele ainda firma que nessa sociedade cresce a “[...] reivindicação pela participação e autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo” (GADOTTI, 2004, p. 33).

Assim, importa dizer que tanto o discurso autonomia, cidadania e participação neste momento ganha destaque nas escolas e são temas importantes inseridos no espaço e sistema educacional nacional. No que concerne ao Projeto Político Pedagógico, Gadotti (2004) aponta que todo PPP é necessariamente político. Nesse sentido, “poderíamos denominá-lo, portanto, apenas, “projeto pedagógico”.

Doravante,

Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte. Um Projeto Político Pedagógico-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte (GADOTTI, 2004, p. 34).

Assim, a autonomia e a gestão democrática dentro da escola, transportando para as universidades sejam elas públicas e privadas é uma exigência de seu Projeto Político Pedagógico. Para aprofundar o debate Gadotti (2004, p. 36) aponta que é preciso citar algumas limitações e obstáculos a respeito do Projeto Político Pedagógico:

- a) A nossa pouca experiência democrática;
- b) A mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de planejar e governar e que considera o povo incapaz de exercer o governo ou de participar de um planejamento coletivo em todas as suas fases;
- c) A própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical;
- d) O autoritarismo que impregnou nossa prática educacional;
- e) O tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política no campo educacional.

A autonomia da universidade pública é elemento importante, no entanto não pode ser realizada de maneira vertical e centralizadora, ou seja, de cima para baixo ou técnico burocrático, mas “a luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade.” (VEIGA, 2010, p. 15).

Os princípios norteadores do PPP para alcançar uma escola democrática, pública e gratuita são:

- a) Igualdade do acesso e permanecem na escola;
- b) Qualidade para todos, e não somente privilégios à minorias econômicas e sociais;
- c) Gestão Democrática, princípio da Constituição vigente;
- d) Liberdade¹⁷ é outro princípio constitucional. A liberdade ligada a autonomia.
- e) Valorização do magistério é um princípio central na discussão do Projeto Político Pedagógico- pedagógico.

¹⁷ Ver Agnes Heller (1982), para entender qual conceito de liberdade é utilizado e defendido.

Os pilares de um Projeto Político Pedagógico, segundo Gadotti (2004, p. 36), são:

- a) No desenvolvimento de uma consciência crítica;
- b) No desenvolvimento das pessoas: comunidade interna e externa à escola;
- c) Na participação e na cooperação das várias esferas de governos;
- d) Na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

Para finalizar,

A construção do Projeto Político Pedagógico- pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização dos processos de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

[...] há que se pensar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessárias dentro e fora dos muros da escola. (VEIGA, 2010, p. 33).

O Projeto Político Pedagógico projeta “lançar-se para a frente” ante um futuro diferente do presente, Gadotti (2004) afirma: “Um Projeto Pedagógico da escola deve constituir-se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica; deve se um processo de recuperação da importância e da necessidade do planejamento na educação” (GADOTTI, 2004, p. 38).

2.2 Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996

As Diretrizes Curriculares- DCs do Curso de Serviço Social foram aprovadas em 1996 e possuem princípios norteadores da formação pautado nos valores éticos da profissão de Serviço Social, além do rigor do referencial teórico:

[...] rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade. (ABEPSS; CEDESS, 1996, p. 29).

É ainda um desafio que os cursos consigam uma formação com rigor teórico e aprofundamento intelectual nas dimensões: ensino, pesquisa e extensão; organização da categoria em defesa do Projeto Ético-Político Profissional, e apoio dos princípios éticos e políticos contidos no código de ética profissional.

Diante de tantos desafios, é preciso que a categoria se fortaleça na defesa do Projeto Ético-Político Profissional e no enfrentamento a ofensiva da lógica de mercado que o Ensino Superior e, conseqüentemente, a profissão está vivendo. É emergente que órgãos representativos Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) se mobilizem com estratégias de fiscalização e exigências da qualidade da formação dos cursos de Serviço Social no Brasil, zelando pelo princípio de uma formação crítica, ética e política (RIBEIRO, 2016).

A análise do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do ano de 2014 da UFTM evidenciou que o referido documento está conforme prevê as Diretrizes Curriculares de 1996. Os elementos constitutivos da formação profissional apresentam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Há uma preocupação com a formação de qualidade, pautado nas dimensões ético política, nos princípios defendidos no Código de Ética de 1993 e as habilidades de competências estão articuladas a Lei de Regulamentação 8.662/93.

O perfil de egresso está em consonância ao perfil de egresso defendido pela ABEPSS nas Diretrizes Curriculares. De acordo com a resolução de 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve: Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar: a) o perfil dos formandos; b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas; c) a organização do curso; d) os conteúdos curriculares; e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso; f) as atividades complementares previstas (BRASIL, 2002, p. 1).

No entanto, é preciso outras pesquisas para evidenciar cientificamente de que forma o corpo docente tem efetivamente concretizado o PPPC pautado no Projeto

Ético-Político Profissional, pois ainda é um tema se suma importância para a categoria de Assistentes Sociais. É preciso ainda, ouvir os docentes para compreender quais os reais desafios que eles têm sofrido na academia, ou seja, na universidade federal enquanto corpo docente efetivo de um curso fruto do programa de expansão ao acesso ao ensino superior.

As DCs do Curso de Serviço Social de 1996 visam o perfil:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABESS, 1996, p. 1).

Tal perfil defendido nas DCs precisa estar alinhado a PEP da profissão, visando uma articulação entre as dimensões teórico-metodológico, ético política do Serviço Social.

2.3 Lócus da pesquisa: O Curso de Serviço Social da UFTM

O Curso de Serviço Social da UFTM se caracterizou o *lócus* da presente pesquisa, sendo a implantação do Curso de Serviço Social se efetivou através do REUNI no primeiro semestre de 2009, completando no primeiro semestre de 2020, 10 anos de curso na cidade, além de ser o único Curso de Serviço Social presencial e ofertado na modalidade de universidade pública no estado de Minas Gerais.

Importante ressaltar que este é o primeiro estudo a nível de doutoramento realizado por meio de estudo de caso sobre da formação profissional em Serviço Social advindo da implantação do REUNI, bem como a identificação e caracterização do curso e da caracterização da situação acadêmica do corpo discente.

2.3.1 Caracterização da Cidade de Uberaba-MG

A cidade de Uberaba fica no Estado de Minas Gerais e as informações foram retiradas do site da Prefeitura da Cidade:

Uberaba tem sua origem na ocupação do Triângulo Mineiro, que ficou sob a jurisdição de Goiás até 1816. A região começou a ter importância preciosa, que consistia em uma das metas administrativas da Coroa Portuguesa, o governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais articulou a abertura de uma estrada. Esta missão ficou a cargo de Bartolomeu Bueno da Silva Filho (filho de Anhanguera). A expedição era composta por 152 homens, entre os quais 20 índios carregadores, 3 religiosos e 39 cavalos. Ela partiu de São Paulo pelos rios Atibaia, Camanducaia, Moji-Guaçu, Rio Grande, Rio das Velhas e penetrando em Goiás pelo Corumbá. Segundo alguns relatos da época, a expedição passou por terras de Uberaba. Esta rota ficou conhecida como Estrada Real ou Anhanguera que consistia em um importante caminho para que as autoridades portuguesas implementassem a colonização, a produção e escoamento dos minerais preciosos. (UBERABA, 2020).

Na atualidade, a cidade de Uberaba apresenta um centro comercial diversificado e dinâmico,

Hoje Uberaba representa um centro comercial dinâmico, uma agricultura produtiva, um parque industrial diversificado e uma planejada estrutura urbana. Dada à importância histórica de 02/03/1820, quando a cidade foi elevada à Freguesia, o Município instituiu oficialmente como a data que se comemora o aniversário de Uberaba. Parabéns para os uberabenses que de maneira harmônica tem cumprido sua cidadania, preservando os valores culturais de nossa terra e valorizando a qualidade de vida da população. (UBERABA, 2020).

Ressalta-se que, em 2020, Uberaba completou 200 (duzentos) anos, e o Jornal da Manhã da cidade publicou algumas curiosidades acerca da cidade. Um bicentenário de curiosidades apresentou 200 (duzentos) fatos históricos da cidade.¹⁸ Ainda em relação à cidade e a UFTM:

Esta síntese retrata um pouco da historicidade da cidade, pois não é intenção esgotar detalhadamente cada ano desde a construção da cidade. Para situá-lo no contexto da presente investigação faz-se necessário abordar a criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Fundada em 1953 com o nome de Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), foi transformada em universidade no ano de 2005 – UFTM. Houve em 19 de agosto de 1967 a incorporação da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba pela então Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro pelo Decreto n. 60.837, de 8 de junho de 1967. Após cinco (5) anos inicia a construção do Hospital Escola da FMTM, inaugurado em agosto de 1982. Ampliando e modernizando, o hospital passou a ser chamado Hospital de Clínicas, a partir da transformação da FMTM em Universidade, em 2005 (RIBEIRO, 2016,p. 89-90).

¹⁸Segue o link da reportagem completa. <https://jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CIDADE,193168>

Toda a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), em especial as Universidades Federais com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais¹⁹, teve uma mudança na estrutura e na nomenclatura, no caso da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), passou então para Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Em relação ao Hospital de Clínicas - UFTM atualmente:

O HC-UFTM atende aos 27 municípios que compõem a macrorregião Triângulo Sul do estado de Minas Gerais como único hospital que oferece atendimento de alta complexidade, 100% pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Recebe, ainda, pacientes de outras regiões de MG e de diversos estados brasileiros. Responde por 73% de toda a média e alta complexidade da macrorregião e por 100% da alta complexidade na mesma área, com exceção do tratamento de câncer. Essa macrorregião é composta pelas seguintes cidades: Água Comprida, Araxá, Campo Florido, Campos Altos, Carneirinho, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Ibiá, Itapagé, Iturama, Limeira do Oeste, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana, São Francisco de Sales, Tapira, Uberaba, União de Minas e Veríssimo. (ONLINE, UFTM, 2021).

Tanto o HC-UFTM quanto a universidade abrangem todas as macro/micro regiões citadas, para atendimento de saúde e para a formação desde cursos técnicos profissionalizantes, ensino superior, até programas de mestrado e doutorados. Ainda em relação à mudança nacional dos Hospitais Federais, vale citar a nova gestão (RIBEIRO, 2016):

Em 17 de janeiro de 2013, a UFTM assinou contrato de adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh – que passou a gerir o Hospital de Clínicas. Dentre os motivos que levaram a Universidade, Reitoria e gestores do HC a aderir à Empresa está o compromisso da Ebserh com a readequação da força de trabalho e a melhoria da qualidade da assistência prestada. “A implantação veio no sentido de otimizar os serviços de saúde, de promover o aperfeiçoamento da gestão do HC, por meio de mecanismos legais modernos e ágeis, capazes de baixar custos, melhorar a qualidade dos serviços prestados e alcançar elevado padrão de excelência”, afirmaram em nota o reitor Virmondes Rodrigues Junior e o superintendente Luiz Antônio

¹⁹ Ver Ministério da Educação. A Expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério os planos de reestruturação, de acordo com a orientação do REUNI. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Pertili Rodrigues de Resende, na ocasião da assinatura do contrato com a Ebserh (*ONLINE*, UFTM, 2021).

Esta implantação não foi em comum acordo entre instituições, gestão e discentes. Foram realizados vários manifestos contra esta nova gestão devido seu caráter de privatização tanto dos serviços hospitalares quanto ao tripé ensino, pesquisa e extensão que é a missão nas universidades federais.

Da caracterização da UFTM (2021):

Atualmente, a UFTM oferece 24 cursos de graduação, nove cursos técnicos, Especialização em Saúde e Educação, 28 Programas de Residência Médica e um de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, Residência Neonatal, Residência Urgência e Trauma, Residência da Enfermagem, especialização em Crítica Literária e Ensino de Literatura e Docência na Educação Superior, e sete Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado em Patologia e Medicina Tropical e Infectologia; mestrado em Atenção à Saúde, Ciências Fisiológicas e Educação Física, e mestrado profissional em Inovação Tecnológica e Matemática – Profmat (UFTM, 2020). Destaca-se como centro educacional de excelência nacional. Além do ensino a UFTM conquistou o reconhecimento nacional e internacional por suas atividades de pós-graduação e o tripé ensino, pesquisa e extensão. No ano 2008 foi criado o curso de Psicologia, em 2009, Educação Física, Licenciaturas e Serviço Social e, em 2010, os cursos de Engenharia: Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química (*ONLINE*, UFTM, 2021).

A UFTM oferta dois programas de residência – Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde – além de programas de especialização no âmbito da pós-graduação *lato sensu* (*ONLINE*, 2021).

Os cursos de Ensino Superior ofertados atualmente na UFTM são: Agronomia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Física, Fisioterapia, Geografia, História, Letras Português-Espanhol, Letras Português-Inglês, Licenciatura em Educação do Campo, Matemática, Medicina, Nutrição, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional (*ONLINE*, 2021).

2.4 Processo de Implantação do Curso de Serviço Social na UFTM pelo REUNI

A pesquisa foi realizada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sendo este localizado na cidade de Uberaba – MG. A respeito do curso em questão, vale contextualizar que:

O Curso de Serviço Social da UFTM foi implantado no ano 2009, através de “[...] demandas postas pela sociedade, visando contribuir com a efetivação dos direitos sociais; trata-se de uma formação que habilita a inserção em diversos espaços sócio-ocupacionais, conforme a lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993.” (UFTM, 2016). Enfatizam as dimensões interventivas/investigativas, nos espaços ocupacionais públicos, provados ou da sociedade civil ONGs, considerando o compromisso ético político da profissão, buscando uma formação com o cumprimento de atividades embasada no tripé, ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO, 2016, p. 94)

O perfil de egresso do curso se destaca, de acordo com o Projeto Político Pedagógico:

Considerando os aspectos regionais e locais define-se como perfil do egresso do Curso de Serviço Social da UFTM o profissional que tem capacidade para fazer a leitura crítica da realidade social, para reconhecer cientificamente as expressões da questão social e identificar os espaços ocupacionais do profissional, apontando as possibilidades de intervenção do Assistente Social com base na fundamentação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa (UFTM, 2021).

Percebe-se a preocupação com uma formação que seja capaz de fazer leitura crítica da realidade social, além de estar pautado nas dimensões: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa. Os objetivos do Curso de Serviço Social são:

- Formar profissionais qualificados para o planejamento, formulação, implantação, gestão, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas, programas e projetos sociais, considerando a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão;
- Formar profissionais capacitados para o desvelamento da realidade social, por meio da leitura crítica das expressões da questão social.
- Formar profissionais capazes de estabelecer estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social de forma criativa e propositiva;
- Formar profissionais capacitados para a organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista o fortalecimento da democracia e a ampliação do acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e civis da sociedade brasileira;
- Formar profissionais comprometidos com o rigor teórico-metodológico, com o projeto ético-político e com o Código de Ética do Assistente Social. (UFTM, 2021).

No que tange as competências e habilidades do egresso, elas estão vinculadas ao projeto ético-político do Serviço Social e estão pautadas em princípios

como o reconhecimento da liberdade como valor central, reafirmando a autonomia, a emancipação e o desenvolvimento dos sujeitos sociais como compromissos da categoria profissional dos Assistentes Sociais (RIBEIRO, 2016).

Em relação à identificação do Curso de Serviço Social da UFTM, o site aponta:

Quadro 1- Identificação do Curso de Serviço Social da UFTM.

| Curso | Graduação em Serviço Social |
|----------------------------|--|
| Modalidade Oferecida | Bacharelado |
| Habilitação | Assistente Social |
| Título Acadêmico Conferido | Bacharel em Serviço Social |
| Modalidade de Ensino | Presencial |
| Regime de Matrícula | Semestral/ por créditos |
| Tempo de Duração | Tempo mínimo: 4 anos Tempo máximo: 6 anos |
| Carga Horária Mínima | CNE: 3.000h ou 3.600h/a UFTM: 3.844 horas/aula (3.218 horas) |
| Número de Vagas oferecidas | 30 por semestre |
| Número de Turmas | Uma por semestre |
| Turno de funcionamento | Noturno |
| Local de Funcionamento | Campus da UFTM |
| Forma de Ingresso | Vestibular, Transferência Interna - Recepção de curso, Transferência Externa, mobilidade estudantil e Portador de Diploma |

Fonte: Curso de Serviço Social (2021).

Desta forma, no Curso de Serviço Social, os espaços sócio-ocupacionais são caracterizados como “[...] campos de atuação do Serviço Social são constituídos em

todos os espaços sociais, em que se estabelecem as relações sociais. Assim podem ser espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social” (UFTM, 2021):

- na esfera pública: no âmbito das políticas específicas: Seguridade Social (saúde, assistência social, previdência social), educação, habitação, trabalho, agrária e meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- na esfera privada: organizações industriais, comerciais e de prestação de serviços, tais como empresas, hospitais, escolas, usinas de açúcar e álcool, fabricação de calçados, confecções, frigoríficos entre outros;
- nas Organização Não-Governamentais (ONGs) – não lucrativa: em instituições que se caracterizam como uma organização privada, não lucrativa, que desenvolve ações/atividades relacionadas à prestação de serviços de interesse público. Nesta direção, as instituições filantrópicas estão distribuídas numa diversidade de áreas como a assistência social, saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, cultura, esportes, lazer, programas de geração de renda, etc;
- Em movimentos sociais: organizados pela sociedade civil;
- Como profissional autônomo: em assessoria e consultoria nas esferas: pública, privada e filantrópica não lucrativa. (UFTM, 2021).

Em relação à infraestrutura, está situada no campus da UFTM no endereço: Centro Educacional – Sala 323 – 3º andar – Telefone (34) 3700-6930 Av. Getúlio Guaritá, 159 – Abadia – Uberaba/MG.

O curso é composto por coordenação e vice coordenação; coordenação e vice coordenação de Departamento; Secretária de Curso; Núcleo de Estágio em Serviço Social além de dois laboratórios: Labfort: Laboratório de Formação e Trabalho Profissional e LabSerReal: Laboratório de Serviço Social e Realidade Regional e PET - Serviço Social (2021). O curso é constituído por quatorze docentes efetivos do curso específico do Serviço Social e dois professores substitutos, totalizando 16 docentes. (UFTM, 2021).

A matriz curricular do curso já foi atualizada três vezes em 2009/1 semestre; 2010/2 semestre e 2015/1 semestre que é a vigente (2016/2), devido as alterações na grade curricular, nas disciplinas eletivas, optativas e obrigatórias.

2.5 Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social foi construído coletivamente pelo corpo docente de Assistentes Sociais da UFTM. A última atualização do site, em

que consta o documento completo, foi em 2014. Sendo assim, esta é a versão utilizada para as análises e as reflexões que são apresentadas abaixo.

Quadro 2 - Caracterização do Curso de Serviço Social da UFTM

| Curso | Serviço Social |
|----------------------------|--|
| Atos Legais | Criação – Resolução Nº 4 da Congregação da UFTM de 25 de outubro de 2007. Reconhecimento - Portaria do SESu nº 408, de 30 de agosto de 2013. |
| Modalidade oferecida | Bacharelado |
| Habilitação | Bacharel em Serviço Social |
| Título acadêmico conferido | Bacharel em Serviço Social |
| Modalidade de ensino | Presencial |
| Regime de matrícula | Semestral |
| Tempo de duração | Mínimo: 08 semestres Máximo: 12 semestres |
| Carga horária mínima | 3.844 horas/aula (3.218 horas) |
| Créditos mínimos | 257 créditos |
| Número de vagas oferecidas | 30 semestrais – 60 anuais |
| Número de turmas | 01 turma (semestre) – 02 Turmas (anual) |
| Turno de funcionamento | Integral |
| Local de funcionamento | Centro Educacional da UFTM |
| Forma de ingresso | Processo Seletivo SISU, Portador de Diploma, Mobilidade Acadêmica e transferência. |
| Perfil do Egresso | Profissional com competência e fundamentação teórico-metodológica, ético político e técnico-operativa para fazer a leitura crítica da realidade social, reconhecer e atuar cientificamente nas expressões da questão social, identificando os espaços ocupacionais do profissional, apontando as possibilidades de intervenção do Assistente Social; saber promover o exercício da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos |

| | |
|--|--|
| | usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais. |
|--|--|

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Na presente pesquisa realizou-se um estudo de caso e aprofundado acerca dos elementos do Curso de Serviço Social da UFTM.

Diante desta contextualização, o referido curso é organizado em regime semestral, oferecido no período noturno com disponibilidade de 30 vagas (UFTM, 2021).

Em relação a Hora-aula corresponde ao tempo de duração efetivo de aula, definido por cada instituição escolar, de acordo com a organização pedagógica e características locais. A hora-relógio equivale ao período de 60 (sessenta) minutos e deve ser utilizada para contabilizar a carga horária de integralização dos cursos.

A sua duração é de 3.844 horas/aula integralizado em 257 créditos presenciais em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e CNE/CES (2002) no que tange aos núcleos de fundamentos:

- Teórico-Methodológicos da Vida Social;
- Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; e
- Fundamentos do Trabalho Profissional.

Cita-se 26 créditos ou 390 h/a destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 14 créditos ou 210h/a destinadas a Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) (UFTM, 2021).

A carga horária de estágio supervisionado é de 480/hs. Logo, o Núcleo de estágio em Serviço Social- NESS-UFTM de acordo do o PPPC, tem demonstrado exercer o Estágio Supervisionado nos pilares das DCs da ABEPSS 1996 e tem conseguido uma formação de qualidade, pautado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (RIBEIRO, 2016).

Considerando os aspectos locais e regionais do município de Uberaba, o PPPC, aponta como perfil do bacharel do Curso de Serviço Social da UFTM, PPPC (UFTM, 2016, p. 23):

Profissional com competência e fundamentação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa para fazer a leitura crítica da realidade social, reconhecer e atuar cientificamente nas expressões da questão social, identificando os espaços ocupacionais do profissional, apontando as

possibilidades de intervenção do Assistente Social; saber promover o exercício da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais.

O PPC possui preocupação com a formação crítica, em consonância com as dimensões que as Diretrizes Curriculares de 1996, provêm enquanto uma formação de qualidade e crítica.

Destaca-se que o PPC apresenta as competências e as habilidades do profissional de Serviço Social, com uma formação que contenha aspectos “[...] teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e operativos, além de compreender a profissão como processo sócio histórico, possuidora de um projeto de formação profissional majoritária.” (UFTM, 2014, p. 24), que está no projeto ético e político da profissão além de se apresentar na realidade social.

Os pressupostos norteadores da concepção da formação profissional do Curso de Serviço Social da UFTM estão conforme preconiza as Diretrizes Curriculares ABPESS, 1996, o PPC (UFTM, 2014, p. 32) aponta:

- a) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- b) A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- c) O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- d) O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

O PPC apresenta os princípios da formação do Curso de Serviço Social da UFTM preconizados nas Diretrizes Curriculares (1996) da ABEPSS. Assim, o PCC aponta:

- a) Flexibilidade na organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com

- os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- c) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
 - d) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização e disciplinas e outros componentes curriculares;
 - e) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interventiva, como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
 - f) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com o máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
 - g) Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
 - h) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
 - i) Exercício do pluralismo como próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; j) Ético como princípio formativo perpassando a formação curricular
 - k) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.
- (UFTM, 2014, p. 32-33)

O tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES precisam ser indissociáveis, e o Curso de Graduação em Serviço Social, juntamente ao Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso ²⁰, definem tais dimensões interligadas aos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e dos fundamentos do trabalho profissional, que dialética e articuladamente estrutura o curso como um todo (RIBEIRO, 2016).

Em relação ao que seja o Núcleo Docente (NDE), o PPPC relata:

O Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo e deliberativo em matéria específica/privativa do Serviço Social, formado pelo conjunto de professores, mestres e doutores, contratados em tempo integral, eleitos por seus pares, e que respondem diretamente pela criação, implantação e implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM. (UFTM, 2014, p. 79)

²⁰O Colegiado de Curso do Curso de Graduação em Serviço Social é o órgão de coordenação didática do curso com função normativa, consultiva, deliberativa e de planejamento e encaminhamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, com composição, competências e funcionamento definidos no Regimento Geral da UFTM, Regulamento dos Cursos de Graduação da UFTM e Regulamento Interno do Colegiado de Curso (UFTM, 2014, p. 79).

O NDE²¹ apresenta atribuições que são delineadas conforme o artigo 37 do Regimento da UFTM:

Art. 37. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras: I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino constantes no currículo; III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação. Art. 38. Os NDEs serão regidos por regulamento interno e todas as suas ações devem ser registradas em ata (UFTM, 2021).

Assim, o Ensino, Pesquisa e Extensão no Curso de Serviço Social da UFTM, a instituição apresenta a oferta de atividades desenvolvidas nos Núcleos e Grupos de Pesquisas, nos Projetos e Programas de Extensão Universitários e Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes e Serviço Social.

Ainda no que tange à unidade Ensino, Pesquisa e Extensão, o PPPC (UFTM, 2014, p. 34):

Com essa perspectiva, o Colegiado do Curso de Serviço Social da UFTM aprovou em 2014 a criação do Laboratório PRAXIS, com vistas a ampliar as condições necessárias para a efetivação de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades são voltadas tanto para o público interno (discentes da graduação, pós-graduação e corpo docente) como para o público externo (profissionais da área de Serviço Social e áreas afins, comunidade e movimentos sociais). O Laboratório PRAXIS se constitui espaço do fazer/pensar, no qual se concretizam as ações profissionais tendo como objeto as várias expressões da questão social. Além disso, compreende espaço interdisciplinar de estudo, pesquisa, extensão, prestação de serviços e produção e de análise de material didático no âmbito do Serviço Social.

Em consonância com a aprovação das disciplinas, o NDE tem provocado debates para “[...] efetivar os princípios e diretrizes sustentadas pela ABEPSS, juntamente com o colegiado do curso, amadurecendo os conteúdos programáticos das disciplinas estabelecidas e promovendo avaliações dos mesmos” (UFTM, 2014, p. 42).

²¹ O NDE do Curso de Serviço Social da UFTM, visando zelar pelo contínuo processo de formação em Serviço Social, de forma específica, propõe: a) Zelar pela integração curricular; b) Promover a interdisciplinaridade entre as diferentes atividades de ensino-pesquisa extensão; c) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais; d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para a aprovação no colegiado de curso, sempre que necessário. (UFTM, 2014).

2.5.1 O Estágio Supervisionado Curso de Serviço Social da UFTM

A lei de Regulamentação da Profissão n. 8.662/93 aponta que o Estágio Supervisionado é fruto do projeto de formação profissional, sendo uma atividade curricular obrigatória, a partir da inserção do discente nos espaços ocupacionais sócio institucional, com objetivo da capacitação para o exercício do trabalho profissional, além de supervisão sistemática.

Tal supervisão é feita pelos professores e supervisores, em conjunto com o profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio (ABEPSS, 2010). Em relação ao Estágio Supervisionado, o PPC (PPPC, 2014, p. 50) aponta:

O Estágio Supervisionado em Serviço Social constitui um dos elementos pedagógicos da formação profissional para o alcance do perfil do bacharel em Serviço Social, com possibilidade concreta e central da materialização da lógica curricular, na perspectiva do Projeto Ético-Político da Profissão. O Estágio Supervisionado é norteado pelos princípios indissociáveis das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas, articulando formação e exercício profissional, universidade e sociedade, unidade entre teoria e prática e ensino-pesquisa e extensão.

Algumas das legislações acerca da supervisão direta são: Código de Ética do Assistente de 1993; Lei de Regulamentação da Profissão n. 8.662/93; Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) n. 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio (PNE) 2010, em consonância com a Lei Geral de Estágio n. 11.788/2008.

Conforme estabelece a Lei n. 11.788/2008, a Resolução n. 533/208 e a PNE/2010, para a realização do estágio curricular obrigatório, no Curso de Serviço Social da UFTM, faz-se necessário (UFTM, 2014, p. 51):

- a) A inserção do estudante em atividades concernentes ao exercício da profissão de Serviço Social;
- b) A garantia da supervisão acadêmica e de campo, concomitante ao período letivo de realização de estágio;
- c) A exigência de relatórios semestrais;
- d) O documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio;
- e) O pré-requisito de disciplinas que abordem conteúdos relacionados à Ética Profissional, Questão Social no Brasil e Fundamentos Históricos, Teóricos e

Metodológicos de Serviço Social, para inserção nesta atividade, o que justifica a realização do estágio respectivamente no 5º, 6º e 7º períodos do curso, com carga horária de 180 horas/aula, em cada semestre, perfazendo um total de 480 horas/aula.

Considerando o estágio como elemento processual na formação profissional, é pré-requisito a aprovação do (a) discente (a) nas disciplinas de Supervisão Acadêmica I e Estágio

Supervisionado I, referentes ao 5º período do curso, para matrícula nas disciplinas Supervisão Acadêmica II e Estágio Supervisionado II, no 6º período e, assim sucessivamente, para o 7º período;

f) O (a) docente responsável pela supervisão acadêmica, além de ministrar a disciplina de Supervisão Acadêmica I deverá também acompanhar o estagiário por meio de encontros com os estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Plano de Estágio e no compromisso firmado entre a Universidade e a instituição campo de estágio;

g) Acompanhamento do instrumento comprobatório da frequência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelos estagiários;

h) O Estágio curricular obrigatório e a supervisão acadêmica são ofertados necessariamente como disciplinas, e constituem uma unidade do processo de estágio em Serviço Social. Assim, cabe explicitar que tais disciplinas são avaliadas conjuntamente e a reprovação de uma implica na reprovação da outra.

As exigências do Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFTM, segundo o PPPC, devem ser concebidas e materializadas conjuntamente pelas “[...] instituições envolvidas, que detém responsabilidades, deveres e compromissos com a formação do estudante, os programas implementados e a população usuária atendida, conforme o Projeto Ético-Político da profissão” (PPPC, 2016, p. 52).

Em outras palavras,

O Curso de Serviço Social da UFTM tem apontado um importante espaço específico nomeado “Núcleo de Estágio em Serviço Social” (NESS), que atende as DCs proposta pela ABEPSS (1996) e orientada pelo CNE/MEC (2002); a PNE (2010); Resolução CFESS N°533/2008, que trata sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social, bem como, o debate hegemônico da categoria sobre a formação profissional, com enfoque no estágio supervisionado. O Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) foi implantado em 2009, como estratégia para efetivação desta atividade curricular envolvendo dissociabilidade na formação profissional das dimensões ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO, 2016, p.101).

Destaca-se as prerrogativas do NESS (UFTM, 2016, p. 53):

a) levantamento de campos de estágio e estabelecimento de Termo de Compromisso do aluno junto a instituição campo de estágio (em parceria com o Núcleo de Estágio da UFTM - NUEG);

b) encaminhamento dos alunos aos campos de estágio conforme disponibilidade de recebimento dos supervisores e horários dos alunos;

c) orientação aos alunos e supervisores sobre documentação de estágio coerentes com a política de estágio da profissão e Regulamento de Estágio do próprio curso, aprovado pelo colegiado do mesmo;

- d) análise e arquivamento dos documentos de estágio dos alunos;
- e) visita aos campos de estágios;
- f) contato sistemático com supervisores de campo e acadêmicos para fins de acompanhamento do processo do estágio;
- g) fortalecimento dos supervisores no exercício desta atribuição prevista em Lei Nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, o que abrange reuniões de supervisores, contatos telefônicos, e-mail, socialização de informações quanto a cursos, informes da profissão, textos de apoio e fundamentação para o exercício do trabalho profissional. E, ainda, de acordo com os preceitos da Resolução CFESS Nº 533 de 29 de setembro de 2008, que trata da Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, além de oferecer campo de estágio no próprio NESS.

Estas prerrogativas apontam o compromisso ético e político que a instituição e o curso, juntamente ao corpo docente, têm com a formação profissional no segmento do Estágio Supervisionado, que prevê o PEPP Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social na formação profissional.

O NESS tem como objetivos (UFTM, 2014, p. 55):

- I- Gestar o estágio em consonância às leis pertinentes a essa atividade, bem como Regulamento de Estágio e Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM;
- II- Sistematizar a atividade de estágio preconizando a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo;
- III - Viabilizar diretrizes para operacionalização da atividade de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional com a participação dos supervisores acadêmicos, de campo e alunos.

Citam-se as atribuições do NESS-UFTM:

I - divulgar, junto aos(as) alunos(as) o Regulamento do Estágio e os locais de estágio e seus(as) respectivos(as) supervisores(as) de campo e supervisores(as) acadêmicos(as);

II - elaborar critérios voltados a complementar ou retificar este Regulamento no que trata do credenciamento e descredenciamento de locais de estágio, avaliação dos (as) estagiários (as), infração ética, solicitações de quebras de pré-requisitos, entre outros;

III - propor para apreciação do Colegiado de Curso, docentes e assistentes sociais para os respectivos cargos de supervisor(a) acadêmico(a) e Assistente Social supervisor(a) de campo, a cada início de semestre ou conforme as necessidades institucionais e pedagógicas do NESS;

IV - propor e apoiar a realização de encontros, fóruns e Reuniões periódicas entre os(as) supervisores(as) acadêmicos(as), Assistentes Sociais supervisores(as) de campo, coordenação de curso e coordenação de Estágio;

V - responder pelas questões administrativas e pedagógicas referentes à oferta e demanda de Estágios em Serviço Social;

VI - providenciar o credenciamento e o descredenciamento dos locais de estágio;

VII- orientar os (as) supervisores (as) e estagiários (as) quanto às normas regulamentares de Estágio em Serviço Social;

VIII - arquivar os documentos de estágio dos (as) estagiários (as);

IX - convidar os (as) supervisores (as) acadêmicos (as) e de campo para Reuniões ou encontros voltados ao acompanhamento, reflexões e avaliação processual da atividade de estágio, segundo uma agenda combinada entre as partes;

X - acompanhar e visitar os campos de estágio para conhecer as condições ofertadas tendo em vista seu credenciamento, recredenciamento, descredenciamento ou mesmo o conhecimento da organização e/ou das ações desenvolvidas pelo (a) estagiário (a);

XI - deliberar, juntamente com o (a) assistente social supervisor(a) de campo questões que envolvam desligamento de estagiários(as) do local de estágio;

XII - manter atualizado os cadastros das instituições conveniadas para fins de encaminhamento de discentes(as), pesquisas, informações periódicas ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) entre outras conforme orientações da Lei n. 8.662/93 e Código de Ética do Assistente Social de 1993.

O processo de avaliação é realizado da seguinte maneira (UFTM, 2016, p. 56):

O processo de avaliação do estágio supervisionado é realizado pelo supervisor de campo e acadêmico após a conclusão da carga horária obrigatória da atividade de estágio prevista para o semestre. O (a) assistente social supervisor (a) de campo ao término dessa atividade faz avaliação com atribuição de nota no valor de 0 a 10,0, com base em indicadores elaborados pelo NESS e detalhados no regulamento de estágio (que tem em anexo o rol de documentos de estágio). Mediante a supervisão acadêmica todos os documentos de estágio são avaliados e discutidos com o (a) estagiário (a). Afirma-se com isto que a avaliação é construída processualmente durante a realização da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social. A avaliação das atividades desenvolvidas no que tange à coordenação do NESS é realizada juntamente com a equipe NESS, o que pode modificar as ações e/ou operacionalização das mesmas no decorrer do semestre letivo. As ações, projetos, portfólios, relatórios, entre outros documentos que explicitam o movimento e consolidação deste plano de trabalho do NESS, também são instrumentos de reavaliação periódica.

O NESS-UFTM, de acordo do o PPPC, tem demonstrado exercer o Estágio Supervisionado nos pilares das DCs da ABEPSS 1996 e tem conseguido uma formação de qualidade, pautado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois há preocupações com todos os elementos importantes no que tange ao processo de Estágio Supervisionado com qualidade, envolvendo todos os atores: supervisores acadêmicos, estagiários, supervisores de estágio de campo, além da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO, 2016).

A carga horária de estágio supervisionado é de 480/hs.

O componente de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) faz parte do processo de formação profissional enquanto uma exigência a ser cumprida no curso.

3.5.2 Trabalho de Conclusão de Curso

A modalidade de TCC, no Curso de Serviço Social da UFTM, se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora. Logo, o TCC em Serviço Social na UFTM, (PPPC, 2014, p. 58), apresenta a disciplina de TCC deve ser realizada durante as aulas presenciais, nos períodos 7º e 8º, sob supervisão de um professor orientador, que seja do corpo docente da universidade e que tenha titulação mínima de mestrado, além de submetido à aprovação da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso e, finalmente pelo Colegiado de Curso. [...] Esses trabalhos serão redigidos no idioma nacional, de acordo com as normas da ABNT, Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFTM e socializados mediante apresentação pública à comunidade acadêmica e aos membros de banca examinadora conforme Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

A carga horária de TCC é de 390/ha, totalizando 14 créditos.

2.5.3 Atividades Acadêmico-Científico-cultural/AACC

As Atividades Acadêmico-Científico-Cultural/AACC são conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2002),

[...] as atividades complementares do currículo básico para a formação em Serviço Social, podendo ser atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho, pois contribui diretamente para produção do conhecimento e socialização do mesmo. Não se pode dissociar a teoria da prática, pois são elementos que se relacionam constituindo a práxis social buscando dimensão investigativa como princípio formativo imprescindível para a formação profissional. Deste modo, a Resolução CNE/CES n. 02/2007 e Resolução CNE/CES n. 15/2002 estabelecem as DCs para os Cursos de Serviço Social, indicando as Atividades Complementares como componente curricular para a formação dos discentes inseridos na graduação em Serviço Social. Para tanto as IES deverão criar mecanismos de construção de conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos sendo eles: monitorias, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação e organização de seminários, simpósios e semanas de Serviço Social, publicação de produção científica, participação em órgãos colegiados e outras atividades a critério do Colegiado de Curso das IES (RIBEIRO, 2016, p. 110-111).

No Curso de Serviço Social da UFTM as atividades complementares definidas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são realizadas da seguinte forma (UFTM, 2016, p. 60):

De acordo com a Resolução nº 15, de 07 de agosto de 2014, do Conselho de Ensino da UFTM, que aprova o Regulamento Geral das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Regulamento Interno de AACC do Curso de Serviço Social da UFTM, as atividades que poderão ser consideradas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais dizem respeito a atividades de monitoria, atividades de pesquisa e extensão, participação em eventos, cursos, oficinas, dentre outras. Tais grupos de atividades necessitam ser compatíveis com a forma de relacionar às horas realizadas às que serão validadas no currículo, neste sentido, possuem pesos diferentes, de acordo com a complexidade da ação desenvolvida e relevância no processo de formação do discente. Desta forma, não necessariamente cada hora de atividade significará uma hora de validação no currículo.

No que concerne à carga horária e os períodos que podem ser realizadas as AACC, o PPC sinaliza (UFTM, 2016, p. 60):

O aluno deverá cumprir 210 horas/aula de Atividades Acadêmico- Científico- Culturais ao longo do Curso, que precisam ser coerentes com as habilidades e competências do período cursado. Trata-se de atividades que poderão ser realizadas e distribuídas nos diversos períodos, o que oportunizará ao aluno condições de interação durante o decorrer do curso. As atividades devem ser concluídas progressivamente ao final de cada período em que, caso o total de horas realizadas não totalize a carga horária do período, o aluno poderá completá-la até o final do próximo ciclo de atividades. A conclusão das 210 horas/aula indicadas é um critério de aprovação no último período letivo cursado.

A carga horária das atividades Acadêmico Científico Culturais está em consonância com as DCS de 1996 do curso de Serviço Social. Sendo um total de 201hs/a.

2.5.4 Trabalho De Conclusão de Curso TCC

Logo, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora. No que concerne ao TCC, o PPPC descreve que:

No Curso de Serviço Social da UFTM o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso contempla estudos orientados, sob a supervisão/orientação necessária do corpo docente durante atividades presenciais e estudos independentes. [...] Esses encontros são programados, no decorrer do 7º e 8º período do Curso, pelo professor orientador, em acordo estabelecido com o discente orientando. Os trabalhos conclusivos serão orientados por um professor do curso ou pertencente ao corpo docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, com titulação mínima de mestre, cujo nome será submetido à aprovação da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso e, finalmente pelo Colegiado de Curso. [...] Esses trabalhos serão redigidos no idioma nacional, de acordo com as normas da ABNT, Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFTM e socializados mediante apresentação pública à comunidade acadêmica e aos membros de banca examinadora conforme Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso. (UFTM, 2016, p. 58)

No curso de Serviço Social da UFTM o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso contempla estudos orientados, sob a supervisão/orientação necessária do corpo docente durante atividades presenciais e estudos independentes.

Os estudos são destinados às atividades de orientação e de acompanhamento do discente para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido a partir da definição de um tema.

Cada docente orientador acompanha o processo de construção e materialização da pesquisa, com orientações individuais, conforme a natureza do trabalho. Esses encontros são programados no decorrer do 7º e 8º período do Curso, pelo professor orientador, em acordo estabelecido com o discente orientando (PPPC, 2014).

Ainda em relação ao tema do TCC:

Os temas dos trabalhos deverão ser definidos pelos discentes, considerando sua trajetória acadêmica. Esses trabalhos serão redigidos no idioma nacional, de acordo com as normas da ABNT, Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFTM e socializados mediante apresentação pública à comunidade acadêmica e aos membros de banca examinadora conforme Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso. Além do processo de orientação do trabalho com o docente de referência, os discentes têm incentivos para construção do conhecimento científico, desde os períodos iniciais, quando começam realizar pesquisas bibliográficas, bem como estímulo à participação em atividades científicas e elaboração de trabalhos científicos para congressos, revistas e eventos diversos (PPPC, 2014, p. 58).

Estes foram os elementos importantes para compreender a composição e caracterização do Curso de Serviço Social na UFTM. Ressalta-se que os discentes têm incentivos para elaboração do conhecimento científico desde os períodos iniciais, quando começam a ingressar nas pesquisas científicas e bibliográficas, bem como estímulo à participação em atividades científicas e elaboração de trabalhos para congressos, revistas, eventos diversos, entre outros.

2.6 Corpo Docente

Para que um curso possa ter condições de oferecer uma formação qualificada e competente, é preciso que tenha um corpo docente qualificado e com nível intelectual com titulações de mestre e doutores, a resposta para esta questão realizada pelo setor de informação foi através de arquivos e links para acesso pelos e-mails institucionais.

De acordo com as informações recebidas por e-mail do Departamento de Serviço Social da UFTM²², o Curso de Serviço Social possui 14 professores efetivos e 02 substitutos. Dos docentes efetivos, 01 (um) encontra-se afastado para capacitação até abril de 2021 (Pós-doutorado), perfazendo o total de 16 docentes.

Ressalta que dentre os 16 docentes, todos possuem o título de doutorado, fator que contribui para um corpo docente com competência e com planos de carreira devido ao vínculo de trabalho e concurso estatutário, bem como um nível de qualificação profissional.

²² E-mail recebido do setor de informação da UFTM em 20/08/2020.

É importante destacar que todos os professores efetivos possuem dedicação exclusiva, o que equivale ao desenvolvimento de atividades com carga horária de 40 hs/a aulas semanais, desenvolvendo o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Constatou-se a concentração de docentes doutores e contratados em tempo integral, especificamente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ou seja, docentes com qualificação para pesquisa e com condições de trabalho para efetivação de dedicação total. Exceto a modalidade de professor substituto ou temporário que não possuem dedicação total para as atividades das universidades federais.

Ressalta-se que as modalidades de professores substitutos ou temporários são condições precarizadas e acabam tornando uma forma de sobrecarga para os profissionais que se submetem a esta modalidade de trabalho docente.

Uma crítica aos contratos temporários/substitutos é que pode ser considerada uma estratégia perversa de precarizar a contratação em detrimento de concursos públicos para este espaço.

Embora exista a sugestão de ampliação deste corpo docente, devido à rotatividade de professores que afastam para qualificação continuada para os pós doutoramento, e para os cursos de aperfeiçoamento, bem como afastamentos por questões de saúde, é imperioso que haja uma expansão da oferta em concursos públicos e conseqüentemente para vagas docentes.

CAPÍTULO 3 ANÁLISE DE UMA DÉCADA DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFTM: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO ÉTICO POLÍTICO FRENTE AO REUNI

Conforme exposto, esta pesquisa é um estudo de caso do Curso de Serviço Social da UFTM, com vistas a analisar uma década (10 anos) de curso, perpassando a implantação e a implementação a partir do REUNI. Esta tese é o primeiro estudo que conjecturou a analisar a formação profissional diante do REUNI, bem como identificar a caracterização da situação acadêmica do corpo discente do Curso de Serviço Social da UFTM. Aliado a isso, busca-se atestar os avanços e desafios deste curso em uma universidade pública, além de desvelar a formação profissional e os desafios do PEP.

No capítulo 2, é apontada a caracterização e a estruturação do Curso de Serviço Social, conforme já apresentado, no entanto é preciso entender como atualmente o curso se encontra. Reitera-se que esta pesquisa visou analisar os avanços e desafios para a formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), comprometida com o PEPP, frente ao REUNI.

O estudo de caso desta tese foi feito aliado a uma pesquisa bibliográfica e documental devido ao fato de que vive-se um período pandêmico que impactou, fortemente, todo o *modus operandi* da sociedade. As informações necessárias para este estudo é retirada do site da UFTM, da página do Curso de Serviço Social, de documentos legais, PPPC, Diretrizes e Matrizes Curriculares, entre outros. Algumas informações sobre o Curso, como número de egresso, evasão, formados entre outros, não constavam no site. Para isso, foi enviado um e-mail formal para a secretária de Curso do Serviço Social, e solicitado ao Departamento de Curso de Serviço Social a permissão para acesso aos dados para a pesquisa e análise documental.

A partir da devolutiva via e-mail, três meses após o envio do pedido solicitando as informações, o Departamento em questão liberou o acesso aos documentos, além de informar que os setores Divisão de Controle Acadêmico; Divisão de Processo Seletivo Discente; Departamento de Serviço Social; Departamento de Informação e Pesquisa Institucional estavam de acordo com as informações fornecidas.

É fulcral pontuar que os documentos com tais informações fornecidas chegaram no formato no *word*, sem qualquer tratamento especial das informações.

Isso implica dizer que os dados não foram organizados em tabelas ou Figuras, por exemplo. O setor aludido apresentou apenas valores absolutos dos dados, o que endossou a importância da pesquisadora na sistematização dos dados constantes no relatório. Sendo assim, os gráficos e tabelas que são apresentados na próxima seção foram elaborados pela pesquisadora.

No que tange as categorias de análises referente aos dados discentes são: a) matrículas; b) forma de ingresso; c) conclusão do curso; d) trancamento de matrícula; e) cancelamento de matrícula; f) transferências; g) evasão.

3. 1 Categorias de análise referentes ao corpo discente

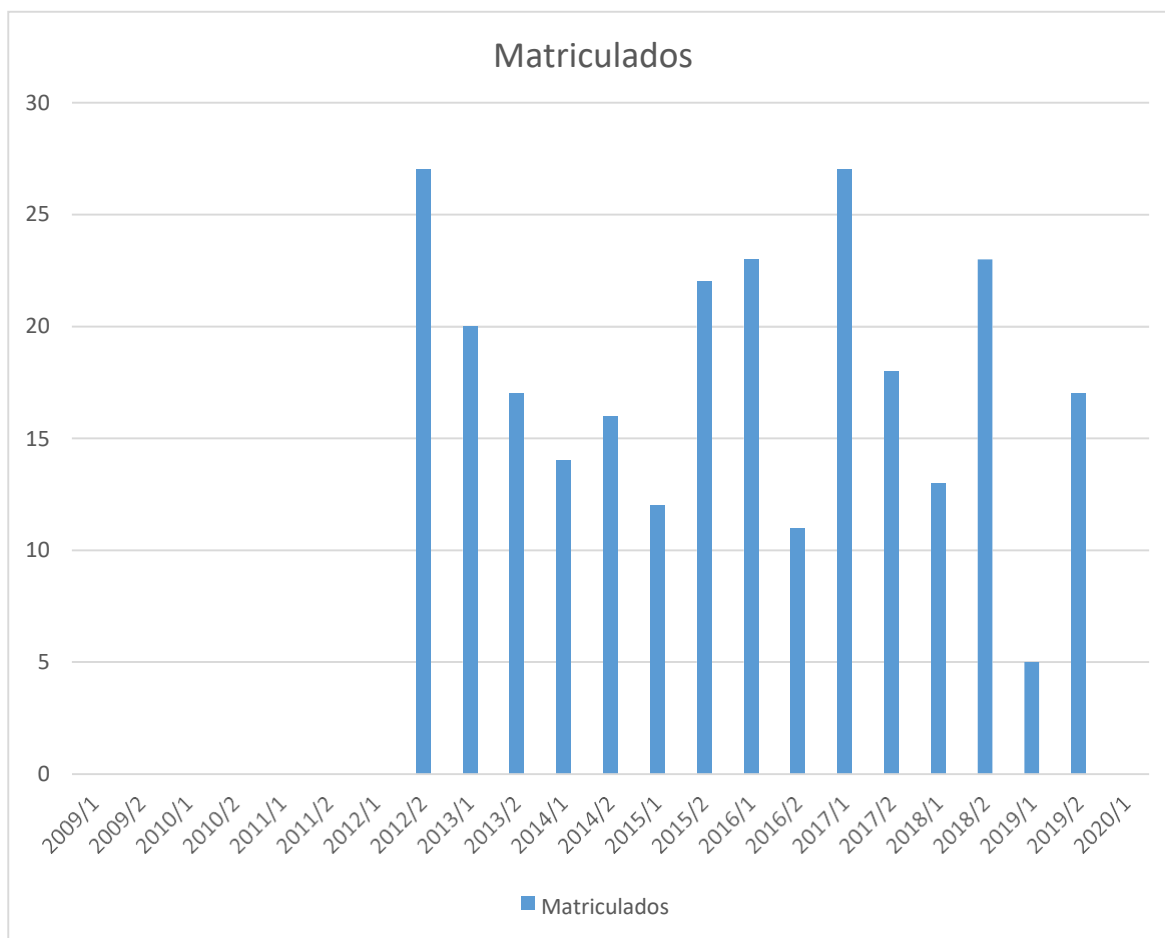
- a) matrículas
- b) forma de ingresso
- c) conclusão do curso
- d) trancamento de matrícula
- e) cancelamento de matrícula
- f) transferências
- g) evasão

- a) Quantos discentes matriculados atualmente: Este dado é referente ao segundo Semestre de 2020 (19/08/2020) ²³ . O documento aponta que eram 263 discentes matriculados no curso de Serviço Social.

O número total de matriculados até o segundo Semestre de 2020 foram de 263 discentes, sendo a forma de Ingresso até 2013/2 o vestibular e a partir de 2014/1 passou a ser o SISU.

Segue o Figura construído pela pesquisadora. As Figuras foram elaborados conforme informações disponibilizadas pelo setor de informação Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da UFTM:

²³ Importante ressaltar que com a pandemia os cursos das universidades sofreram mudanças quanto ao calendário acadêmico e seus prazos, alterando inclusive as datas de ingresso, matrículas, trancamentos e transferências dos cursos.

Figura 03 - Discentes matriculados/Formados 2009-2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme dados da Figura 02 acerca dos discentes matriculados/formados, observa que durante os anos de 2009/1, este período é de ingresso das turmas, e somente em 2012/1 que começa os números dos formandos, pois é momento que o curso se insere na universidade. Importa ressaltar que o curso é anual pelo ENEM, ou seja, acontece a inserção dos discentes são por matrículas semestralmente 30 vagas.

b) forma de ingresso

O ingresso nos cursos de graduação da UFTM, desde seu início (2009) até o ano de 2013, utilizava o vestibular, incluindo o Curso de Serviço Social. Eram oferecidas duas entradas anuais.

A partir de 2014, a UFTM aderiu ao Sistema de Seleção Unificada - SISU, que se mantém até o momento.

Sendo:

- Duas ofertas anuais - via Sisu (período de 2014 a 2020).
- Oferta via Transferência de curso e Portador de Diploma:
 - 2014-2;
 - 2015-1 e 2;
 - 2016-1 e 2;
 - 2017-1 e 2;
 - 2018-1 e 2;
 - 2019-1 e 2;
 - 2020-1.
- Uma oferta anual para Refugiados desde o ano de 2017 até 2020.

Isso equivale dizer que existem várias formas de ingresso nas universidades federais, podendo ser pelo vestibular tradicional que é a prova realizada pela própria instituição de ensino. Ela fica responsável por definir as normas para o seu processo seletivo. Atualmente, muitas instituições públicas aderiram ao Enem como meio e cancelaram os vestibulares que aconteciam anualmente.

Outra forma também de ingresso é o Sisu, este realizado anualmente e consiste em um sistema utilizado para selecionar os estudantes que deverão ingressar nas instituições públicas de ensino. As vagas são destinadas aos estudantes que realizaram o Enem e se inscreveram no sistema. A seleção acontece de forma automática e sistematizada e classifica os candidatos, conforme a nota obtida no exame.

O Sisu destina 50% das suas vagas para os estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e aqueles oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (BRASIL, *Online*, 2021).

Assim, o curso de Serviço Social na UFTM é marcado por estas duas formas de ingresso: até 2013/2 a forma de ingresso foi vestibular, a partir de 2014/1 a forma de ingresso passou a ser o SISU.

Outras formas de ingresso no referido curso são:

Transferência de discentes - destinada a discentes da UFTM apenas para cursos afins, bem como para discentes de outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, para cursos iguais ou afins.

Portadores de Diploma de Graduação - destinado a candidato que, já tendo concluído um Curso Superior de Graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo), queira fazer novo curso de graduação na UFTM.

Reingresso - destinado a discente desligado de curso de graduação da UFTM, que queira retomar os estudos (ONLINE, UFTM, 2021).

Em relação ao número de discentes matriculados e formandos desde 2009/1 até 2020/1 temos:

c) conclusão do curso - egressos

Destaca-se que a primeira turma teve uma quantidade alta de formandos e as turmas que a sucederam apresentaram um número reduzido de concluintes.

2012/2 com total de 27 formandos;
2013/1 com total de 20 formandos;
2013/2 com total de 17 formando;
2014/1 com total de 14 formandos;
2014/2 com total de 16 formandos;
2015/1 com total de 12 formandos;
2015/2 com total de 22 formandos;
2016/1 com total de 23 formandos;
2016/2 com total de 11 formandos;
2017/1 com total de 27 formandos;
2017/2 com total de 18 formandos;
2018/1 com total de 13 formandos;
2018/2 com total de 23 formandos;
2019/1 com total de 5 formandos;
2019/2 com total de 17 formandos;

A partir dos dados apresentados, evidencia-se que nas primeiras turmas de formandos havia um maior número de discentes concluintes 2012/02 com 27 discentes, os outros anos consecutivos variaram entre 5 a 20 discentes em fase de conclusão. Em outras palavras, o curso apresenta uma diversidade em relação à quantidade de discentes concluintes por semestre.

Percebe-se que no total de 263 matriculados/formandos no primeiro semestre de 2020 e que há um aumento e queda de acordo com cada semestre no número de formandos, e que exceto em 2019/1 o número foi reduzido a somente a 5 discentes formandos.

Vale apontar que em 2019 ocorreu a greve nacional de educação e que houve a paralisação de professores na cidade de Uberaba, e a UFTM participou neste cenário ativamente. Para acesso as informações sobre a greve de 2019, leia a nota do *Jornal Online (2021)*.²⁴

Ainda em relação ao total de 263 formandos no Curso de Serviço Social da UFTM, é considerado um número importante para o curso e para a categoria, devido à manutenção de um alto número considerado de discentes.

Salienta que os governos têm a função de atender aos anseios da sociedade, além de responder as demandas aos problemas sociais, sendo através das políticas públicas e organizar um sistema democrático por meio de planos, programas governamentais (FREY, 2000). Logo, é preciso de indicadores e processos de avaliação que contribuam com tais análises nas questões do acesso e permanência a educação pública.

Assim, acerca das políticas de expansão da educação superior, há diversos instrumentos que balizam a atuação do Estado e possibilitam a avaliação de políticas públicas, entre eles destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE). Para a educação superior, o plano estabelece a meta de elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta. Requer também a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Há que citar que entre as estratégias referentes a essa meta, duas delas são pertinentes nesta pesquisa:

²⁴ Disponível em: <https://jmonline.com.br/novo/?noticias,6,POL%C3%8DTICA,179145> Acesso 09 de ago, 2021.

- A estratégia 12.2, que tem como foco a ampliação da oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior;
- A estratégia 12.3, cujo objetivo é elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (BRASIL, 2014).

Importante problematizar a realidade dos alunos dos cursos noturnos, assim como os cursos de licenciaturas, o Serviço Social da UFTM é um curso do turno noturno. Logo, quase metade dos estudantes trabalhadores (as). Entre estudantes do Noturno 49,4% são trabalhadores (as) e 37,3% não trabalham, embora estejam à procura de emprego. As universidades federais e os Cefets se abriram mais para negros (as), estudantes de menor renda, oriundos de escolas públicas de Ensino Médio, indígenas e quilombolas, mas ainda precisam se expandir em direção aos trabalhadores, cujo imperativo é a ampliação de vagas em cursos noturnos.

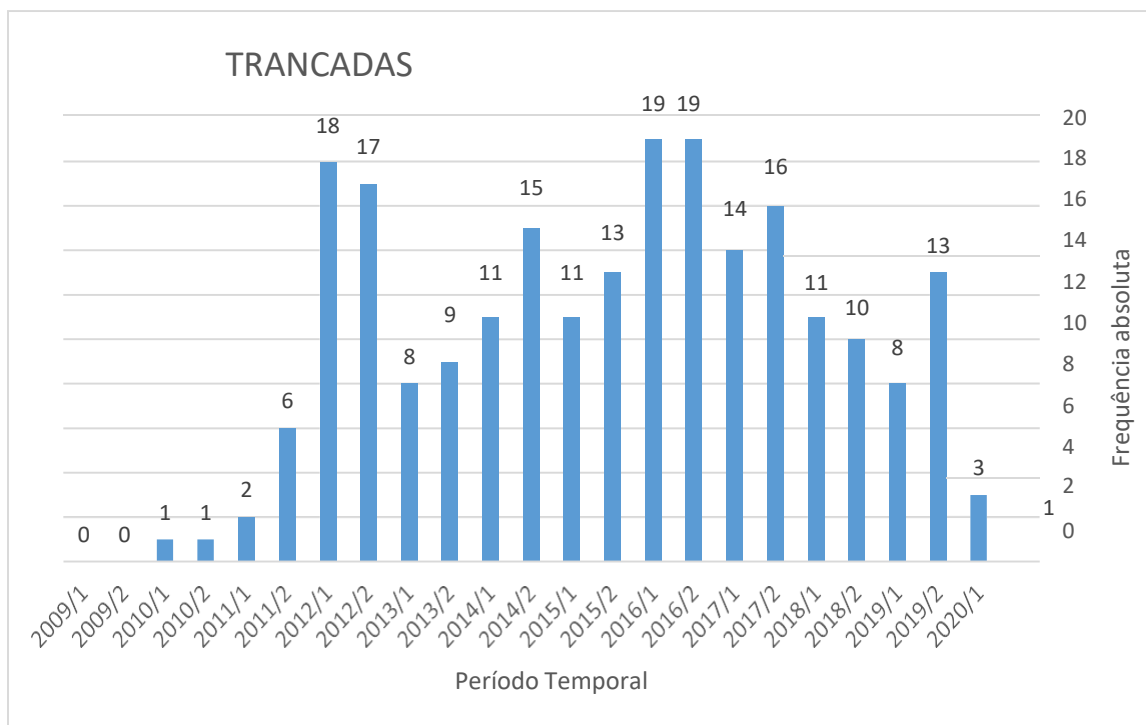
Outra realidade são alunos chefes de família, pais e mães que precisam trabalhar e cuidar de seus familiares.

Todas estas questões são reflexões dos cursos noturnos, e impacto na formação e permanência dos discentes dos cursos de Serviço Social na UFTM.

Logo, os dados da Figura 02 mostram que o total de 263 discentes alinha-se as metas previstas no REUNI para expansão e conclusão média dos cursos de graduação nas universidades públicas.

d) trancamento de matrícula

No que concerne ao número de matrículas trancadas no curso de Serviço Social, a Figura 04 apresenta a quantidade de discentes que trancaram as suas respectivas matrículas desde 2009/01 a 2019/2.

Figura 04- Trancamentos de matrículas 2009/2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

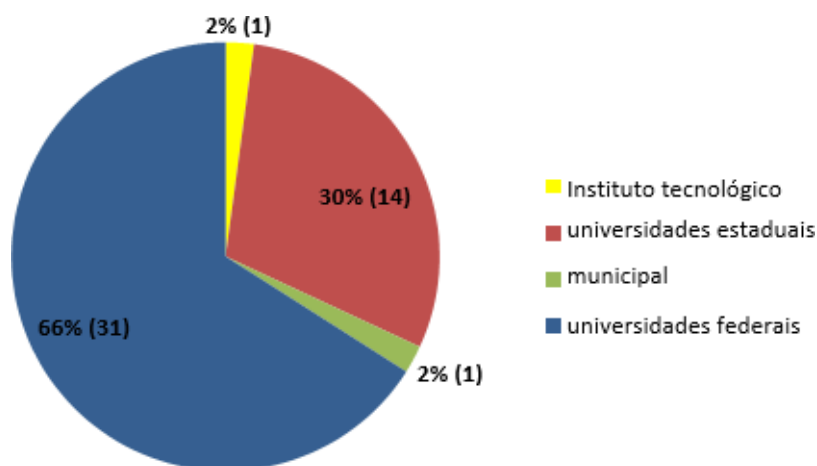
Conforme apresentado na Figura 04, desde 2010/1 começam a surgir trancamentos de matrículas de discentes do curso, ainda que em quantidade

pequena. Os números passam a aumentar a partir de 2012. O total de matrículas truncada durante o período e 2009/1 até 2020/1 foram: 215.

Este número é bastante expressivo, por isso é preciso conhecer quais os reais motivos para esse crescimento. É ainda notório o aumento de inserção (matriculados) nos Cursos de Serviço Social nas Universidades Públicas Federais pós REUNI, no entanto é preciso fazer a crítica às formas de políticas de permanência para estes discentes, ou seja, se de um lado percebemos a inserção alta de discentes, por outro percebe-se que há um número alarmante nas matrículas truncadas.

É possível identificar o número de IES de natureza pública que possuem o Curso de Serviço Social cadastrado e que estão em atividades.

Figura 05 - Figura das ESSs com gratuidade em 2013



Fonte: Site E-Mec, 2010 *Apud* Gonçalves, 2013, p. 251.

Estes dados também foram analisados nos estudos de Gonçalves (2013) em que foi apresentado que, no território nacional, existem 14 universidades que contêm o Curso de Serviço Social, sendo elas distribuídas nas seguintes regiões: 07 na região Sul (UEL/PR; FECEA/PR; UEM/PR; FAFIPA-UEP/PR; UNIOESTE/PR; UEPG/PR; UNICENTRO/PR); 01 na região Norte (UERR/RR); 03 na região Nordeste (UECE/CE; UEPB/PB; UERN/RN) e 03 na região Sudeste (UNESP/SP; UERJ/RJ; UNIMONTES/MG) (GONÇALVES, 2013).

Ainda em relação a abertura dos cursos de Serviço Social,

Já nos governos Lula (2003-2010), os dados são bem mais expressivos: as matrículas em cursos presenciais privados cresceram 161%, enquanto aquelas nos cursos presenciais públicos tiveram taxa de crescimento de 35,7%. Percebe-se, portanto, o efeito das políticas implementadas no período, de indução do Estado na abertura de vagas privadas por meio do PROUNI e FIES e, por outro lado, um crescimento importante de matrículas em cursos públicos de Serviço Social, o que se relaciona diretamente com a implantação do REUNI, o PNAES e a Lei de Cotas. Nos governos Dilma (2011-2016), chama atenção a diminuição de matrículas em cursos presenciais privados, com uma redução de 7,2%. Já as matrículas em cursos presenciais públicos obtiveram um pequeno aumento (3,3%). Enquanto as matrículas em cursos presenciais privados obtiveram redução, as matrículas em cursos de Serviço Social ofertados via EaD cresceram 19,1% (PEREIRA:ALMEIDA, 2020, p. 98).

Importante ressaltar que este estudo não visa fazer uma análise dos cursos privados e EaD, mas sim uma reflexão do quantitativo de abertura dos cursos das federais.

Tabela 02- Matrículas em cursos de Serviço Social: privados presenciais, públicos presenciais e de EaD, por ano de início/fim de governos FHC, Lula, Dilma, Temer

| Ano | Matrículas em cursos presenciais privados | Matrículas em cursos presenciais públicos | Matrículas em cursos EaD |
|--------------------|---|---|--------------------------|
| 1995 | 9.567 | 9.460 | 0 |
| 2002 ²⁸ | 17.190 | 10.925 | 0 |
| 2003 | 20.256 | 11.701 | 0 ²⁹ |
| 2010 | 52.848 | 15.876 | 74.474 |
| 2011 | 54.710 | 17.309 | 80.650 |
| 2016 | 50.753 | 17.883 | 96.055 |
| 2018 | 35.271 | 17.271 | 86.447 |

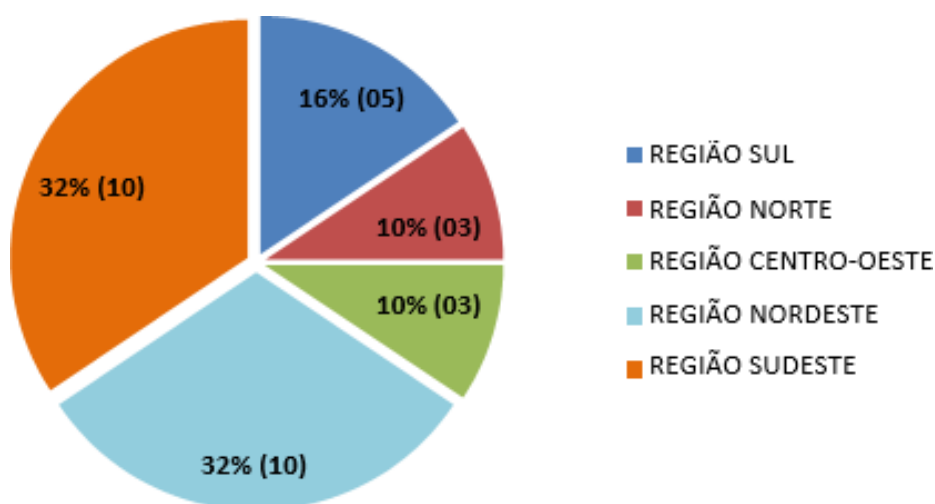
Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995, 2003a, 2003b, 2010, 2011, 2016 e 2018 (INEP/MEC, 1995, 2002, 2003, 2010a, 2011, 2016 e 2018 *apud* PEREIRA; ALMEIDA, 2020, p. 98).

Destarte, percebe-se que o ensino EaD e privado estão crescendo sobremaneira em relação aos cursos públicos, tais contradições no período 2003-2010, que possibilitaram um aumento importante nas vagas públicas ofertadas pelas IFES, o que também impactou o Serviço Social.

No entanto, as matrículas nos cursos públicos também sofreram redução, ainda que de forma menos acentuada do que nos cursos privados presenciais e aqueles ofertados na modalidade de EaD (PEREIRA; ALMEIDA, 2020, p. 98).

O Figura 06 sumariza os Cursos de Serviço Social criados a partir do REUNI:

Figura 06- Localização geográfica das Universidades Federais que possuem o curso de Serviço Social (2013)



Fonte: Dados obtidos no Relatório ANDIFES, 2010 *Apud* Gonçalves, 2013, p. 253.

O Figura 06 demonstra que a maior concentração dos cursos de Serviço Social está nas IFES localizadas na região Sudeste e Nordeste, seguidos da região Sul e, posteriormente, das regiões Norte e Centro-Oeste. Salienta-se que, diante da implantação de novos cursos de Serviço Social, não foram desencadeadas alterações diante do processo histórico que tende a concentrar os cursos de Serviço Social nas regiões Sudeste e Nordeste (GONÇALVES, 2013).²⁵

Acerca da política de Assistência Estudantil, cita-se a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil que culminou na instituição do PNAES, em 2007, e foi favorecida pela instituição, no mesmo ano, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

²⁵ Para acessar dados em quantidades da expansão dos cursos de Serviço Social implantados non REUNI acessa Tese de Carla Gonçalves, 2013.

Em seu artigo 1º, afirma que tem “o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (FONTE). Em suas diretrizes, no artigo 2º, item V, estabelece a necessidade de “ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil”

Várias são as questões acerca da precarização e não permanência de uma Assistência Estudantil - AE efetiva. Na questão do território nacional, mais propriamente, as primeiras práticas de AE remontam a década de 1930, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas.

Nas palavras de Nascimento (2013), as ações de assistência ao estudante constituíam-se em mecanismos emergenciais e focalizados, que se inserem na agenda educacional brasileira diante das exigências de modernização do país que demandavam a escolarização da classe trabalhadora. Sua emergência é marcada, sobretudo, pelos programas de alimentação e moradia (PINTO; BELO; PAIVA, 2012).

Uma crítica acerca da AE, em que alguns autores vão problematizar o caráter focal, residual e seletivo que tem sido conferido à política de AE, defendendo uma assistência colocada como um direito de todo estudante, e não apenas um favor concedido para alguns, em geral classificados como “carentes” (NASCIMENTO, 2013). Os debates nesse sentido circulam principalmente em torno dos binômios seletividade *versus* universalidade e direito *versus* favor.

Toda a crítica da focalização das políticas sociais da atual configuração da AE acirra ainda mais o ônus desta problemática. Leite (2008), em seu texto sobre a “Política de assistência estudantil: entre o direito e o favor”, afirma que:

a inserção de políticas focais, fragmentadas e residuais, propaladas nos vários sub-projetos do guarda-chuva da Reforma Universitária, em geral sob o vago título ‘Acesso e Permanência’, na verdade, consubstanciam-se em pequenas esmolas a serem disputadas por muitos (LEITE, 2008, p. 166).

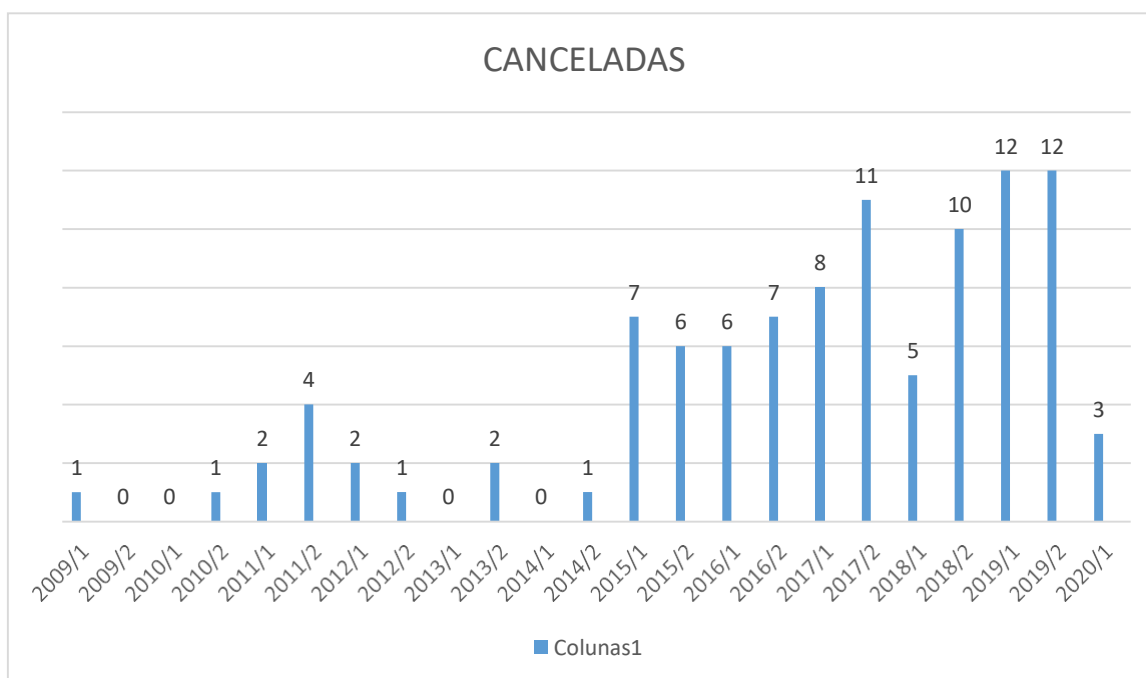
De modo geral, a permanência de uma política de assistência estudantil efetiva, sendo assim, torna-se imprescindível que se amplie a discussão acerca desse debate para que se firme uma política de AE realmente comprometida com os reais interesses e necessidades estudantis, na perspectiva do direito social, valorizando-se

em sua construção princípios democráticos a fim de se alcançar uma política realmente eficaz (DUTRA; SANTOS, 2017).

e) cancelamento de matrícula

Em relação às matrículas canceladas, o presente estudo aponta a seguinte informação:

Figura 07- Matrículas Canceladas 2009/1 a 2019/2

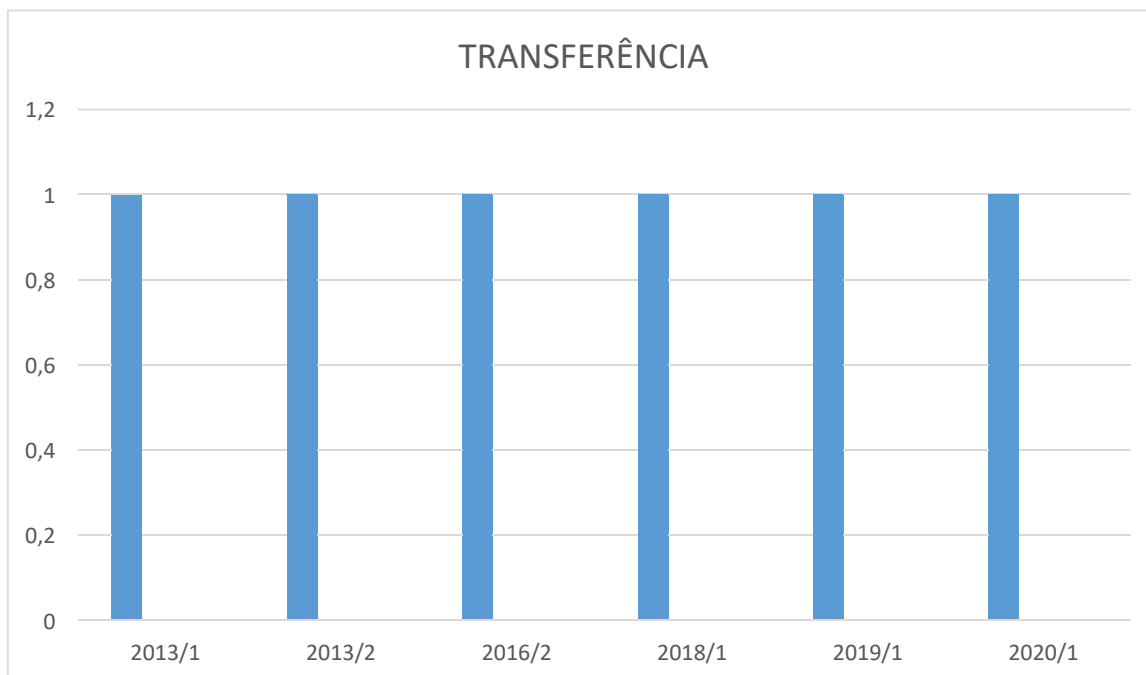


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Estes dados são importantes, já que deixa notório que, no início da implantação do curso, tiveram poucas matrículas canceladas; a partir de 2010/1 este número aumentou, chegando 2020/1 em um total de 104 matrículas canceladas. Assim, percebe-se que, mesmo com as dificuldades, ainda há poucas matrículas canceladas pelos discentes do Curso de Serviço Social da UFTM.

Os dados dos cancelamentos/trancamentos de matrículas no REUNI, quando pesquisados, não foi possível encontrar dados, pesquisas ou artigos com este tipo de análise diretamente. No entanto, este dado pode ser analisado através de alguns fatores que se relacionam com as mesmas causas que o Figura 04, que trata das matrículas ora trancadas, ora canceladas, podendo ser diversas as causas de não matrículas, ou de cancelamento de matrículas.

f) transferências

Figura 08. Transferência

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Deste modo, das matrículas transferidas, tem-se um número baixo, a contar que a primeira transferência que o curso recebeu foi 2013/1, sendo 1; 2013/2 sendo 1; 2016/2 sendo 1; 2018/1 sendo 1; 2019/1 sendo 1 e, por fim, 2020/1 sendo 1, um total de 8 transferências. Em relação às transferências, pode-se inferir que elas oxigenam experiências de outras localidades e regiões enriquecendo a troca de experiências entre discentes e docentes.

2013/1 sendo 1

2013/2 sendo 2

2016/2 sendo 2

2018/1 sendo 1

2019/1 sendo 1

2020/1 sendo 1

Total de 8 (seis) transferências.

As causas das transferências podem ser por mudanças de cidades ou outra opção de curso, e são realizadas conforme consta no site do Curso de Serviço Social da UFTM:

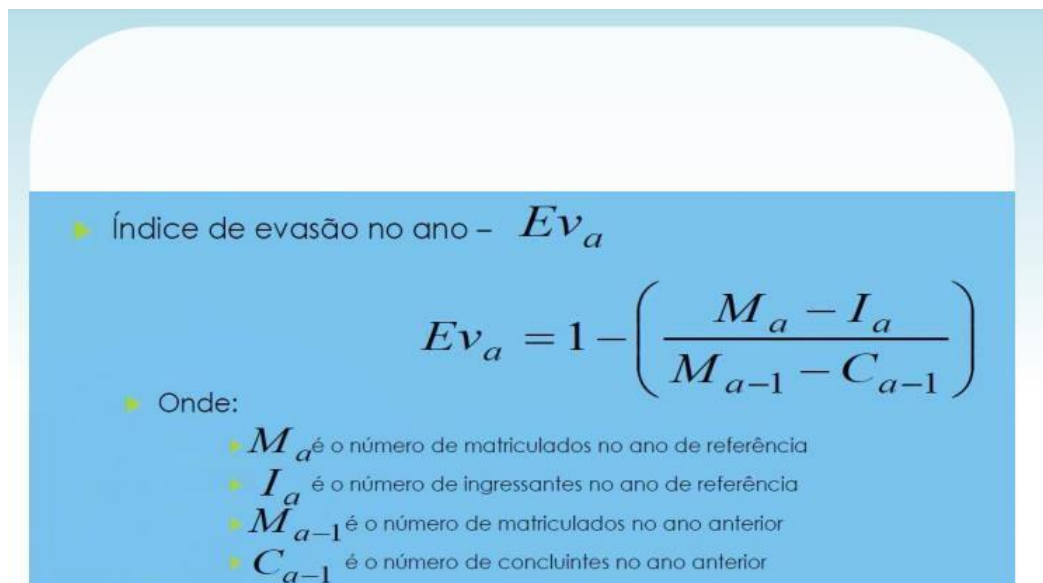
Transferência de discentes - destinada a discentes da UFTM apenas para cursos afins, estrangeiras, para cursos iguais ou afins (*online*, UFTM, 2021).

g) evasão

No que se refere aos dados de evasão, é importante citar e identificar no curso de Serviço Social, pelo instituto em que o curso está inserido, ou seja, no Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Sociais e Humanas da UFTM (IELACHS-UFTM). Este dado foi retirado do *site*, e não foi possível encontrar outros dados específicos do Curso de Serviço Social.

O índice e a taxa de evasão segundo o a página oficial da UFTM é somado da seguinte maneira:

Figura 09 - Taxa de Evasão curso do IELACHS-UFTM



Fonte: *Site UFTM*²⁶

Assim, segundo os dados gerais acerca do índice da evasão nos cursos inseridos no IELACHS-UFTM, sendo os cursos:

“O IELACHS iniciou suas atividades em agosto de 2010, composto por professores dos cursos de licenciatura em Geografia, História e Letras (Português-Espanhol, Português-Inglês); cursos de bacharelado em Psicologia, Serviço Social, professores do Ciclo Comum de Formação e professores da área de Educação, assim como servidores técnico administrativos e técnico em assuntos educacionais” (UFTM, 2021, *ONLINE*).

O Serviço Social, inserido neste Instituto, faz parte do equivalente de 123 trancamentos. Foi selecionado somente o dado que está para acesso na página da UFTM, sendo de 2019 a quantidade de 123 trancamentos, caracterizados como evasão do curso.

A evasão escolar²⁷ nas universidades têm sido cada vez mais a preocupação por partes das gestões e da agenda pública, assim uma importante referência deste compartilhamento de concepções e ações pode ser encontrada no Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão (Andifes) – REUNI (LIMA, 2013). Consta no relatório de 2019 da (Andifes), citando os dados do INEPb (2018):

Evasão e trancamento são temas que preocupam todas as Reitorias. Considerando se que existe pressão por maior “eficiência” do sistema educacional público e que a relação ensino-aprendizagem é um processo de alta complexidade, o conhecimento dos fatores que levam à evasão e ao trancamento é crucial para as administrações superiores das IFES. O Censo da Educação Superior lançado em 2018, com ano de referência 2017, mostra que as IFES possuem 70,1% de seus estudantes com a situação “cursando”, 8,6% com “matrícula trancada”, 10,7% desvinculados do curso, 1,0% transferidos para um curso da mesma instituição e 9,6% formados (INEP, 2018b) (ANDIFES, 2019, p. 79).

²⁶<http://www.uftm.edu.br/proplan/informacoes-institucionais/estatisticas>

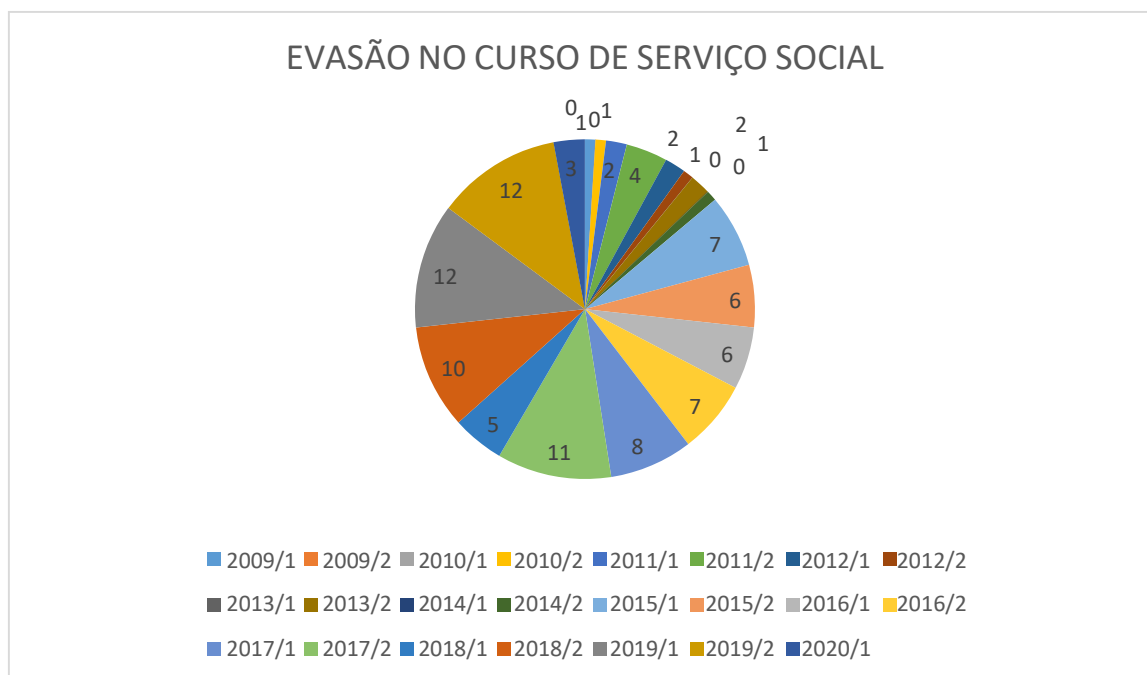
²⁷O decreto 7.234 de julho de 2010 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Definiu 10 áreas em que as ações de assistência deveriam ser desenvolvidas. Definiu no artigo 5º. o perfil prioritário estudantil beneficiário dos recursos: “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

Logo, este dado de evasão e trancamento são importantes, pois impacta diretamente na “eficiência” das universidades e do sistema público, tornando uma preocupação para os gestores e administradores das IFES.

A Comissão instituída pela Sesu em 1995 distinguia três tipos para o processo, quais sejam: evasão de curso, quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como abandono, desistência, transferência ou reopção, exclusão por norma institucional; Evasão da instituição, quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; e evasão do sistema de ensino superior, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1997). Neste caso, como exemplificação, o trancamento de matrícula tem sido referenciado como uma modalidade.

Já especificamente, no Curso de Serviço Social, o Figura 05 apresenta a evasão no do período 2009/1 a 2019/02.

Figura 10- Evasão no Curso de Serviço Social 2009/1 a 2019/02



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os dados de evasão do Curso de Serviço Social foram analisados através da tabela de matrícula canceladas, não consta nos dados os trancamentos de curso, haja vista que o discente pode retornar à universidade ou mudar de curso.

Nos estudos de Gaioso (2005), a evasão é um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos. É um problema que vem preocupando

as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de discentes provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas (GAIOSO, 2005)

Ainda em relação à evasão ²⁸, é importante a implementação e o acompanhamento de políticas públicas educacionais, tendo por base a igualdade de oportunidades de acesso, que é uma condição necessária, mas não é a única para que ocorra a democratização efetiva nas IES particulares para combater a evasão.

Deste modo, uma das dimensões e seus respectivos aspectos são apresentados nas Diretrizes Gerais do REUNI (BRASIL/MEC, 2007c), a saber:

A. Ampliação da oferta da educação superior pública:

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação das vagas ociosas.

Destarte, é imperioso instaurar ações que identifiquem e sanem os motivos da evasão, o que imprime uma preocupação com os números e resultados, mas não com os discentes.

3.2 Formação Profissional em Serviço Social pelo REUNI: Avanços e Desafios ao Projeto Ético Político

Este item não pretende esgotar o tema ou adensar na contextualização do surgimento do Serviço Social, pois a literatura já aponta e apontou que vários estudiosos se debruçaram a fazer tal trabalho. No entanto, busca-se desnudar e trazer a tona alguns importantes marcos da formação em Serviço Social e a relação com o objeto aqui estudado.

Para tanto, é importante pontuar algumas considerações acerca das Escolas de Serviço Social -ESSs e seu reconhecimento como curso de ensino superior, com o enfoque nos cursos das universidades (ênfase à federalização), além de analisar o currículo de 1982, a construção das Diretrizes Curriculares de 1996, além dos avanços e desafios no campo da educação superior.

²⁸A evasão no ensino superior já vinha sendo tema de diversos estudos isolados [...] como os trabalhos de Rosa (1977), Costa (1979), Maia (1984), Moysés (1985), Hamburger (1986), entre outros. Segundo Braga, Miranda-Pinto e Cardeal (1996), esse tema configurava-se como preocupação das universidades públicas e do MEC desde 1972. (POLYDORO, 2000, p. 45).

Não é novidade que o Serviço Social se funda nas relações da sociedade, e que implica se relacionar com outras profissões, bem como toda a conjuntura de cada tempo histórico vivenciado até a criação e fundamentos desta profissão. A sociedade é contraditória, histórica e diversificada logo, “(...) é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança.” (YAZBEK, 2009a, p.127).

Nesta contradição que o Serviço Social se insere na sociedade como uma profissão na relação sociotécnica do trabalho. No contexto, do Brasil, a profissão e o Serviço Social surgem no momento de transição entre o setor do eixo agroexportador para o eixo urbano-industrial, desencadeado, sobretudo na década de 1930, diante de um governo populista, centralizador e controlador, porém com forte influência da Igreja Católica.

Nas palavras de Yazbek (2000, p.91):

O Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo Empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da chamada questão social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquire expressão política.

O capitalismo desenvolvimento e a expansão do capital monopolista acirraram as desigualdades e contradições fundadas nas relações de produção de (re) produção de toda a riqueza produzida, gerando as múltiplas expressões da Questão Social.

Nesta realidade de desigualdades sociais, em 1932, surge o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que irá se configurar como um importante passo para a criação da primeira Escola de Serviço Social, quatro anos mais tarde.

Sabendo que o CEAS era constituído por, majoritariamente, mulheres católicas, de boa índole, recatadas, de cunho voluntário, visando uma formação técnica e ética especializada de quadros femininos, com base na Doutrina Social da Igreja Católica (DSI) e no conhecimento dos problemas sociais, objetivando buscar um consenso na população empobrecida (YASBEK).

A profissão foi se desenvolvendo, ganhando reconhecimento a nível intelectual, além de algumas alterações para a institucionalização do Serviço Social, assim:

Pelo exposto, o período de 1936-1952 representa a gênese do Serviço Social, em sua particularidade enquanto elemento institucionalizante da formação profissional, destacando-se a criação das escolas de Serviço Social. Essas escolas Reunidas possibilitaram a criação de entidades dos assistentes sociais, representando um processo, mesmo que incipiente, de organização profissional. Tal processo organizativo desencadeou lutas e tensões na perspectiva da formação profissional com vistas ao reconhecimento do Serviço Social como curso de nível superior, tendo em vista a complexidade da realidade social e a demanda da intervenção profissional qualificada (GONÇALVES, 2013, p. 112).

Fazendo um salto histórico na evolução do reconhecimento do Serviço Social com um curso de nível superior e da sua inserção e integralização nas Universidades Federais, entre os anos de 1950 a 1963, utilizou da tese de Carla Gonçalves (2013), a qual é uma referência importante na temática e problemática aqui estudada.

Sabe-se que as orientações governamentais, nos anos de 1950, as de cunho democrático, são frutos da Constituição promulgada em 1946, liberal e restituidora de alguns direitos civis, sendo que mesmo nesta condição possibilitou avanços à área educacional. Outrossim,

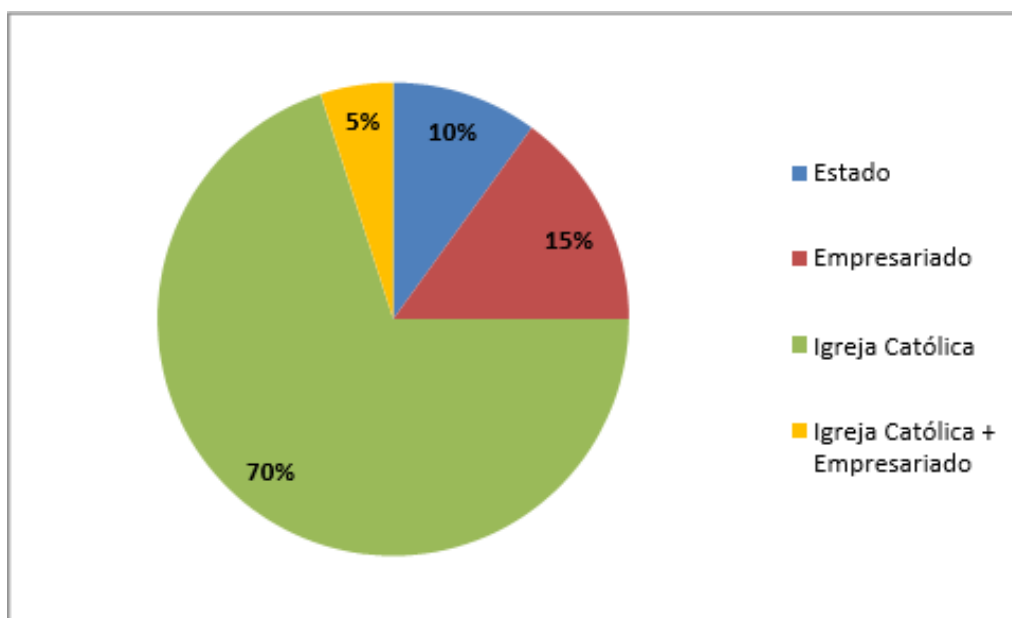
Esses aspectos extrínsecos ao Serviço Social, na perspectiva da política desenvolvimentista, bem como nas características assumidas às políticas de educação superior na realidade brasileira, sobretudo diante do processo de integralização das escolas isoladas em universidades (com ênfase à federalização); adensadas aos direcionamentos intrínsecos ao Serviço Social com a contribuição de novos métodos à atuação profissional, criaram novas possibilidades de renovação à profissão (GONÇALVES, 2013, p. 144).

A profissão foi seguindo o fluxo de desenvolvimento e direcionamento, com novas propostas, novos métodos e transformações ligados a atuação profissional.

No estudo de Pereira (2008), é apontado que o reconhecimento do Serviço Social a nível superior contribuiu para a Portaria Ministerial em 1962, que já fixava o primeiro currículo mínimo do curso de Serviço Social, e é apresentado o distanciamento das escolas e formação pautada na Igreja Católica, indicando a laicização da profissão e a necessidade de submeter às ESSs à fiscalização do MEC.

Neste ínterim, todas estas questões imbricadas ao Serviço Social, influenciados e impulsionados por questões estruturais e conjunturais, contribuíram para o aumento da criação de escolas de Serviço Social por todo Brasil. Logo, entre 1953 a 1963 foi possível a criação de 16 novos cursos.

Figura 11- Características das Instituições dos Cursos de Serviço Social 1953-1963



Fonte: Pereira, 2014

É notável, a partir do Figura 07, que mesmo com a expansão da criação dos Cursos de Serviço Social, o monopólio da abertura ainda continua sendo da Igreja Católica, 70%.

O empresariado também despontou com a criação de 02 ESS (15%) e 01 juntamente “com a Igreja, depreende-se, desta ampliação, a participação do empresariado no período do desenvolvimentismo, demandando a formação de profissionais para o atendimento de seus desígnios” (GONÇALVES, 2013, p. 118).

Em 2014, lamamoto escreveu um artigo com os dados quantitativos acerca do contingente da profissão em Serviço Social,

No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito

de ensino a distância (EAD) que ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo as Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013.¹ As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Com a intensa e crescente expansão dos cursos de graduação no âmbito do ensino privado, implicações sérias aparecem para a política de formação acadêmica e para o exercício profissional (...). A ênfase das IES privadas empresariais tem recaído sobre o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão (IAMAMOTO, 2014).

De acordo com um levantamento feito pelo site do E-mec²⁹, constatou-se que, atualmente, há 431 cursos cadastrados de Serviço Social que estão em atividades. Deste universo, 412 cursos estão cadastrados como ensino presencial e 19 estão cadastrados como ensino a distância.

Uma lacuna citada na Tese da Carla Gonçalves (2013) refere-se aos cursos cadastrados como presenciais e cursos à distância, desdobrando em duas problemáticas, quais sejam: a primeira é que, no site do E-mec, não existe a modalidade utilizada comumente como ensino semi-presencial³⁰; assim sendo a pesquisa constatou o cadastramento de algumas IES com a modalidade de ensino semi-presencial encontrada na listagem das IES presenciais (GONÇALVES, 2013).

Destarte, esta lacuna revela uma problemática importante: existe uma grande diferença nas vagas autorizadas entre os cursos de graduação em Serviço Social a distância e os cursos presenciais; com predomínio das vagas para os cursos a distância. Logo, esta problemática denuncia a ênfase dada pelo governo frente os direcionamentos das políticas de educação superior (GONÇALVES, 2013).

²⁹ Este site do E-mec apresenta as Instituições de Ensino Superior e cursos cadastrados no Brasil em IES públicas ou privados, seja por consulta interativa, textual ou avançada. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/> Acessado em 15/01/2013.

³⁰ A portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004, caracteriza a definição da modalidade de educação semi-presencial. Depreende-se que a educação com modalidade semi-presencial utiliza-se métodos pedagógicos do ensino a distância, bem como prevê encontros presenciais em atividades de tutoria.

Em outras palavras, as escolas na modalidade EAD³¹ estão ofertando um número maior do que as demais universidades e IFESs, isso evidencia a importância de se repensar conjuntamente as condições desta formação profissional, bem como os impactos desta formação para a categoria e para a materialização do PEP.

Ainda neste sentido, o contingente de Assistentes Sociais brasileiros é o segundo no cenário mundial, com 135 mil profissionais ativos, apenas superado pelos EUA, num total de 750 mil Assistentes Sociais no mundo, conforme a *International Federation of Social Workers (IFSW)*” (IAMAMOTO, 2014, p. 612).³²

Sobre o exército de reserva³³ que vem se formando na categoria, carece de debates teóricos e políticos, pois há uma dupla polarização,

O debate no Serviço Social brasileiro tem sido polarizado por um duplo e contraditório movimento: o mais representativo impulsiona o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens. Em sinal contrário, verifica-se o revigoramento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, como já indicou Netto (1996), apoiada no lastro da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes. Mas, nas três últimas décadas, construímos coletivamente um patrimônio sociopolítico e profissional que atribui uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro no cenário da América Latina e Caribe e no circuito mundial do Serviço Social (IAMAMOTO, 2014, p. 612-613).

No que concerne a Reforma Universitária de 1968 e os rebatimentos no Serviço Social, não é novidade que em 1960 a política desenvolvimentista com ênfase ao processo de modernização, agrava o capitalismo dependente ao grande capital internacional, com fortes influências e alianças das classes detentoras do capital entre os países periféricos e países hegemônicos com vista à expansão do capitalismo (GONÇALVES, 2013).

³¹Não é nosso objetivo analisar ou avaliar a questão do ensino na modalidade EAD em Serviço Social, mas é uma questão que carece que profissionais para fazer tal análise.

³²Disponível em: <https://www.ifsw.org/about-ifsw/>. Acesso em 09 de março de 2021.

³³Tal população constitui o chamado exército industrial de reserva. Historicamente, essa massa de trabalhadores “sobrantes” foi formada pela elevação da composição orgânica do capital em sua parte constante (inserção de máquinas, aparatos tecnológicos, instalações etc.) em concomitância com a redução de sua parte variável (força de trabalho). Assim, quando o capital avança na implementação do processo produtivo, inserindo tecnologias, novos métodos de gestão da força de trabalho e novas formas de exploração e acumulação, a classe trabalhadora é expulsa do emprego e do circuito formal da produção de mercadorias. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0225.pdf> acesso em 09 de março de 2021.

Em outras palavras, a Reforma Universitária de 1968:

[...] emergiu ao governo como urgente diante do potencial catalisador do movimento estudantil, e, portanto, tornando necessário antecipar a reforma com vistas à modernização sob a ótica burguesa – reiterando a lógica modernizadora. Essa Reforma, conforme já enfatizado no Capítulo I, se apresenta pela introdução da lógica empresarial, sobretudo com a tecnificação das políticas educacionais em uma racionalidade instrumental – transformando a educação superior em um setor de investimento para o capital privado, com ênfase na expansão desenfreada das escolas privadas. (GONÇALVES, 2013, p. 121).

Esta lógica do investimento no empresariado ditando as políticas educacionais, transformou a educação a nível superior em um grande investimento para o mercado e para o capital. Porém, a Reforma Universitária de 1968 também apontou alguns rebatimentos positivos no tocante à qualidade da formação profissional com o surgimento dos programas de pós-graduação, evidentemente que sob a lógica burguesa assumida pela tecnificação.

Com isso, houve o surgimento da pós-graduação em Serviço Social, o que permitiu o aumento na produção teórica e da pesquisa sistematizada, bem como o reconhecimento por órgãos gerenciadores de pesquisa, tais como a CAPES no final da década de 1980.

Todas as conquistas na formação do Serviço Social advindo do currículo de 1982 foram atropeladas pelas contradições impostas pela lógica do capital em meados de 1980, com a ofensiva neoliberal, que potencializava o capital mundializado em detrimento das políticas sociais, apontando perdas para a profissão e para o cenário educacional brasileiro.

Ainda em meados de 1985, é apontado a expansão das Escolas de Serviço Social:

No tocante às IES universitárias, seja de natureza pública ou privada, realizou-se um levantamento a partir dos estudos de Pereira (2007a), e pode ser constatado que 18 ESSs isoladas foram integralizadas às universidades no período de 1964 a 1985; algumas foram federalizadas, outras agregaram-se às universidades estaduais, outras às PUC's, e ainda há algumas que nos dias atuais não estão em funcionamento (GONÇALVES, 2013, p. 123).

O Currículo de 1982 do Serviço Social aponta:

Considera-se que a formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social. (...) Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. (...) Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. (BRASIL, 1982, p.02).

Já a década de 1990, marca importantes e profundas contradições, já que enfatizava a lógica do mercado como a única possível em detrimento da responsabilidade do Estado para com as ações sociais, rebatendo em desmontes das conquistas da Constituição Federal de 1988.

O Serviço Social desenvolve a articulação e fortalecimento da formação profissional, além da construção das Diretrizes Curriculares, evidencia que a categoria vem sendo protagonizadas pelos movimentos organizativo da categoria, sobretudo pela ABEPSS, na garantia de uma qualidade de formação profissional sob a luz dos princípios do Projeto Ético-político.

Após 1995, houve uma explosão no surgimento de novos cursos de Serviço Social, representando um quantitativo de 49 novos cursos no período de 1995 a 2002; em que mais de 90% tinham como sujeitos criadores de natureza privada. (PEREIRA, 2007a).

Pereira (2008), sobre os dados do crescimento da criação da ESSs, orienta que:

Em outro estudo, Pereira sinaliza, ainda, que no período entre 2003 até 2008 houve um aumento exponencialmente maior no surgimento de cursos de Serviço Social: cerca de 160 cursos, o que corresponde à aproximadamente 55,9% no crescimento frente aos cursos existentes. Esse dado assusta, ainda mais quando nos deparamos com a natureza destes cursos, representando 92,5% (148 cursos) de natureza privada – destes 22,8% refere-se a cursos com modalidades à distância. Em contrapartida, apenas 7,5% (12 cursos) dos 160 novos cursos constituem cursos de natureza pública (PEREIRA, 2008, p.151).

Esta problemática denuncia ao empresariamento do ensino de Serviço Social na realidade brasileira, haja vista que as faculdades privadas têm liberdade para flexibilizar a construção de seus projetos políticos pedagógicos de curso,

pautados na lógica mercantil e marcada pela contrarreforma da educação superior.

Cita-se as alterações das Diretrizes da ABEPSS pautado nas Diretrizes do MEC, “as alterações processadas pelo CNE, diferente da proposta original da ABEPSS, tendem a reducionismos teórico-metodológicos e desvios éticopolíticos da formação profissional”.

Portanto, cabe a atenção da ABEPSS à possibilidade de um distanciamento de cursos novos, do conteúdo e da direção social proposta e à necessidade de garantir a implementação de projetos pedagógicos a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. (ABREU, p. 10, 2007).

No período entre 2003 até 2008, houve um aumento exponencialmente maior no surgimento de cursos de Serviço Social: cerca de 160 cursos, o que corresponde à aproximadamente 55,9% no crescimento frente aos cursos existentes. Esta lógica do quantitativo têm sido uma lacuna para os cursos de Serviço Social sejam, eles públicos, privados, presenciais e a distância.

3.3 Análise do Curso de Serviço Social da UFTM pelo REUNI: Construção das Particularidades e o PEPP

As reflexões acerca da implantação no REUNI e da ampliação de vagas discentes nos cursos de Serviço Social das universidades federais são apontadas por Lima (2013, p. 3)

Como está ocorrendo a política de expansão conduzida pelo REUNI e quais os seus impactos no trabalho docente e na formação profissional em Serviço Social? Quais são as universidades federais que apresentaram maior oferta de vagas discentes nos cursos de graduação em Serviço Social no período 2006-2010? A ampliação das vagas discentes corresponde à ampliação de vagas docentes ou expressa um mecanismo de intensificação do trabalho docente na atualidade?

Estas questões acima necessitam de reflexão para apontar indicadores importantes para se pensar a política de educação no ensino superior, bem como a expansão e reestruturação das Universidade Federais. A autora lima reflete esta questão:

A compreensão do processo de expansão da educação superior e, especialmente, da relação entre vagas discentes e vagas docentes é, portanto, uma necessidade urgente, pois esta relação indica como ocorre a intensificação do trabalho docente e a certificação em larga escala, com ênfase no ensino de graduação, particularmente nos cursos de Serviço Social. Duas faces da política de expansão operada pelo Reuni que apresentam um conjunto de desafios para o projeto de formação profissional construído pela Abepss, Enesso e Cfess, que tem como

centralidade a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a capacitação política, teórico-metodológica e técnico-operativa dos futuros assistentes sociais (LIMA, 2013, p.9).

A pesquisadora buscou dar continuidade há alguns questionamentos outrora já indagados no trabalho de mestrado, a saber:

- de que forma os cursos de Serviço Social têm sofrido rebatimentos com a execução do REUNI ou qual a qualidade da formação profissional que estes discentes estão recebendo?
- Qual perfil de egresso em Serviço Social as universidades têm formado? Como a categoria de Assistentes Sociais tem se organizado e mobilizado para avaliar a formação profissional pós-implantação do REUNI?
- Estas e outras indagações necessitam fazer parte dos órgãos representativos CFESS/CRESS, juntamente a ABEPSS/ENESSO na fiscalização da qualidade prestada na formação dos cursos de Serviço

Social, sejam eles nas universidades públicas, privadas e EAD- Educação à Distância (RIBEIRO, 2016).

Deste modo, na atual conjuntura marcada pela expansão desenfreada e precarizada nas universidades federais, o “Curso de Serviço Social foi identificado no Relatório de Acompanhamento do REUNI, elaborado pela Andifes³⁴ (2010), como o segundo curso com maior expansão de vagas discentes nas universidades federais, no período 2006/2010 (RIBEIRO, 2016).

Em 2012, no “[...] governo Dilma, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, que dá continuidade ao ajuste fiscal e à parceria público-privada, enfim, legitima o “Pacote da Educação”, que segue “fatiando” a educação ao mercado” (CAPUTI, 2014, p. 59). Esta situação condiciona o fortalecimento e o crescimento do empreendedorismo conforme aponta Iamamoto (2010a p. 448-449) em relação à chamada “autonomia das universidades”.

A autonomia das universidades federais proposta pelo MEC orienta-se no sentido de reduzir a participação financeira do Estado na manutenção da universidade pública, a favor da sua crescente privatização, através de mecanismos que corroem, por dentro, a sua natureza pública. [...] Estimula-se o estreitamento de laços da universidade com o mundo empresarial -, no financiamento de pesquisas, laboratórios, bolsas de estudos, convênios para prestação de serviços, entre outros, além da venda de serviços a organismos governamentais.

Importa-se analisar e apontar as particularidades da implantação do Programa REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais brasileiras, bem como evidenciar algumas implicações e contradições das proposições sinalizadas por este programa frente à formação profissional. No primeiro momento serão apontados alguns direcionamentos postos aos cursos de Serviço Social nos marcos da educação no ensino superior como parte da contrarreforma vigente.

³⁴ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) como uma das mais relevantes iniciativas da política de Expansão do MEC. Uma importante referência deste compartilhamento de concepções e ações pode ser encontrada no Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – REUNI– elaborado e divulgado pela Andifes, em 2010, apresentando dados sobre a Expansão das vagas discentes nas universidades federais. Ver Lima (2013).

As autoras Lima e Pereira (2009) denunciam a expansão ocorrida nos cursos de Serviço Social, operada e iniciada na gestão do governo Lula, que podem ser apreendidas a partir de dois núcleos, quais sejam: primeiro refere-se ao fortalecimento do empresariamento da educação superior, expressa com a criação de cursos de baixo custo e alta lucratividade; e segundo pela necessidade do governo federal em manter a coesão social pelos ditames dos organismos internacionais – expressando a nova fase do conhecido milagre educacional³⁵.

Apontar a realidade da região Sudeste é importante, segundo Carla Gonçalves (2013):

A Região Sudeste possui algumas particularidades com relação à implantação dos cursos de Serviço Social – isto se dá, sobretudo pelo fato de representar uma das maiores regiões no quantitativo de IFES. Diante do universo de 10 IFES que possuem o curso de Serviço Social, 70% foram implantados após a política de expansão fase I, destes, em sua maioria, foram criados especificamente a partir da implementação do REUNI – com destaque ao incentivo aos cursos noturnos e ao processo de interiorização. Vale ressaltar que a característica dessa interiorização predomina pela criação de cursos implantados em *campi* novos e fora da sede das IFES (GONÇALVES, 2013, p. 257).

Um dos riscos para as particularidades na implantação do REUNI apresentam para o Serviço Social à luz da formação profissional, sobretudo referenciadas nas diretrizes curriculares de 1996, propostas pela ABEPSS, na perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Toda a discussão interna as particularidades dos cursos de Serviço Social, as críticas tecidas pela categoria são adensadas frente à precarização da formação profissional na medida em que o REUNI tende a diferenciar as IFES, desencadeando uma ênfase ao ensino em detrimento da pesquisa e da extensão.

Leda e Mancebo (2009), refletem que:

As condições do trabalho docente serão negativamente alteradas na medida em que, por meio do REUNI, haverá um aumento da relação de alunos nos cursos de graduação (chegando a dezoito por professor). O cumprimento dessa meta acarretará sobrecarga ao trabalho docente; intensificação do ritmo de trabalho; bem como “desgaste de um cotidiano sem sentido, pois marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal.” (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 58).

Outro ponto importante citar reconhecem que o processo de reestruturação e expansão das IFES é propiciador da precarização e intensificação do trabalho docente,

causados principalmente: pela diversificação das atividades; a ampliação do número de alunos sem o correspondente aumento efetivo de servidores técnicos e docentes; conjugado com jornada extra mediante a invasão da vida privada pelo trabalho em casa; e acentuado pelas novas tecnologias da informação.

A precarização não só ocorre no trabalho docente. Há, também, o da formação do aluno que é precarizado pela massiva quantidade de discentes por turma, não dando espaço razoável para o atendimento individualizado.

³⁵ Por milagre educacional, Lima e Pereira, reportam a compreensão de Florestan Fernandes no tocante à Expansão da educação superior em que: "(...) criou as ilusões de 'democratização do acesso (grifos das autoras) omitindo que este processo ocorria de forma combinada com o aumento significativo do setor privado na área educacional. Com a reforma universitária consentida e conduzida pelo regime burguês-militar foram realizadas mudanças que não alteravam, contudo, o padrão dependente de educação superior." (LIMA & PEREIRA, 2009, p.33).

Estas discussões e direcionamentos desdobram em prejuízos às dimensões de investigação e intervenção frente à perda do rigoroso trato teórico-científico sinalizado nas Diretrizes Curriculares do curso de 1996.

Dos cursos de Serviço Social no REUNI são desvelados críticas e avanços, além da descaracterização da perspectiva integradora e interdisciplinar; redução e desregulamentação do financiamento da pesquisa à lógica do capital entre outras.

Portanto, as críticas ressaltam os direcionamentos apresentados pela contrarreforma da educação superior, visto que comprometem a qualidade da educação na perspectiva da formação profissional – sinalizadas nas Diretrizes Curriculares da ABPESS de 1996.

O Programa REUNI possibilitou implicações importantes às IFES e às cidades em que os cursos foram implantados, bem como o aumento significativo de Cursos de Serviço Social de natureza pública e caráter federal, com “ênfase em cursos surgidos pelo processo de interiorização – decorrendo em avanços à profissão, quer para o aumento do número de assistentes sociais, bem como na abertura de novas possibilidades de atuação profissional” (GONÇALVES, 2013, p. 261-262).

Já os aspectos negativos, ressaltam a precarização do trabalho docente e da formação profissional, o que pode levar a desconfiguração do sentido precípua da universidade que é a produção de conhecimento. (GONÇALVES, 2013, p. 26).

O processo de escrita desta tese trouxe questões que eu já imaginava, havia vista por ter participado tanto na formação como na função de docente neste espaço, e foi possível identificar questões extremamente positivas e com alguns desafios que o curso de Serviço Social ainda vivencia na UFTM.

Um dos impactos no REUNI para Brasil, evidencia desafios relativos à instituição universitária em geral, outros se ajuntam. O expressivo contingente de jovens ainda sem acesso à educação superior, a escassez de vagas em instituições federais, a característica perversamente seletiva do alunado matriculado no ensino superior, o crescimento desproporcionado do sistema privado de ensino superior, a necessidade de contar com mais quadros com formação científica, tecnológica e cultural para o desejado desenvolvimento do País são, todos eles, problemas a que cabe dar uma resposta mais global, mais incisiva, mais duradoura.

O impacto do REUNI para o Serviço Social da UFTM, contribui no acesso da classe trabalhadora, por outro lado é preciso que esta formação esteja pautado nos princípios do projeto ético político profissional da categoria.

Sem dúvida, que foi muito rica a relação de vivenciar o espaço de formação institucional, embora em alguns momentos tive frustrações com o resultado pós pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender resistir a essa situação (Florestan Fernandes).

Cita-se a uma objeção para conclusão desta pesquisa, foi a dificuldade em encontrar artigos, teses, e outros estudos com dados atualizados acerca da expansão das universidades federais fruto do REUNI no Cursos de Serviço Social, quando encontrados dados não são recentes.

Sugere que os profissionais vinculados aos Programas de Pós-Graduação desenvolvam pesquisas acerca desta problemática para referendar e embasar tal problemática.

A análise dos resultados desta pesquisa aponta questões importantes para pensar a formação profissional em Serviço Social da UFTM, frente ao contexto da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Estudos e pesquisas importantes no Serviço Social como de Larissa Dhamer, Carla Gonçalves e Katia Lima, autoras referências que fazem discussões pertinentes sobre o tema, já sinalizam uma série de questionamentos e de crítica a expansão do ensino superior nas Instituições de Ensino Superior, sobretudo fruto do REUNI.

Aprofundar o estudo e analisar a proposta do REUNI e identificar os impactos desta proposta no ensino superior no Brasil da UFTM, foi possível ser alcançado uma vez que buscou apontar a caracterização da estrutura do REUNI, bem como seus marcos legais, Decreto 6.096/07, diretrizes, propostas e legislação vigente.

É notório que a expansão das universidades federais, com qualidade, só pode ser garantida a partir de um conjunto de ações, como a ampliação da alocação de verba pública para a educação pública.

Importante efetivação de um projeto de articulação da educação com as demais políticas necessárias para garantir a dignidade da população. Junto com investimentos na educação é necessário um projeto de nação na qual a classe trabalhadora seja reconhecida como sujeito de direitos.

Vale destacar que o REUNI tem como ação prioritária o fortalecimento da universidade pública através do que significa a eliminação de toda forma de destinação orçamentária ou isenção/renúncia fiscal (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (ProUni) para os empresários da educação superior e o aumento do investimento público direto na educação pública.

Com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso foi possível alcançar o objetivo de conhecer a proposta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, analisando os avanços e desafios para a formação profissional em Serviço Social, frente ao contexto da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em uma década de Curso de Serviço Social, no Triângulo Mineiro da UFTM, com todos os percalços apontados, foi possível, por meio do estudo, compreender que ele possui uma caracterização de curso com infraestrutura e o número suficiente de docentes e técnico-administrativos para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo o corpo docente todos com títulos de doutorado e com regime de trabalho com dedicação total de 40/hs semanais.

A pesquisa apontou que o Projeto Político Pedagógico do Curso da UFTM está de acordo com o que prevê as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996 e as matrizes curriculares.

Importante citar que, no atual contexto marcado pela expansão precarizada nas universidades federais, o Curso de Serviço Social foi identificado no Relatório de Acompanhamento do REUNI, elaborado pela Andifes (2010), como o segundo curso com maior expansão de vagas discentes nas universidades federais, no período 2006/2010, ficando em menor número somente para as licenciaturas.

Conforme exposto, esta pesquisa é um estudo de caso do Curso de Serviço Social da UFTM, analisando e fazendo uma análise de uma década (10 anos) de curso desde sua implementação e implantação fruto do REUNI.

Em relação as categorias referentes as informações analisadas na pesquisa documental fora: a) Número de discentes matriculados; b) Formas de ingresso de discente desde 2009 quando o curso foi implantado: Vestibulares, ENEM, SISU entre outras; c) conclusão de curso; d) trancamento de matrícula de curso; e) Número de cancelamento de curso, f) transferência e g) evasão. Pode-se analisar que tem-se

mantido um número de matrículas, de formandos, de cancelamentos, de evasão dentro dos parâmetros das diretrizes do Decreto n. 6.096 do REUNI;

Percebe-se que, no total de 263 matriculados/formandos no primeiro semestre de 2020, há uma instabilidade de acordo com cada semestre no número de formandos, e que exceto em 2019/1 o número foi reduzido a somente 5 discentes formandos.

Ainda em relação ao total de 263 formandos e matriculados no Curso de Serviço Social da UFTM, é considerado um número importante para o curso e para a categoria, devido a manutenção de um alto número considerado de discentes.

Conforme apresentado no Figura 03, desde 2010/1 começam a surgir o trancamento de matrículas de discentes no curso de Serviço Social, ainda que em quantidade pequena, depois gerando um alto número de matrículas trancadas. Foram 215 matrículas trancadas durante o período e 2009/1 até 2020/1.

Estes dados são importantes, pois evidencia que, no início da implantação do curso, tiveram poucas matrículas canceladas e a partir de 2010/1 este número foi aumentando, chegando em 2020/1 a um total de 104 matrículas canceladas. Assim, percebe-se que mesmo com as dificuldades ainda há poucos cancelamentos de matrículas pelos discentes do Curso de Serviço Social da UFTM.

Em relação às transferências, é importante ressaltar um total de **8** durante os 10 anos de curso.

Sobre a evasão o curso de Serviço Social inserido no Instituto, faz parte do equivalente de 123 discentes que trancaram o curso, foi selecionado somente o último dado que está com acesso na página da UFTM, sendo de 2019 o número de 123 trancamentos, caracterizados como evasão do curso.

- O PPC da UFTM, em relação à evasão, segue os parâmetros da ANDIFES, e análise das taxas de retenção e evasão escolar, seus custos econômicos e sociais e, também o processo de luta para a democratização do acesso, permanência e conclusão do ensino superior (ANDIFES; FONAPRACE, 2004).
- Em relação à evasão, compreende que está associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação inserida na Política de Assistência Estudantil;
- O PPC está em consonância com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O decreto

definiu como objetivos da assistência estudantil: I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, art. 2º).

- O PPC atende aos critérios das Diretrizes Curriculares Nacionais tanto na carga horária do curso, no estágio, nas AACC e no TCC;
- O PPC foi novamente atualizado em 2014, no entanto em 2016 teve uma atualização somente da matriz curricular com adcionamento de novas disciplinas eletivas.
- O PPC visa materializar um currículo integrador em oposição à fragmentação verificada nos currículos mais tradicionais.
- O PPC busca através das experiências/projetos possibilitar avanço qualitativo na Educação Superior Brasileira e, sobretudo, na formação integral de seus egressos.
- A caracterização do curso atende aos critérios que as DCs de 1996 visa como uma formação de qualidade e pautada no Projeto Ético Político.

- Em relação ao corpo docente, importa citar um dado que dentre os 16 os professores, 14 docentes efetivos e 2 docentes substitutos, todos possuem o título de doutorado, fatores que contribuem para um corpo docente qualificado para os planos de carreira, bem como um nível de formação com titulação profissional. Vale destacar que todos os professores efetivos possuem dedicação total as atividades com carga horária de 40/hs aulas semanais, dedicados ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Cita-se os espaços de construção coletiva do curso com participação discente nas reuniões de departamento, colegiado, comissões de AACC, TCC.ÐDE o curso.

Constata-se a concentração de docentes doutores e contratados em tempo integral, especificamente, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ou seja, docentes com qualificação para pesquisa e com condições de trabalho para efetivação de dedicação total. Exceto a modalidade de professor substituto ou temporário que não possuem dedicação total para as atividades das universidades federais.

Importante destacar que, antes mesmo do REUNI, a intensificação do trabalho docente já apontava uma articulação ativa pelas políticas neoliberais dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio da Silva (Lula) (LIMA, 2009).

No entanto, com o Programa, a intensificação acentuou a precarização no ensino, haja vista o aumento de trabalho em detrimento da qualidade da educação. Logo, o Programa, ao mesmo tempo em que expandiu vagas aos discentes, dificultou o trabalho docente na medida que este teve que absorver mais cargas de trabalho; priorizar o Ensino Pesquisa e Extensão e, muitas vezes, realizar trabalhos administrativos em função da pouca contratação de servidores técnicos, nas instituições federais de ensino superior.

No que concerne a quantidade de professores por discente, é um total de 263 dividido por 16 professores (sendo os 14 são doutores efetivos e 2 substitutos) ainda não é suficiente para atender a relação aluno-professor.

Outro ponto bastante abordado nas pesquisas consultadas é a relação quantitativa de discentes em relação a docentes. Bosi (2007) assinala que, no Brasil, há uma tendência neoliberal histórica de elevação da relação docente/discente. Em 1980 era de 7/1. Com o REUNI passaria para 18/1, em 2012. Este aumento significativo pode afetar a qualidade dessa expansão.

Logo, mesmo a relação aluno-professor da UFTM que atende a demanda do decreto do REUNI, acaba sendo 18/1, evidenciando uma lógica produtivista e empresarial, cuja racionalidade aponta precarização da formação; aumento das classes a serem atendidas por cada docente além de quebra do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, a favor do ensino; e na exigência do cumprimento de metas propostas pelo Programa, verificadas de perto e de forma frequente por meio de parâmetros quantitativos, como condição para recebimento de recursos públicos. (ANDES-SN, 2007).

Se temos estudos apontando as críticas aos cursos de Serviço Social advindos do REUNI, este estudo conseguiu desvelar que, mesmo com tantos desafios que precisam ser enfrentados, é possível perceber que o Curso de Serviço Social da UFTM tem conseguido uma caracterização da situação acadêmica do corpo discente dentro das metas estipuladas pelo REUNI, além de contemplar os critérios já mencionados como a manutenção do número de matrículas, de formandos, de cancelamentos, de evasão dentro dos parâmetros das diretrizes do decreto n. 6.096 do REUNI.

O PPPC atende aos critérios das Diretrizes Curriculares tanto na carga horária do curso, do estágio, de AACC e de TCC e como uma formação de qualidade e pautada no Projeto Ético Político e o corpo docente ser qualificado e com quantidade

dentro da relação aluno-professor do REUNI, e com doutorado e atividades que contemplam o tripé ensino, pesquisa e extensão;

Tais questões afirmam que, mesmo com vários desafios, é preciso fortalecer que o Curso de Serviço Social da UFTM, tem formado uma caracterização da situação acadêmica do corpo discente em consonância com os princípios do Projeto Ético Político, visando uma formação ética, política e crítica.

Em relação ao PPPC do Curso de Serviço Social da UFTM, reforça-se a necessidade de um trabalho coletivo e de uma postura de aprendizagem permanente construída a várias mãos: docentes, discentes e pessoal técnico, sobretudo ligado ao NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional.

Destarte, importante citar duas dimensões desta política de expansão operada pelo REUNI que apresentam um conjunto de desafios para o projeto de formação profissional construído pela ABEPSS, ENESSO E CFESS, que tem como centralidade a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a capacitação política, teórico-metodológica e técnico-operativa da formação profissional com qualidade dos discentes do curso de Serviço Social.

Diante da complexidade que é discutir, estudar e criar propostas criativas e propositivas, é importante a categoria elaborar estratégias de fortalecimento de uma formação profissional na graduação solidificada, pública, laica e de qualidade pautada nos princípios do Projeto Ético Político Profissional.

Doravante, os Assistentes Sociais brasileiros vêm contradizendo a naturalização da ordem do capital e ofensiva neoliberal em época de ultraconservadorismo na educação superior nesses tempos de aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história.

Como já dizia um filósofo alemão: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, 1974).

E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (FERNANDES, 2020, p. 29).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ABESS. **Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social**; CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, 1996b.

ABESS. **Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social**. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996b.

ABESS. **Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social**; CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, 1997.

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. As Diretrizes Curriculares e o projeto de Formação Profissional do Serviço Social. Brasília, 2012.

ABEPSS. CEDEPSS. **Diretrizes para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996). Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da. **Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luiz, 2008. (1 CD ROOM).

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – REUNI**. Brasília, DF, jan. 2010.

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**, 2019.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. **A prática de ensino no curso de Serviço Social**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Libe livros, 2008.

ALBUQUERQUE, C. S.; PEREIRA, E. M. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em serviço social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

ARAÚJO, M. A. D. de; PINHEIRO, H. D. **Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010.

ARAÚJO, R. S. de. **A IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOPARÁ: um estudo de caso do campus universitário de Altamira.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2011.

ARAÚJO, CVB, SILVA, V, DURÃES, SJ. **Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências?** Educ. Pesquisa. São Paulo, v. 44, e174148, 2018.

BATISTONI, R. **O debate sobre os fundamentos do serviço social nas diretrizes curriculares do serviço social.** In: SEMINÁRIO NACIONAL FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL, 2017, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2017.

BARROS et al. **Precarização do ensino superior sob a égide do capital e os rebatimentos no trabalho docente do assistente social.** Universidade Federal Fluminense – UFF/ RJ. 2015.

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação. Editora UEPG, 2006.**

BOURGUIGNON, J. A. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos.** Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul/dez. 2008. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul/dez. 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.**

BRASIL. **REUNI**, 2010. Disponível: <http://REUNI.mec.gov.br/o-que-e-o-REUNI> acesso em 07 de out de 2016.

BARROS. Aidil. J. P; LEHEFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Serviço Social**, homologação publicada 15/2002.

BRASIL. **Presidência da República.** Projeto de decreto. Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < <http://30REUNlao.anped.org.br/trabalhos/GT11-2936--Int.pdf> >. Acesso em: 08 de out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 5.10.1988.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento de Educação**, razões, princípios e programas. MEC:Brasília.2007a.

BRASIL. **Senado Federal. Leinº LEINº1.889, DE13DEJUNHODE1953.** Disponível <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=108985> Acesso em 06 e ago. 2020.

BRASIL. MEC. ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do REUNI**, janeiro 2010.

BRASIL **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**, julho de 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 22jul.2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: Acesso em 17 set.2016.

BRASIL. **Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional da Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 25 set.2016.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br.php/rock-res2010/4766-res01930722010anexo01/download>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, XXV, n. 78, p. 48-67, jul. 2004.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!** 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

CFESS. **Resolução CFESS n. 273/93**, de 13 março 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

CRESS. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREIRA, D. L. **Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DUTRA, N. G. dos R; SANTOS, M. S. **Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: Aval. Pol. Públ, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FORTI, V. L; GUERRA, Y. **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FRIGOTTO, G. **Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade” promessas que obscurecem a realidade**. In: CANÁRIO, Rui; RUMMERT, Sônia Maria. (Sistema municipal de Educação: Org.). *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa-Formação, 2009.

FRIGOTTO, G. **Qualidade e quantidade da educação básica no Brasil: concepções e materialidade**. Florianópolis, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/A-QUALIDADE-DA-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-BA%CC%81SICA.-TETXO-PARA-A-ESCOLA-DE-GOVERNO-.SANTA-CATARINA.pdf>>. Acesso em: mar.2015.

GADOTTI, M. **Estratégia para sua implementação: Cadernos de Educação Básica - série inovação**, v. 7, Brasília: MEC/SEF, 1994.

GADOTTI, M. ROMÃO, J. **A autonomia da escola princípios e propostas**. São Paulo. Cortez.2004.

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Y. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out/dez. 2010.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 2.ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

GONÇALVES, C. A. **O PROGRAMA REUNI: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG-2008/2012**. Tese (Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2013, 401p.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2012b.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS, 1997.

INEP. **INEPDATA**: Número de Vagas e Inscritos da Educação Superior. Brasília: INEP, 2018a. Acesso em: 08 mar. 2021.

LEITE, J. L. **Política de assistência estudantil**: entre o direito e o favor. *Universidade e Sociedade*, v. 27, n. 41, p. 165-73, 2008.

LIMA, K. R. S. **Contra-reforma da educação nas universidades federais**: o REUNI na UFF. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, n. 44, p. 1-15, jul. 2009.

LIMA, K. R. S. **Contra-reforma da educação superior em FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, K. R. S. **O Programa REUNI e os desafios para a formação profissional em Serviço Social**. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013.

MARTINELLI, M. L. **Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MEC. **Expansão a educação**: Lula destaca política de interiorização do ensino superior e profissional. Segunda-feira, 29 de novembro de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16099:lula-destaca-politica-de-interiorizacao-do-ensino-superior-e-profissional&catid=212&Itemid=86. Acesso em 06 e ago 2020.

MINAYO, M. C. de L. *Org. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOTA, A. E. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIGUEL, P. A. C. **Estudo de caso na administração**: estruturação e recomendações para sua condução. *Produção*, v. 17, n. 1, p.216-229, jan./abr. 2007.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000 2013**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NEVES, L. M. W.; SIQUEIRA, Â. (Org.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

OLIVEIRA, I. I. de M. C. **Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais**: desafios para a intervenção. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.104, p. 737-749, out/dez. 2010.

OLIVEIRA, C. A. H.S. **A centralidade estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. 177 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **O movimento de reconceituação 40 anos depois**. Serviço Social & Sociedade, São

OLIVEIRA, C. A. H. S. **Projeto profissional e conjuntura**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, 2007, n. 91, esp., p.5-38, set. 2007.

REUNI. **Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. In: Audiência Pública Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Brasília: MEC, abr.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>

PEREIRA, L. D. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA, L. D, FERREIRA, A. T. S. **Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EAD e presenciais**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.

PEREIRA, L. T **A expansão dos cursos de Serviço Social e os desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais docentes**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

PEREIRA, D P. **Expansão dos cursos públicos de serviço social entre os anos de 2003 e 2016**: desafios para a formação profissional. Revista Katalasys. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. 2018.

PEREIRA, D. P. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. *Rev. Katál. Florianópolis*. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, L. D. **Contrarreforma, ensino superior público e Serviço Social: quais impactos na formação?** EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 103 – 119. Disponível<file:///C:/Users/user/Desktop/45216-155014-1-PB.pdf> Acesso em 23 de jun 2021.

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PAULA, C. P. **Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no brasil: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2009.

POLYDORO, S. A. J. **Evasão em uma instituição de ensino superior: desafios para a psicologia escolar**. 1995. 145 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1995.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. 2000. 167 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PINTO, J. C. N. G.; BELO, A. S.; PAIVA, W. A. P. **Os desafios da assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior no Brasil**. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20. 2012, Cordoba. *Anales*. San Jose: Alaeits, 2012. p. 1-13.

RIBEIRO, P. M. A. **A materialização do projeto ético político no cotidiano do Assistente Social do hospital de clínicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

RIBEIRO, A. M. A. **O processo de formação profissional em de Assistentes Sociais na UFTM- universidade federal do triângulo mineiro – UFTM**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RODRIGUES, V. S. **O REUNI como estratégia da contra-reforma da educação superior**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5. 2011, São Luis do Maranhão. Anais. São Luis do Maranhão: Cortez, 2011.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, A. P; CERQUEIRA, E. A. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes**. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMERICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. Anais: Florianópolis editora, UFSC 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SANTOS, B. S. ALMEIDA FILHO, N. de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, 2008.

SILVA, I. S. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, MMIX, n. 97, p. 109-123 jan./mar. 2009.

SILVA, M. M. J. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2012.

TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**, Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, M. M. **Atribuições Privatistas presente no Exercício Profissional do Assistente Social: uma contribuição para o debate**. Libertas, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 42-69, jun. 2007.

TINTI, ÉC. **Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional**. In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos Assistentes Sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 7596. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

UFTM. Disponível<<http://www.uftm.edu.br/ielachs>> acesso em 8 de mar de 2021.

UFTM. **Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social**. 2014. Disponível<[Serviço Social \(uftm.edu.br\)](http://Servico_Social(uftm.edu.br))> Acesso 22 de jul. 2021.

VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. In: Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

YAZBEK, M. C. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UNB, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO I

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ

INÁCIO

LULA

DA

SILVA

Fernando

Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

ANEXO II**SERVICO SOCIAL – UFTM**

- Número de matriculados 2020/1: **263 alunos.**
- Forma de Ingresso: Até 2013/2 a forma de ingresso foi vestibular, a partir de 2014/1 a forma de ingresso passou a ser o SISU.

| FORMANDOS | |
|------------------|-------------------------|
| SEMESTRE | NÚMERO DE ALUNOS |
| 2009/1 | 0 |
| 2009/2 | 0 |
| 2010/1 | 0 |
| 2010/2 | 0 |
| 2011/1 | 0 |
| 2011/2 | 0 |
| 2012/1 | 0 |
| 2012/2 | 27 |
| 2013/1 | 20 |
| 2013/2 | 17 |
| 2014/1 | 14 |
| 2014/2 | 16 |
| 2015/1 | 12 |
| 2015/2 | 22 |
| 2016/1 | 23 |

| | |
|------------------|-------------------------|
| 2016/2 | 11 |
| 2017/1 | 27 |
| 2017/2 | 18 |
| 2018/1 | 13 |
| 2018/2 | 23 |
| 2019/1 | 5 |
| 2019/2 | 17 |
| 2020/1 | 0 |
| TRANCADOS | |
| SEMESTRE | NÚMERO DE ALUNOS |
| 2009/1 | 0 |
| 2009/2 | 0 |
| 2010/1 | 1 |
| 2010/2 | 1 |
| 2011/1 | 2 |
| 2011/2 | 6 |
| 2012/1 | 18 |
| 2012/2 | 17 |
| 2013/1 | 8 |
| 2013/2 | 9 |
| 2014/1 | 11 |
| 2014/2 | 15 |

| | |
|-------------------|-------------------------|
| 2015/1 | 11 |
| 2015/2 | 13 |
| 2016/1 | 19 |
| 2016/2 | 19 |
| 2017/1 | 14 |
| 2017/2 | 16 |
| 2018/1 | 11 |
| 2018/2 | 10 |
| 2019/1 | 8 |
| 2019/2 | 13 |
| 2020/1 | 3 |
| CANCELADOS | |
| SEMESTRE | NÚMERO DE ALUNOS |
| 2009/1 | 1 |
| 2009/2 | 0 |
| 2010/1 | 0 |
| 2010/2 | 1 |
| 2011/1 | 2 |
| 2011/2 | 4 |
| 2012/1 | 2 |
| 2012/2 | 1 |
| 2013/1 | 0 |

| | |
|---------------------|-------------------------|
| 2013/2 | 2 |
| 2014/1 | 0 |
| 2014/2 | 1 |
| 2015/1 | 7 |
| 2015/2 | 6 |
| 2016/1 | 6 |
| 2016/2 | 7 |
| 2017/1 | 8 |
| 2017/2 | 11 |
| 2018/1 | 5 |
| 2018/2 | 10 |
| 2019/1 | 12 |
| 2019/2 | 12 |
| 2020/1 | 3 |
| TRANSFERIDOS | |
| SEMESTRE | NÚMERO DE ALUNOS |
| 2009/1 | 0 |
| 2009/2 | 0 |
| 2010/1 | 0 |
| 2010/2 | 0 |
| 2011/1 | 0 |
| 2011/2 | 0 |

| | |
|---------------|----------|
| 2012/1 | 0 |
| 2012/2 | 0 |
| 2013/1 | 1 |
| 2013/2 | 1 |
| 2014/1 | 0 |
| 2014/2 | 0 |
| 2015/1 | 0 |
| 2015/2 | 0 |
| 2016/1 | 0 |
| 2016/2 | 0 |
| 2017/1 | 1 |
| 2017/2 | 0 |
| 2018/1 | 1 |
| 2018/2 | 1 |
| 2019/1 | 2 |
| 2019/2 | 0 |
| 2020/1 | 2 |